

Agosto de 2017

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migração](#)
12. [Exploração Mineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, O PAÍS, Novo Jornal, Expansão, Economia e Finanças, A República, O Crime, Manchete, Liberdade, Continente, Grandes Notícias e Visão
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	6
1.1 A favor das famílias carenciadas	6
1.2 Senhoras temem viver... na «rua das viúvas»	6
1.3 Cresce a aposta no sector não petrolífero da economia	7
1.4 O crescimento económico tem sido sempre positivo	8
2. MICROFINANÇAS	10
2.1 Cooperativas agrícolas têm crédito garantido	10
2.2 Peixeiras recebem crédito	10
2.3 Crédito Dikelemba na forja	11
2.4 Empreendedoras receberam crédito	11
2.5 Crédito e justiça	11
2.5 Cartoon	12
2.6 Malparado atarefa Recredit	12
2.6 Crédito para jovens é reforçado	13
2.7 Mulheres peixeiras beneficiam de microcrédito	14
3. MERCADO INFORMAL	16
3.1 Preço do cimento sobe acima de 70% no mercado informal	16
3.2 Ex-administrador de Viana nas barras do Tribunal	17
3.3 MPLA promete requalificar Mercado do 30	18
3.4 Rui Falcão "caça" votos nos mercados informais de Benguela	18
3.5 Tribunal exige apresentação de contas	19
3.6 Centro Comercial Mutamba	20
3.7 Pelo resgate do pregão da Avó Ximinha	20
3.8 Candidato do MPLA recebe apoio das vendedoras de Luanda	21
3.9 Venda ambulante preocupa automobilistas	22
3.10 Candidato do MPLA pede voto a vendedores dos mercados	23
3.11 Dentro e fora dos espaços	24
3.12 Dia-a-dia do carregador	24
3.13 Mercado da BCA: comércio à extensão da 5ª Avenida	25
3.14 Roboteiros, força motriz dos mercados	26
3.15 Venda de ferro-velho garante rendimento	26
3.16 Governos provinciais e administrações deixam de licenciar actividade comercial	27
3.17 Cooperativa agrícola dos vendedores ambulantes arranca em Outubro	28
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	30
5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	30
5.1 Lei da Administração local tem regulamento aprovado	30
5.4 Em fim de campanha, Lourenço promete autarquias para meio do mandato	31
6. URBANISMO E HABITAÇÃO	32

6.1	Centralidade de Tucuve construída em 14 meses	32
6.2	Projecto agro-aldeias "Zé Dú" será implantado em todo território nacional	33
6.3	Historial	33
6.4	Moradores entre a reivindicação e a aceitação	33
6.5	Pagamentos da discórdia	34
6.6	Habitação domina mensagens	35
6.7	Especialista fala de dificuldades e desafios	36
6.8	Imóveis estão a preços atractivos	36
6.9	Mais professores com casas garantidas	38
6.10	Mais de 200 moradias na área da Açucareira	39
6.11	Acesso às centralidades numa nova era	39
6.12	Centralidade do Dundo é habitada	41
6.13	Lançada primeira pedra da centralidade de Mbanza Kongo	42
6.14	Empresas começam a inscrever funcionários para habitações	43
6.15	Residências entregues no Cazenga	44
6.16	Afinal o que os chineses querem de África?	44
6.17	Falta de crédito bancário reduz procura por imóveis novos no mercado	46
6.18	Preços dos apartamentos e escritórios em Luanda baixaram 12,5% e 3,2% em 2016	46
6.19	Urbanização recebe moradores	47

7. TERRA 49

7.1	Entregues terrenos para auto-construção	49
7.2	Samakuva defende restituição das terras	49
7.3	População recebe lotes para a auto-construção	49
7.4	Administração pede para suspender a providência	50
7.5	Moradores denunciam demolições ilegais	50
7.6	'Nós ganhamos a causa, não agimos na ilegalidade'	51
7.7	Autoridades frustram tentativa de ocupação ilegal de terreno em dia de eleições	51

8. SERVIÇOS BÁSICOS 53

8.1	Capacidade reduzida de produção de água	53
8.2	Água vai chegar a mais moradias	53
8.3	Milhares de contadores são instalados na Huila	53
8.4	Condomínio das acácias da sonangol sem água e luz	54
8.5	Projecto Luanda Gravítica poupa investimentos a EPAL	55
8.6	Obras de expansão da rede a bom ritmo	56
8.7	Mais água potável para toda a província	56
8.8	Água começou a correr por entre riachos e poços	57
8.9	Água vem por gravidade	58
8.10	Constrangimentos técnicos	58
8.11	Fim dos transtornos no fornecimento	59
8.12	Novas ligações de água chegam a mais domicílios	59
8.13	População com acesso fácil aos serviços básicos	60
8.14	Contadores de água estão a ser instalados	61
8.15	Governo investe 100 Milhões USD em abastecimento de água	62
8.16	Habitantes da Lucira têm mais água potável	62
8.17	China financia sector das águas e minas	63
8.18	Empresas das águas mais controladas	64
8.19	EPAL conclui 80% das ligações domiciliare	64
8.20	População do K. Kiayi bebe água das Kupapatas	65
8.21	Distrição de água melhora na Humpata	66
8.22	Afinal quem pode cobrar a taxa de serviços de limpeza?	67
8.23	As casas de banho público para quando? De quem é a responsabilidade da sua falta	68
8.24	Moradores de Floresta queixam-se de pagar energias que não consomem	69

8.25	Mais higiene	70
8.26	Angola poderá produzir fertilizantes provenientes do lodo esgotos	71
8.27	Mortes por malária com que da no primeiro semestre	71
8.28	Gestão sustentável avaliada em Luanda	72
8.29	Trabalhadores criam tumulto na Elisal	73
8.30	Trabalhadores da Elisal paralisam trabalhos devido a atraso nos salários	73
8.31	Melhorado saneamento básico na periferia de banza Kongo	74
8.32	Lixo e usado nas indústrias	74
9.	GÉNERO E VIOLENCIA	76
9.1	Senhoras temem viver... na «rua das viúvas»	76
9.2	Delinquência preocupa munícipes do Cazenga	76
10.	AMBIENTE	78
10.1	Mais de 1 milhão de pessoas afectadas pela seca	78
10.2	Seca provoca prejuízos de 122,5 mil milhões de kz	78
10.3	Executivo promove estudos para combater a seca no Sul	80
10.4	População aconselhada a evitar zonas de risco	81
10.5	Secretário de Estado agastado com madeireiros	81
10.6	Crianças vivem sob risco no Morro da Luz	82
10.7	Chuva e calor à vista	83
11.	MIGRAÇÃO	85
12.	EXPLORAÇÃO MINEIRA	85
12.1	Jovens dinamizam exploração de diamantes na Lunda Norte	85

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 A favor das famílias carenciadas

Jornal de Angola
1 De Agosto de 2017

As famílias carenciadas, entendido como o seguimento do agregado familiar com dificuldades materiais elementares, poderão ver respondidas grande parte dos seus problemas e desafios, por via de um mecanismo de identificação, localização e acompanhamento.

O Ministério da Reinserção Social chamou a si a responsabilidade de, em conjunto com os seus parceiros, lançar o que se convencionou chamar de "Instrumento Integrado", uma ferramenta que permitirá fazer melhor acompanhamento das famílias carenciadas.

A apresentação ocorreu ontem durante o seminário de apresentação do caderno social único que, segundo o MINARS, o promotor da iniciativa, visa também disseminar conhecimento e boas práticas.

-Na verdade, em matéria de consciencialização sobre a fragilidade social de numerosas famílias, a solidariedade, a implementação de políticas públicas com o devido impacto na vida dos angolanos mais vulneráveis, entre outros, estamos ainda fazer um aprendizado. Existiram e continuam a existir iniciativas excelentes, quer dos órgãos públicos, quer de instituições privadas, inclusive diligências corajosas de cidadãos anónimos para se tornar mais digna a vida das famílias carenciadas. Mas, reconhecidamente, muito precisa de ser feito para que sejamos mais dignos enquanto construtores de um país que pretendemos bom para todos.

Sabemos todos que continuam a ser preocupantes os indicadores sociais negativos que afligem essa camada da população, razão pela qual urge reunir um conjunto de informações que permitirão dar respostas concretas. Daí a iniciativa institucional para o cadastramento dos agregados familiares, com a particularidade única e especial de precisar a informação estatística já dominada pelas instituições. O "Instrumento Integrado" vai ser uma ferramenta institucional de grande alcance social na medida em que constitui um primeiro passo cujos resultados não tardarão a surgir. Diz-se que começar por identificar

o problema, reunir informações detalhadas sobre o mesmo, é parte fundamental para a busca da solução ajustada ao problema.

Trata-se de mais um passo no quadro dos esforços de inclusão social, de mobilização das pessoas e instituições para um problema que afecta a toda a sociedade. Quanto maior foro conhecimento e a partilha de informações entre o MINARS e todos os seus parceiros, nacionais e internacionais, maiores serão os ganhos para as famílias. Estas verão as suas vidas mais facilitadas na medida em que à gestão de um conjunto de informações relativas aos factores de vulnerabilidade e pobreza se juntam a multiplicidade de respostas.

É preciso que todo este processo, o cadastramento das famílias carenciadas para os propósitos do "Caderno Social Único", seja precedido de uma série de passos para sensibilizar, educar e instar as famílias a aderirem. Temos um país vasto e proceder ao cadastro não pressupõe desconhecimento deste importante segmento da população, mas antes a reunião de dados precisos a serem fornecidos pelas próprias famílias carenciadas. Deste modo vai ser possível responder com precisão às principais preocupações das populações para que o "Caderno Social Único" valha as razões que estiveram na base da sua criação. É bom, insistimos, que toda a sociedade se mobilize no sentido de assegurar os resultados que toda a sociedade espera na materialização de um projecto virado para retirar da indigência milhares de famílias. Esperemos que ao entusiasmo e decisão pioneira criados com o "Instrumento Integrado" sejam adicionados outros ingredientes para disseminarmos o conhecimento e boas práticas a favor das famílias carenciadas.

I.2 Senhoras temem viver... na «rua das viúvas»

Novo Jornal
4 De Agosto de 2017

A razão destas mortes prematuras é um mistério que várias mulheres e filhos do bairro Kalawenda no município do Cazengo querem ver desvendado. A viuvez atinge senhoras, jovens e adolescentes, entre os 15 e 56 anos, segundo constatou a reportagem do Novo jornal na "Rua dos Kengas", agora apelidado de "Rua das Viúvas".

A rua tem perto de 100 residências e quase metade das mulheres são viúvas. Ana Cecília Manuel, 56 anos, é uma das primeiras viúvas da rua.

Há 10 anos que perdeu o companheiro e revela, que de lá para cá, muitas outras mulheres também perderam os maridos em circunstâncias estranhas.

Conta que a viúva mais nova da rua tem apenas 16 anos de idade. A interlocutora, que é mãe de seis filhos, disse que vive no bairro há 30 anos e mostra-se triste pelas mortes que ocorrem, muitas vezes, por "uma simples dor de cabeça".

"É muito estranho o que se passa aqui na nossa rua. O bairro tem muitas ruas, mas aqui são só os homens que morrem!.. Há alguma coisa aqui que não está bem. Porque que só morrem homens" questiona-se a viúva, cujo marido faleceu de tensão alta.

O nome agora adoptado para a rua, de acordo com Ana Cecília Manuel, surgiu há quase dois anos, após quatro homens falecerem de forma estranha em menos de um mês. "O nome surgiu há bem pouco tempo porque aqui morrem muitos pais", salientou, explicando que a primeira mulher a ficar viúva naquela zona foi a "tia" Maria José.

"De lá para cá morrem sempre homens e todos eles chefes de família.

Esta triste realidade passou a ser o pão nosso de cada dia. É muito difícil viver nesta situação. Há aqui algum mistério que nós também não sabemos explicar", queixa-se.

O medo de voltar a perder os cônjuges inibe muitas viúvas de partirem para novos relacionamentos. Para Cecília Manuel "forças estranhas" poderão estar na base de todo o problema. "Aqui há viúvas dos 15 aos 60 anos, mas nenhuma delas quer arranjar novo marido porque estão com medo de voltarem a ficar viúvas.

Deve haver algum mais velho que está a fazer isso para ficar com todas as mulheres", disse, ironizando.

Suzana Paixão, de 49 anos, é outra viúva que perdeu o companheiro há um mês, por doença. Conta que quando o marido começou a ficar doente preocupou-se em levá-lo ao hospital porque tinha medo que ele morresse; porém, o infortúnio ocorreu.

"As mulheres aqui, quando vêm que os maridos estão doentes ficam com o coração nas mãos porque a única coisa que vem às nossas cabeças é que vão morrer e que vamos ficar viúvas", disse, informando que o marido também faleceu de tensão alta.

Suzana Paixão, que é mãe de seis filhos, lamenta a situação, que já deixou viúvas mais de 30 por cento das mulheres.

"Os homens aqui estão a morrer todos e nós é que estamos a ficar. É muito difícil uma mulher cuidar dos filhos sozinha", diz, chorosa.

Viúva há dois meses, Maria Vidal é outra moradora que ainda chora a morte do marido por AVC. "Ele morreu há pouco tempo, não entendo o que se passa aqui nessa zona, onde só são os homens que morrem e se forem mulheres só são crianças. Nunca me passou pela cabeça que o meu companheiro me deixaria assim tão cedo", lamenta.

Maria Vidal, mãe de sete filhos, também acredita existir alguma razão na origem das mortes no bairro, particularmente na rua em que vive. "No mesmo mês que o meu marido morreu, mais duas vizinhas também enterraram os seus maridos. Isto não é normal. Acho que o pessoal da saúde pública deveria vir cá fazer um estudo para decifrar o porquê dessas mortes", apelou.

I.3 Cresce a aposta no sector não petrolífero da economia

11 De Agosto de 2017

Novo Jornal

Texto: Nzuzi Domingos Da Rosa

O Produto Interno Bruto (PIE) per capita em Angola assumiu em 2016 o valor de 3.654,73 dólares americanos, de acordo com dados oficiais. Quer dizer que o valor da soma dos bens e serviços produzidos em Angola corresponde a 3.655 dólares por habitante do nosso país.

Se considerarmos os sectores agregados, conclui-se que o maior peso no PIE corresponde ao sector não petrolífero, com 80,4%. Quanto ao sector petrolífero, representa apenas 19,6% do PIE.

O primeiro gráfico apresenta a estrutura do PIE no ano passado, podendo-se aí constatar que, de um modo geral, é o sector dos serviços que aparece em primeiro lugar, com cerca de um terço do PIE. Temos depois o sector dos petróleos, a agricultura, a construção e a indústria transtornadora. Com peso bastante menor estão os sectores dos diamantes, pescas e energia.

A estrutura do PIE em 2016 demonstra que em termos relativos, a participação do sector petrolífero já não é dominante.

Desde o princípio dos anos 80 assistiu-se a um aumento da importância do sector petrolífero na economia angolana, enquanto diminuía a importância da indústria e da agricultura. As autoridades

angolanas têm falado, com frequência, da necessidade de ir atribuindo cada vez maior peso ao sector não petrolífero da economia. Será que se está realmente a conseguir esse desiderato?

Até ao ano 2008, o peso do sector petrolífero no PIB era superior a 50%, sendo que tal peso nesse ano foi de 57,9%, de acordo com dados do Ministério do Planeamento. Tal como podemos verificar no segundo gráfico, o peso do sector petrolífero começou a partir de 2009 a situar-se abaixo dos 50%. Registou logo um grande decréscimo em 2009 (de 58% para 39%), mas ascendeu logo a seguir.

A partir do ano 2011, a importância do sector petrolífero começou a diminuir paulatinamente, para se situar no valor mais baixo de sempre em 2016 - 19,6%, que podemos arredondar para 20%. Isso quer dizer que a importância do sector petrolífero no quadro geral do produto interno bruto, que ainda há pouco tempo se situava acima dos 50%, passou no ano passado a representar somente um quinto da produção global do nosso país. Trata-se de um dado animador, que indica ser acertada a direcção que o Executivo vem seguindo, em prol do desenvolvimento económico e social, e para que cada vez mais angolanos possam beneficiar desse desenvolvimento.

Evolução do PIB não petrolífero Resta verificar o que se passa com a evolução do PIE não petrolífero. Ao contrário do que ocorre com o PIE petrolífero, a importância do sector não petrolífero tem vindo a crescer, ao ponto de em 2016 representar 80% do produto interno bruto (quando ainda oito anos antes representava menos de 50%). No período 2008-2016, o PIE não petrolífero cresceu a um ritmo médio de 8,4% ao ano.

O terceiro gráfico mostra o que se passa com o crescimento do PIB no período de 2009-2016. O produto interno bruto tem vindo a crescer a uma taxa cada vez mais positiva, até ao ano 2013. Mas a partir de 2014, devido à crise económica que nos atingiu, esse crescimento abrandou, situando-se em valores cada vez mais baixos e atingindo 0,1% em 2016. Mas não há lugar a recessão, tal como esclarecemos adiante.

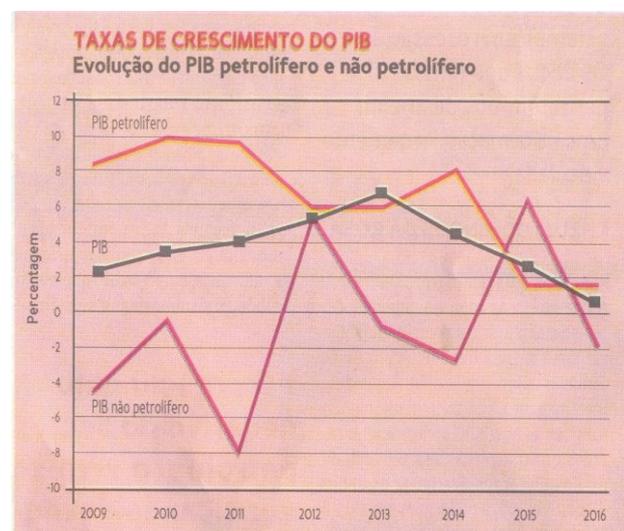
Já vimos que o peso do sector petrolífero no PIE tem sido cada vez menor a partir de 2009. No terceiro gráfico, isso reflecte-se nos valores negativos do crescimento do PIE petrolífero, ficando assim demonstrada uma desaceleração no crescimento da importância do sector petrolífero para a economia angolana. As excepções a esta regra registaram-se apenas nos anos 2012 e 2015, mas mesmo apesar do crescimento dos valores nominais, a importância

relativa do sector petrolífero também diminuiu nesses anos.

Em contrapartida, o gráfico demonstra que o sector não petrolífero está a assumir cada vez maior importância, visto que continuou a registar taxas de crescimento positivas até 2016.

Em conclusão, pode-se dizer que os efeitos do processo de diversificação da economia começam a fazer-se sentir. Até 2014, o sector cujo investimento tem registado maior crescimento é o da construção, mas assinala-se uma ligeira desaceleração nos últimos dois anos, em resultado da crise. O crescimento em relação à indústria transformadora é ainda tímido, enquanto se regista uma relativa manutenção da importância do sector agrícola no cômputo geral do PIB, com altos e baixos nos últimos dez anos.

Para o futuro, será necessário apostar de forma mais incisiva na agricultura e na indústria, baixando a importância relativa dos serviços e do sector petrolífero.



I.4 O crescimento económico tem sido sempre positivo

Novo Jornal

11 De Agosto de 2017

Texto: Nzuzi Domingos Da Rosa

Alguns jornais noticiaram ter havido recessão em Angola, no ano 2016. Dizia-se que o Instituto Nacional de Estatística tinha chegado à conclusão de haver valores negativos do produto interno bruto, nos três primeiros trimestres do ano 2016. Ficámos apreensivos em relação a essa notícia, de

modo que fomos averiguar os dados disponíveis para podermos aceitar ou refutar tal constatação.

Para que haja recessão num país, é preciso que o produto interno bruto registe crescimento negativo em dois trimestres consecutivos. A recessão tem normalmente um efeito dominó, que resulta da falta de confiança dos agentes económicos na economia, bem como da diminuição da disponibilidade de crédito e da consequente diminuição do consumo; ao que se seguem a diminuição da produção, o desemprego e a consequente diminuição do consumo.

Em boa verdade, as autoridades governamentais encarregues das contas nacionais, bem como as organizações internacionais reconhecem não ter havido recessão em Angola. As estimativas iniciais, que apontavam nessa direcção, baseavam-se em dados trimestrais sobre o crescimento da economia, com pouca fiabilidade devido à debilidade das fontes de informação e, por conseguinte, à fraca qualidade dos dados .(forte volatilidade para um mesmo trimestre).

Parece não haver dúvidas de que a elaboração de dados trimestrais credíveis sobre o crescimento económico do país depende da disponibilidade de dados fiáveis e regulares e para que isso aconteça, é necessário que hajam melhorias sistemáticas e significativas nos processos de compilação de dados, a todos os níveis.

Os dados anuais indicam, no entanto, que em 2016 Angola cresceu a uma taxa de 0,1%, com o sector não petrolífero a crescer 1,2% e o sector petrolífero a evidenciar um crescimento negativo de 2,3%. O crescimento negativo do sector petrolífero é uma tendência que se vem verificando desde 2009, tal como já elucidámos acima. Se no período 2009-2016 o crescimento económico de Angola foi positivo em termos globais, tal só foi possível porque o sector não petrolífero conseguiu em termos de crescimento suplantar o sentido negativo de crescimento do sector petrolífero.

Portanto, os dados em presença revelam que Angola não viveu nenhuma recessão económica e continuase a manter a tendência do sector não petrolífero crescer mais do que o sector petrolífero - o que é bastante favorável para a economia, augurando por isso ventos de prosperidade para os próximos anos.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Cooperativas agrícolas têm crédito garantido

Jornal de Angola
7 De Agosto de 2017

O Banco Sol vai disponibilizar este ano dois milhões de dólares norte-americanos a cooperativas agropecuárias da província de Cabinda, no quadro do programa de micro-crédito Bumetchia, que visa contribuir para o fomento da agricultura e da aquicultura pelos camponeses da região.

O projecto de micro-crédito do Banco Sol enquadra-se numa parceria com a empresa portuária de Cabinda, no quadro do seu plano de sustentabilidade e cooperativa para incentivar as comunidades rurais dos quatro municípios da província de Cabinda a apostarem na actividade agrícola.

A cerimónia de lançamento do programa de crédito Bumetchia realizou-se na semana passada, na aldeia do Mbuela, da regedoria do Tando Palo, município do Cacongó e contou com a presença da ministra da Promoção da Mulher, do secretário de Estado da Agricultura, do presidente do Conselho de Administração do Banco Sol, da embaixadora Cuandina Rodrigues, representantes dos Ministérios das Pescas e do Ambiente, membros do Governo, funcionários do Porto de Cabinda, do Banco Sol e convidados.

A cooperativa agrícola do Tchimanha, da aldeia do Mbuela, composta por 35 famílias, foi a primeira a beneficiar do crédito do Banco Sol, no montante de 52 milhões de kwanzas. A cooperativa, que ocupa uma área de 53 hectares, vai reembolsar o dinheiro recebido no prazo de 15 meses; por forma a permitir que a instituição bancária continue a financiar projectos agrícolas na província de Cabinda. A cooperativa do Tchimanha recebeu moto-bombas, regadores, mangueiras, carrinhos de mão, tubos PVC para os tanques de aquicultura, moto-serras para a limpeza dos campos e pás.

O presidente do Conselho de Administração do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel, disse que a instituição bancária foi criada com o objectivo de contribuir para o combate à fome e à pobreza.

O gestor garantiu que o banco vai continuar a apostar no sector agrícola.

Joaquim Suami I Suami

2.2 Peixeiras recebem crédito

Jornal de Angola
12 De Agosto de 2017
Texto: Ana Paulo

Mais de 80 mulheres que processam pescado nas comunidades piscatórias do Buraco, nos Ramiros, e do Cabo Ledo, litoral sul de Luanda, receberam ontem um crédito de 500 mil kwanzas, no quadro do programa de financiamento que o Banco de Comércio e Indústria (BCI) concede a pequenas iniciativas empresariais.

O financiamento, reembolsável em 12 meses, insere-se no "Programa de Crédito de Campanha Agrícola", extensivo à pesca artesanal, para melhorar as condições de vida das mulheres processadoras de pescado e, também, para impulsionar o aumento de bens alimentares de 'qualidade no mercado nacional.

A assinatura do contrato entre as peixeiras e o Banco de Comércio e Indústria aconteceu nos dois centros de Apoio à Pesca do Buraco e Cabo Ledo. O director-geral do Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal e Aquicultura (IPA), Nsoky Luyeye, referiu que do grupo de mulheres contempladas, 35 pertencem à comunidade dos Ramiros e 46 do Cabo Ledo.

Nsoky Luyeye explicou que o Programa de Crédito de Campanha Agrícola, extensivo à pesca artesanal, é um projecto financeiro inclusivo, que vai ajudar as peixeiras a desenvolverem mais o seu negócio e, com isso, melhorar a renda familiar. "O Banco tem outros pacotes de crédito corri juros que muitas não conseguiriam pagar, mas através deste micro-crédito vão conseguir pagar a tempo, porque o juro aplicado é apenas de dois por cento", frisou Nsoky Luyeye.

O director IPA precisou que numa primeira fase o programa começou com um micro-crédito no valor de 50 mil kwanzas, mas como houve bons resultados e força de vontade das beneficiárias, o programa duplicou a quantia do micro-crédito, envolvendo o Banco BCI como parceiro social do projecto.

Durante a primeira fase, o programa foi implementado nas províncias do Namibe, Zaire, Uíge, Lunda-Sul e Benguela. Na província de Luanda, o projecto já contemplou mais de 400 mulheres.

A administradora do Banco de Comércio e Indústria para a Área Comercial, Maria Bernardo, disse que o financiamento deve ser pago num ano, com dois meses iniciais de carência (sem o pagamento de quaisquer prestações). Maria Bernardo acrescentou que depois da fase de consolidação da actividade, as

peixeiras passam a liquidar o empréstimo a partir de Outubro.

Maria Bernardo frisou que, pelo bom historial das mulheres processadoras, os parceiros sociais vão procurar aumentar o valor do micro-crédito, para que possam ajudar o Executivo a reforçar os programas e projectos para o pequeno empreendedor do sector das Pescas.

2.3 Crédito Dikelemba na forja

Jornal Economia e Finanças

18 De Agosto de 2017

Com o objectivo de ajudar as senhoras a aumentar o seu negócio, a associação das mulheres empresárias está a estudar mecanismos para tirar a classe da letargia, com a criação de um sistema denominado "Dikelemba", que significa em português "empréstimo de dinheiro", que vai funcionar com um banco comercial local.

A presidente da Assomeca, Maria Diogo, disse que o sistema "Dikelemba" vai funcionar como um banco comunitário que será gerido por um grupo de mulheres associadas com o objectivo de ajudar as senhoras a criarem um negócio para terem um rendimento.

"O empréstimo a essas senhoras vai partir das suas próprias economias, ou seja, elas vão fazer uma contribuição que será depositada mensalmente nesta conta e quando alguém precisar de algum dinheiro para criar um negócio, a associação vai recorrer a este fundo", disse.

De acordo com Maria Diogo, a associação está atenta aos financiamentos bancários para que as filiadas da Assomeca consigam aumentar e diversificar os seus negócios."

Por isso, referiu, apesar do receio que existe no seio das empreendedoras em avançar para um crédito bancário, está a ser desenvolvido um trabalho de educação financeira do seio das empresárias.

2.4 Empreendedoras receberam crédito

Jornal de Angola

21 De Agosto de 2017

Texto: Leonor Mabiala

Mulheres envolvidas na agricultura, pesca e outros pequenos negócios podem, a partir de sexta - feira, recorrer a uma linha de crédito aberta pelo Banco Sol

para potenciar as suas actividades, anunciou o presidente do Conselho de Administração daquela instituição bancária.

Coutinho Nobre Miguel, que falava na apresentação dos produtos e serviços disponíveis no Banco Sol, disse que para a concessão de micro-crédito às mulheres empreendedoras o Banco Sol disponibilizou 8.670 milhões de kwanzas.

O responsável referiu que o montante surgiu de um protocolo celebrado entre o banco e a empresa Portuária de Cabinda que, no quadro da sua responsabilidade corporativa social, disponibilizou recursos financeiros e mobilizou o Banco Sol para financiar comunidades do meio rural dos quatros municípios da província.

O presidente do Conselho de Administração do Banco Sol disse que a sua instituição, além do micro-crédito, oferece outros produtos entre os quais o crédito ao consumo, à micro, pequenas e médias empresas, automóvel, de habitação, investimento para construção de hotéis, para a importações de bens e garantias bancárias.

A governadora provincial, Aldina da Lomba, agradeceu a iniciativa do Banco Sol de conceder crédito às mulheres empreendedoras agrícolas e pediu que as beneficiárias cumpram os termos contratuais, sobretudo no que respeita ao reembolso e à canalização do dinheiro para o projecto pré-concebido.

2.5 Credito e justiça

Jornal de Angola

24 De Agosto de 2017

É salutar que haja muitos jovens em Angola a optarem pelo mundo dos negócios criando micro e pequenas empresas para resolverem muitos dos seus problemas e os das suas famílias. É bom para a sociedade que haja em Angola cidadãos, particularmente jovens, que queiram contribuir para a revitalização da actividade empresarial do país.

As iniciativas dos jovens empreendedores que desejam criar empresas devem ser sempre apoiadas, de modo a se resolverem os problemas de urna camada que constitui a maioria da população angolana.

Há jovens que se têm formado nas diferentes instituições de Ensino Médio e Superior e muitos deles têm vocação para a actividade empresarial, fazendo sentido que os órgãos do Estado encarregados do fomento de unidades produtivas

estejam atentos ao capital humano que está a emergir na nossa sociedade numa área, o empresariado, que é importante para a economia.

É inegável que as empresas, a funcionarem em grande número por todo o país, podem constituir-se numa importante alavanca para a economia. A juventude, pelo seu dinamismo, pode ser um factor capaz de dar contribuições valiosas ao crescimento económico, por via do conhecimento adquirido na escola e que é posto ao serviço da criação e desenvolvimento de empresas. Importa que se incentivem os jovens a enveredar pela actividade empresarial, até porque o Estado, ao contrário do que muita gente pensa, não tem capacidade sozinho de satisfazer a grande procura de emprego.

O incentivo à actividade produtiva privada pode ajudar o país a reduzir substancialmente o desemprego. Numa economia de mercado como é a nossa, faz sentido que as iniciativas de empreendedores destinadas a criar pequenos negócios sejam financiadas por estruturas e mecanismos que não tornem muito onerosos os custos para aqueles que estão dispostos a produzir bens e serviços.

As instituições de incentivo à actividade empresarial deve apoiar os angolanos que possuem projectos produtivos que possam ajudar o país a crescer economicamente. Deve-se acabar com as burocracias que inviabilizam os projectos de angolanos empreendedores e com os apoios financeiros às pessoas que nada fazem como dinheiro que recebem através de empréstimos, que são, em muitos casos, muito avultados.

Deve haver critérios justos para a concessão de crédito, a fim de o dinheiro ir parar realmente àqueles que são capazes de realizar boas coisas, no interesse de toda a sociedade. Será que é assim tão difícil saber quem é capaz de levar a bom porto os seus projectos produtivos para que tenhamos empresas a funcionar por muito tempo?

É preciso emprestar dinheiro às pessoas certas, ou seja, àqueles cidadãos que estão verdadeiramente interessados em contribuir para a prosperidade do país. Há pessoas que gostam de se apresentar COO10 "grandes empreendedores", mas que nada fazem com o dinheiro que recebem de instituições financeiras bancárias, com a vantagem de não estarem depois em condições de devolver o capital (com os respectivos juros) que tomam de empréstimo.

As instituições do Estado devem facilitar o acesso ao crédito bancário aos empresários angolanos, no

sentido de serem os que realmente trabalham em prol da revitalização da actividade empresarial a receber os empréstimos.

Em Angola, temos muitos cidadãos empreendedores, homens e mulheres. Deve haver justiça nas opções quando se trata de incentivos a conceder a empresários ou a potenciais empresários angolanos.

2.5 Cartoon

Jornal Expansão

11 De Agosto de 2017



2.6 Malparado tarefa Recredit

Jornal Economia e Finanças

11 De Agosto de 2017

O incumprimento no pagamento de créditos em Angola aumentou nos últimos três anos face ao quadro macro-económico que se regista, segundo fez saber, recentemente, em Luanda, o presidente do Conselho de Administração da Recredit - Gestão de Activos, SA.

Falando num debate que juntou o Conselho de Administração da Recredit e a imprensa" Vicente Leitão; lembrou que a instituição que dirige não é um "banco mau", ou seja, não compra activos para vender, mas sim para recuperá-los em termos do interesse da economia nacional e não apenas do interesse financeiro.

"Não somos um banco mau. Não compramos para vender. Compramos para transformar", recordou.

Vicente Leitão fez saber que neste momento a Recredit está em processo de negociação de crédito malparado de cinco bancos comerciais, nomeadamente com os bancos de Poupança e Crédito, de Comércio e Indústria, Angolano de Investimentos, Keve e de Negócios Internacional.

Mecanismo de cobrança

Na ocasião, Filipe Duarte, administrador executivo, questionado sobre os mecanismos à adoptar no processo de cobrança aos mutuários, fez saber que o processo de negociação possui duas componentes, sendo a primeira a de verificar a segurança jurídica e a segunda a de análise de risco e de crédito.

De acordo com o responsável, na análise de crédito existe uma outra componente que avalia o potencial de desenvolvimento deste negócio.

"Quando há transmissão do crédito da entidade do sector financeiro bancário para a esfera da Recredit, nós temos que assumir o ónus e o encargo de antes fazer a aquisição do crédito, fazer um acordo com o mutuário que devia à instituição financeira bancária e passa a dever à Recredit", disse.

O gestor disse que como é evidente, "nós não podemos pelas razões institucionais que são do conhecimento de todos, ir para a via do litígio. Não podemos partir para a execução porque não vamos ficar com activos por 8 anos sem ter capacidade de que eles entrem, de modo a disponibilizar livremente dos mesmos na nossa esfera. Isso significa que temos, que encontrar o caminho da negociação", lembrou.

2.6 Crédito para jovens é reforçado

Jornal de Angola

23 De Agosto de 2017

Texto: Manuela Gomes

A linha de crédito de apoio ao empreendedor jovem "Projovem" já beneficiou, até Julho último, um total de 116 projectos em vários sectores, com o comércio no topo da lista dos beneficiários. A revelação foi feita pelo presidente do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Apoio as Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), António Francisco Assis, quando falava ao Jornal de Angola sobre o sucesso do projecto.

Criado pelo Executivo em Maio do ano em curso, o programa "Projovem" concede empréstimos a partir

de 100 mil a 40 milhões de kwanzas para ajudar a crescer negócios de mino, pequenas e médias empresas que se pretendem firmar no mundo do empresariado nacional.

Com um fundo global inicial de 4.5 mil milhões de kwanzas, o projecto já encaixou 2.050 mil milhões de kwanzas, o que representa 45.5 por cento da linha de crédito disponibilizada. Este valor (4,5 mil milhões de kwanzas) vai ser duplicado, em breve, para o reforço do projecto de modo a evitar que o mesmo fique dependente do reembolso das empresas. Mas este facto não retira a obrigatoriedade de as empresas contempladas no projecto alimentarem o Projovem.

"Acreditamos que muitas das empresas que já receberam o financiamento do Projovem começam a fazer retorno provavelmente nos finais deste mês e início do próximo mês", afirmou Francisco Assis que considera que o Conselho de Administração do BDA está em condições para evitar problemas, em termos de financiamento, às empresas candidatas ao projecto.

António Assis apelou aos jovens de todas as províncias para aderirem ao projecto, pois, "vale a pena apostar em projectos como este, que vão, num futuro breve, garantir a sustentabilidade de muitas famílias."

De acordo com apreciação do Comité de Crédito do Projovem, os projectos aprovados representam um potencial de criação de 973 novos postos de trabalho e, uma vez implementados, podem gerar receitas anuais de 6.69-] mil milhões de kwanzas.

A província de Luanda é a que maior número de projectos tem (52), seguida de Benguela (11), Huambo (11), Huíla (nove), Malanje (oito) e Cuanza-Norte (quatro). Em parte, o fluxo de projectos de cada província tem a ver com os níveis de desenvolvimento existente em cada localidade e pelo facto de o desenvolvimento do país estar concentrado nessas faixas, daí ser a actividade empresarial maior nestas áreas.

António Francisco Assis reconhece que, apesar dos progressos registados, ainda persistem algumas dificuldades por parte de muitos promotores em apresentar propostas viáveis.

O INAPEM identificou mais de 20 empresas de consultoria para trabalhar com as ferramentas de candidatura ao Projovem. "Este programa apresenta um desempenho positivo, com uma boa aceitação no seio da juventude e da sociedade em geral. Esse facto tem sido dotado pelos jovens durante os encontros com os representantes do Conselho Nacional da

Juventude (CNJ) e do Instituto Angolano da Juventude", disse o PCA.

O INAPEM regista todos os dias grande afluência de jovens que, recentemente, constituíram as suas empresas e que acorrem àquela instituição para as certificar.

O processo de certificação é grátis. Segundo Francisco Assis, este processo tem decorrido com normalidade a nível nacional.

O gestor do INAPEM saudou o facto de haver muitos candidatos com bons projectos, mas, no início; lembrou' aquando da abertura para as candidaturas, existiam alguma hesitação por parte da juventude em aderir ao processo, por falta de informação e de interesse pelas coisas bem-feitas.

"Infelizmente, muitos estivemos habituados a Lazer as coisas longe da perfeição, agora, confrontados com um programa bem estruturado e organizado, existem algumas interrogações e inquietações", sublinhou.

Francisco Assis explicou que, inicialmente, a juventude não estava preparada para atender ao que está exposto e notou-se também que muitos não tinham ainda interesse.

"É preciso que se ganhe interesse pelas coisas que têm a ver com o nosso desenvolvimento e bem-estar. O jovem angolano tem de despertar para isso e procurar matérias relacionadas com o desenvolvimento superior do seu futuro", afirmou,

O jovem, após cumprir todos os requisitos, apresenta a sua candidatura ao Banco de Comércio e Indústria (BCI). Este, por sua vez, faz avaliação do projecto e aguarda pela aprovação do Comité de Crédito, que é integrado pelo Instituto da juventude, BCI e pelo Banco de Desenvolvimento Angolano (BDA), este como entidade financiadora.

Requisitos de acesso

Um dos requisitos fundamentais para ter acesso ao crédito é o candidato não ser devedor à banca. "Se o credor tiver alguma situação com um outro banco, o seu processo fica inactivo, não é excluído, terá de primeiro regular os seus atrasados e dar seguimento ao processo", esclareceu.

Francisco Assis disse que muitos jovens são enganados com falsas promessas. Recebem garantias que, de imediato, podem ver a sua solicitação de crédito atendida o mais rápido possível. "É preciso denunciar essas acções de indivíduos que estão a extorquir alguns jovens."

No que toca ao período para aprovação de um determinado projecto, o PCA explicou que tudo depende dos encontros do Comité de Crédito, que pode reunir duas ou três vezes por semana, em função do fluxo de projectos que dão entrada nos balcões do BCI.

Para Francisco Assis, com a abertura desta linha de crédito, surge uma nova classe empresarial privada angolana, com mais regras, mais responsabilidades, com assinaturas e contratos de trabalho e outros elementos que, com certeza, vão fazer desta nova categoria um agente motivador para outros desafios.

O gestor denunciou a falta de seriedade por parte de alguns empresários, particularmente os principiantes, cuja vontade em desenvolver um programa ou projecto apenas nasce quando vêem o outro a fazer.

"Pedimos aos promotores que se apliquem ou que adquiram algum conhecimento profissional sobre a área que pretendem desenvolver, porque não queremos ver jovens que constituam empresas, adquiram o alvará e vendam este documento a outrem. Temos de criar mérito, capacitar o jovem para que ele cresça e dê grandes frutos no desenvolvimento do nosso país e não só."

O INAPEM exige que o candidato ao crédito tenha no mínimo um curso de Gestão para saber, por exemplo, como se deve lidar com o cliente, saber fazer uma folha de caixa, saber diferenciar o capital investido de lucros e saber quando e onde deve usar os recursos da empresa.

"O Projovem é acima de tudo um programa que se destina a financiar quem está a iniciar e também financiar quem já está no mundo do empresariado e quer crescer, quem já começou", disse.

2.7 Mulheres peixeiras beneficiam de microcrédito

Jornal de Angola

19 De Agosto de 2017

Texto: Jaquelino Figueiredo

Mais de 100 mulheres peixeiras dos municípios do Soyo e Tomboco receberam em Julho um microcrédito no valor de 500 mil kwanzas cada para dinamizar a sua actividade diária.

A assinatura e entrega simbólica dos primeiros seis processos ao Banco de Comércio e Indústria (BCI) aconteceu no Cine Clube do Soyo, num acto presenciado pela administradora municipal, Lúcia Tomás, e pelo director-geral do Instituto de

Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura comunal (IPA), Nkosi Luyeye.

O programa de concessão de micro-crédito às mulheres peixeiras, sendo 98 das comunidades do Soyo e 18 do Tomboco, promovido pelo Ministério das Pescas, enquadra-se na política do Executivo de combate à fome e à pobreza em todo o país.

As mulheres processadoras de pescado do Soyo e da comuna do Kinzau, no Tomboco, devem fazer o reembolso do valor recebido num período de 12 meses úteis, mais dois de carência, com uma taxa de juro de dois por cento por ano e uma renda mensal 42.325.00 kwanzas.

Após a assinatura dos contratos, o coordenador do BCI para a Região Norte, que compreende as províncias de Cabinda e do Zaire, Carlos Júlio, apelou às mulheres peixeiras para aproveitarem a oportunidade de melhorarem as suas condições de vida. "O importante é saber restituir os 510 mil kwanzas, incluindo os 2 % dentro do prazo para que outras também possam ter acesso ao micro-crédito e vocês voltarem a beneficiar de um montante superior a 500 mil kwanzas", disse.

A administradora municipal do Soyo, Lúcia Tomás, disse que o micro-crédito vai ajudar as famílias. "Procurem honrar o compromisso, reembolsando os valores para receberem ainda mais junto do BCI", apelou.

Por seu turno, o director-geral do IPA, Nkosi Luyeye, valorizou o programa do Executivo na medida em que visa mitigar a pobreza e combater a fome. "O negócio de peixe é dinâmico.

E, com esta ajuda, vocês vão tornar-se independentes no vosso negócio", frisou Joana Francisco Cuti, uma das beneficiárias, disse que o micro-crédito apareceu na hora certa, uma vez que vai ajudar a dinamizar o seu negócio, bem como a criação de mais espaço de manobra para alimentação e formação dos filhos.

"Eu, particularmente, vou trabalhar duro para aumentar o meu negócio e, mensalmente, devolver ao BCI os 42.325.00 kwanzas de amortização e apelo às outras para honrarem também o compromisso com o banco", concluiu.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Preço do cimento sobe acima de 70% no mercado informal

Jornal O PAÍS

3 De Agosto de 2017

Texto: Miguel Kitari & Patricia de Oliveira

Há algum tempo que país atingiu a auto-suficiência na produção de cimento, tendo já exportado, nos últimos anos, quantidades consideráveis aos países vizinhos, com destaque para o Congo Democrático.

No entanto, o preço deste produto indispensável à construção civil conheceu uma subida. O saco de 50 kg que custava Kz 1.200, passou agora a ser comercializado a Kz 2500, uma subida de mais de 70%. Há locais em que o preço atinge mesmo os Kz 3000.

Na zona do Bita-Tanque, município de Viana, o revendedor e proprietário da agência Ana Maria, revelou que "o preço disparou de Kz 1500 para Kz 2500, porque a procura superou a oferta. A fábrica CIF, localizada em Bom Jesus, município de Icolo e Bengo, Luanda, encontra -se paralisada, atestou o comerciante Mário José.

O comerciante revelou ainda que neste momento dependem apenas do fornecimento da Nova Cimangola, "de onde está difícil adquirir cimento".

Na zona do Dangereux, município de Talatona, os preços variam.

Há quem venda o saco de 50kg a Kz 2500, enquanto outros comercializam por Kz 2300. É o caso de Ana Francisco, que declara, "vendemos a este preço porque não há cimento no mercado". A vendedora, no momento da nossa visita, e possuía um contentor com menos a de 100 sacos no seu posto de venda.

E sobre os motivos da carência do produto no mercado, Ana e Francisco não possui elementos fiáveis, mas adianta que "é por causa da paralisação da fábrica CIF, propriedade dos chineses".

Mais adiante, ainda no mesmo bairro, encontramos Simão José.

O agente revendedor tinha o posto fechado. "Não tenho cimento.

Acabou na semana passada e não tenho como fazer o reabastecimento. Está difícil", comentou.

No mercado do Kifica, município de Talatona, o preço do saco de cimento de 50kg varia com os custos que o agente revendedor assiste. Por exemplo, a revendedora Paula José comercializa o saco de cimento a KZ 2500. Questionada sobre as razões dessa subida flagrante, Paula, sem rodeios, respondeu: "não há cimento no mercado. Estamos a vender o pouco que resta".

Cerca de 200 metros adiante, encontramos o agente Manuel Joaquim que comercializa o saco de cimento Tunga a Kz 2300. O comerciante conhece os motivos da escassez do produto no mercado, porém, acha que não precisa de subir tanto o seu preço.

"Não há cimento, mas vendendo o saco a 2300, sempre ganhamos alguma coisa", considerou, lamentando o comportamento dos colegas que dispararam o preço na ordem dos 100%, portanto, de Kz1500 para 3000, como se pôde constatar em alguns pontos da província de Luanda.

"É verdade que quando a procura é maior que a oferta, os preços tendem a subir. No entanto, devemos ser um pouco moderados", considerou.

Paralisação de forno da CIF provoca subida no preço do cimento

Uma avaria num dos fornos da cimenteira CIF, uma das maiores do país, situada no município de Icolo e Bengo, província de Luanda, causou a subida no preço do produto em Luanda e não só.

A maior cimenteira do país viu reduzir a sua capacidade de produção de forma considerável. Em virtude disso, o mercado ressentiu-se, porque o preço do produto "disparou". A CIF é responsável pela produção de 3800 toneladas de cimento por mês.

Uma fonte da cimenteira chinesa assinalou que um dos principais fornos registou uma avaria, tendo reduzido acentuadamente a sua capacidade de produção.

"O forno está avariado há semanas. Não sabemos concretamente o que se passa. Entretanto, nos próximos momentos saberemos quanto tempo a fábrica ficará paralisada ou se o problema será resolvido", declarou, sem entrar em mais detalhes.

Nova fábrica de clínquer no mercado

A subida no preço do cimento, acontece numa altura em que foi inaugurada, no último mês, em Luanda, uma nova fábrica de clínquer. A nova unidade fabril

da Nova Cimangola produzirá 1600000 toneladas anuais, um volume suficiente para cobrir as necessidades das cimenteiras nacionais.

Inaugurada recentemente (em Julho), numa primeira fase, prevê-se que a nova unidade vai produzir 1600000 toneladas de clínquer por ano, um facto que vai causar a cessação das importações do produto.

Localizada no município de Cacucaco e com uma extensão de 687 hectares, a nova fábrica da Nova Cimangola vai produzir o clínquer que será comercializado às indústrias cimenteiras do país e exportar o seu excedente, como os investidores referem. Recentemente, a ministra da Indústria, Bernarda Martins, considerou que o sector de materiais de construção "tem dado passos positivos, melhorando a oferta de produtos", entre os quais apontou o cimento.

"A indústria do Cimento tem crescido muito. Com o aumento da produção de clínquer, seguramente, teremos mais cimento. Passamos de 5 milhões para 8 milhões de toneladas por ano", recordou, referindo ainda que as necessidades de consumo interno situam-se em 6 milhões de toneladas, registando-se por isso um excedente de 2 milhões, um facto que torna o país autónomo em matéria de cimento.

3.2 Ex-administrador de Viana nas barras do Tribunal

Jornal Manchete

4 De Agosto de 2017

Esta sentença resulta de um processo iniciado por Cidália de Matos Baptista de Sousa Cabinda, proprietária do mercado, contra o Estado (Administração Municipal de Viana) e José Manuel Moreno Mendes Fernandes, antigo administrador municipal de Viana, na forma de acção especial de contas sob a forma do processo sumário.

Segundo o tribunal, os documentos juntos aos autos provam que Cidália de Matos Baptista de Sousa Cabinda foi responsável do mercado do Quintalão, no município de Viana, que com a autorização dos órgãos competentes, foi transferido para o KM 28/30. "Enquanto proprietária do mercado, a autora (da queixa) estava obrigada a depositar junto da tesouraria do Governo Provincial de Luanda (GPL) 25 por cento das receitas arrecadadas com a gestão diária do mercado", lê-se na sentença.

A autora invocou que a gestão do mercado era feita por si mas que, de um tempo a esta parte, tal gestão tem sido feito pelos réus e que estes não têm pago a

parte da receita que lhe caberia (75 por cento), adianta ainda o tribunal.

"Por tudo exposto, entende este tribunal que os réus devem- prestar contas da gestão que têm feito sobre o mercado", obriga o tribunal.

Contactado o administrador municipal de Viana, Jeremias Dumbo, para comentar a sentença, resumiu, em declarações ao Novo Jornal Online, que "ainda não tem conhecimento da situação", não querendo, por isso, tecer mais comentários.

Reagindo à sentença, José Manuel Moreno Mendes Fernandes disse existirem advogados a trabalharem no assunto.

"O mercado não é meu, é público. Eu já prestei contas", afirmou o antigo administrador municipal salientando que "muita gente quer se aproveitar dos bens públicos", acrescentou também ao Novo Jornal Online.

Cidália de Sousa Cabinda garante que, das contas feitas, tem a receber mais de 9 milhões de Kwanzas. "Até que enfim que a justiça foi feita", concluiu.

História do mercado Cidália Baptista revelou ser a proprietária do espaço, construído em 2006, em Viana, mas "foi forçada a abandoná-lo pelo ex-administrador de Viana, Zeca Moreno", por razões que diz desconhecer.

Segundo conta, o actual mercado surgiu após o antigo [da Estalagem], de que também foi proprietária, ter sido encerrado em 2004 sob ordens expressas do GPL, por se situar num local que dificultava o tráfego rodoviário e provocava vários acidentes, na via Luanda-Viana.

Recentemente o governador da província de Luanda, Higinio Carneiro, ordenou ao gabinete jurídico para resolverem o problema do mercado do KM30 entre a cidadã Cidália Baptista de Sousa e a Administração Municipal de Viana.

Num despacho assinado no dia 12 de Outubro, depois de ter consultado o gabinete jurídico, Higinio Carneiro concluiu que "são verídicas as reclamações materiais e documentais apresentadas pela cidadã Cidália Baptista de Sousa, em relação à propriedade do Mercado do KM30".

A análise feita aos factos alegados e à documentação apresentada pela reclamante, bem como ao contraditório exercido pela Administração de Viana, permitiu, segundo o despacho do governador de Luanda, esclarecer que a "25 de Setembro de 2006, fruto de uma reclamação feita pelos Caminho-de-

Ferro de Luanda e uma solicitação de cedência de terreno por parte da reclamante, o Governo de Luanda ordenou a transferência do mercado, situado na estalagem, pertencente a Cidália de Matos Baptista de Sousa para a zona do Quilómetro 30".

Na mesma ocasião, refere ainda o despacho, "o Pólo Industrial de Viana atribuiu o terreno KM30 à reclamante e a mesma, por meios próprios, ergueu o empreendimento".

"Por razões cujas justificações não foram sustentadas, a Administração de Viana espoliou o mercado da reclamante e chamou a si a gestão, sem a devida e justa indemnização, previstas nos artigos 3^o da Constituição da República de Angola", esclarece.

Com o propósito de evitar litígios desnecessários que, em sede judicial, possam prejudicar o bom nome do Governo da Província de Luanda, o documento determina que "o pedido da reclamante seja considerado procedente e que seja devolvido o referido mercado à reclamante", permitindo que a mesma possa "gerir, no âmbito da parceria pública privada, observando o previsto no artigo 10^o do decreto executivo n.º 136/11, de 19 de Setembro, que aprova o regulamento de exercício da actividade comercial, realizada nos mercados rurais, ou em alternativa".

O documento pedia à Administração Municipal de Viana que indemnice a reclamante, num montante que tenha em conta os gastos feitos com a construção do mercado, por expropriação indevida do espaço.

"A Administração deverá negociar com a reclamante uma indemnização da expropriação, segundo a lei, que seja aceitável para a reclamante", exige o despacho.

Cidália Baptista de Sousa revelou que foi obrigada a abandonar a casa devido às ameaças de morte e manifesta receio pela sua vida. "Já escapei a três tentativas de assassinato por desconhecidos e o meu guarda foi morto", denunciou.

Novo Jornal Online

3.3 MPLA promete requalificar Mercado do 30

Jornal Manchete
4 De Agostos de 2017

Durante a sua visita, Higino Carneiro prometeu requalificar, no próximo ano, o "Mercado do 30", de modo a torná-lo um espaço moderno.

O político, que visitou, recentemente, os mercados no município de Viana, no âmbito da campanha eleitoral que decorre desde Domingo último, defendeu que é necessário asfaltar o perímetro do conhecido Mercado do 30 e melhorar as condições de trabalho para os comerciantes.

"Queremos um mercado que tenha condições de saúde. Aqui trabalha muita gente e vende-se muita coisa boa, essencial para as nossas vidas", declarou. Higino Carneiro mostrou-se satisfeito por ter identificado melhorias na organização do mercado. Porém reconheceu ser necessário fazer-se ainda mais tendo, por isso, frisado a necessidade de se proporcionar emprego aos jovens que labutam naquele mercado.

Recomendou aos comerciantes a adesão ao voto, tendo explicado as vantagens em votar no MPLA e no seu candidato, João Lourenço. "Nos próximos 5 anos, temos que resolver o problema do emprego, o problema da água, da luz, do asfalto, da habitação e da escola. E tudo isso só será possível se o MPLA continuar no poder", sintetizou. Referiu que o MPLA é o partido ideal para resolver os problemas que a população enfrenta e aconselhou o povo a não se deixar enganar com "falsas promessas, de quem não sabe qual é a realidade do nosso país, e não sabe como resolver os problemas". Explicou a importância de conhecer os procedimentos adequados a adoptar no dia do voto.

O País

3.4 Rui Falcão "caça" votos nos mercados informais de Benguela

Jornal O PAÍS
4 De Agostos de 2017

No âmbito da campanha eleitoral tendo em vista o escrutínio de 23 Agosto, o secretário do Comité Provincial do MPLA, Rui Falcão, trabalhou Quarta-feira, 2, na zona F do município sede, nos mercados informais dos bairros Kalomburaco, Graça e Quilómetro 27, explicando a posição do partido e do seu candidato a Presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço, no boletim de voto.

À sua chegada à zona F, foi recebido por militantes, amigos e simpatizantes eufóricos, a quem distribuiu afectos e, ao mesmo tempo, prometeu, caso o partido seja eleito, melhorar significativamente as condições de vida da população, pondo à disposição mais infra-estruturas sociais.

Elucidou que votar no seu partido é, seguramente, garantir a continuidade de importantes projectos gizados e executados por este que sublinha ser o único com obras para mostrar à sociedade, razão pela qual insiste que os cidadãos eleitores não errem no dia de voto. "Têm de ver o 4, a bandeira do MPLA e aqui tem o quadrado. Esse "X" não vai estar lá, vai estar tudo branco, como está aqui. Então tu é que vais pôr -ou com o teu dedo na tinta ou não o X, marcando no quadrado próximo da cara do nosso candidato", explicou, exibindo um boletim de voto simulado.

Numa curta declaração aos jornalistas no mercado informal do Quilómetro 27, o político reiterou que a multidão aderente às actividades político-partidárias do MPLA sustentam bem a tese propagada pela agremiação política segundo a qual "o MPLA é o povo e o povo é o MPLA", considera.

No final da actividade político-partidária, o 2º secretário do comité municipal do MPLA, Carlos Vasconcelos, fez um balanço positivo da digressão de Rui Falcão ao município, a julgar pelo facto de se terem alcançado os objectivos preconizados pelo partido para mais um dia de caça ao voto, sublinhando, por outro lado, a vitalidade dos "camaradas" a nível do município-sede da província.

Carlos Vasconcelos assegurou que, não obstante o devido respeito pelos adversários políticos, o seu partido dispõe de condições para vencer as próximas eleições.

"Se nós até falarmos pode dar um ar de superioridade, mas com aquela máxima em latim "contra íactum, nulia argumenta" - contra factos, não há argumentos é só olharmos para o acto de massas que o MPLA organiza e olharmos também para os actos, com todo o respeito, dos da oposição", avaliou o 2º secretário municipal o partido dos "camaradas" em Benguela.

3.5 Tribunal exige apresentação de contas

Nove Jornal

4 De Agosto de 2017

Texto: David Filipe

A sentença resulta de um processo iniciado por Cidália de Matos Baptista de Sousa Cabinda, proprietária do mercado, contra o Estado (Administração Municipal de Viana) e José Manuel Moreno

Mendes Fernandes, antigo administrador municipal

de Viana que em 2006 desapropriaram o mercado das mãos da sua legítima dona.

O julgamento sumário, na forma de acção especial de contas, segundo a sentença do tribunal, dá como provado que a cidadã Cidália de Matos Baptista de Sousa Cabinda foi a responsável do mercado do Quintalão, no município de Viana, que com a autorização dos órgãos competentes, foi transferido para o KM 28/30.

"Enquanto proprietária do mercado, a queixosa estava obrigada a depositar junto da tesouraria do Governo Provincial de Luanda (GPL) 25 por cento das receitas arrecadadas com a gestão diária do mercado", lê-se na sentença.

No processo, a autora invocou que a gestão do mercado era feita por si, mas que, um tempo depois, passou a ser feita pelos réus, que, até ao momento, não pagam a parte da receita que caberia à lesada (Cidália de Matos Baptista de Sousa Cabinda), num total de 75 por cento do valor arrecadado. "Por tudo exposto, entende este Tribunal que os réus devem prestar contas da gestão que têm feito sobre o mercado", condena o Tribunal.

Contactado o administrador municipal de Viana, Jeremias Dumbo para comentar a sentença, resumiu, em declarações ao Novo Jornal que "ainda não tem conhecimento da situação", não querendo, por isso, tecer mais comentários.

Por sua vez, Zeca Moreno, reagindo à sentença, disse que o assunto está a ser analisado pelos seus advogados. "O mercado não é meu, é público. Eu já prestei contas", afirmou o antigo administrador municipal, salientando que "muita gente quer aproveitar-se dos bens públicos".

Satisfeita com a sentença, Cidália de Sousa Cabinda diz que tem a receber mais de 9 milhões de Kwanzas. "Até que enfim que a justiça foi feita", concluiu Cidália Baptista reafirmando ser a proprietária do espaço, construído em 2006, em Viana, mas que foi forçada a abandoná-lo pelo ex-administrador de Viana, Zeca Moreno", por razões que diz desconhecer.

Segundo conta, o actual mercado surgiu após o antigo [da Estalagem], de que também foi proprietária, ter sido encerrado em 2004. O NJ apurou que o Tribunal dará o veredicto final brevemente.

3.6 Centro Comercial Mutamba

Jornal de Angola

7 De Agosto de 2017

Texto: Dominiana Njila

São padarias, restaurantes, geladarias, livrarias, tabacarias, cantinas, quiosques, ateliers, lojas de roupas, calçados, acessórios e electrónicos, farmácias, ourivesarias, enfim. A diferença é que os comerciantes não estão entre paredes. Comercializam os produtos ao ar livre.

A Baixa de Luanda, mais conhecida por Mutamba, também oferece serviços de lavagem de viaturas e de estacionamento, concerto de calçados e graxa ou de reparação de telefones.

Embora" comecem a circular com o que têm para vender logo às primeiras horas do dia, estes comerciantes não residem no centro da cidade, nem nas imediações. A esmagadora maioria vem de lugares distantes. Muitos saem de Viana, Cacucaco, Kilamba Kiaxi, Rocha Moagem, Sambizanga ou Cazenga.

Desde às cinco horas da manhã, é vê-los a descer de táxis ou a chegarem, a pé. Vêm na Baixa o centro de confluência de pessoas com poder de compra, ao contrário dos moradores das áreas onde residem. Para alguns, a jornada de trabalho termina depois das 22 horas, quando os retardatários se aprestam a regressar a casa.

Menezes Matias vem de Cacucaco, para vender camisas no centro de Luanda. Quase sempre, chega de mãos vazias, ombros livres, porque tem já um local onde guarda a mercadoria. Condição diferente à de Mariana Alexandre, do Huambo, que tem de trazer tudo consigo, todos os dias. Ela vende bombó, ginguba e banana assada, na rua Rainha Njinga. "Venho do Rocha Moagem, para vender os meus quitutes na cidade. Mas, antes, passo pelo Mercado dos Kwanzas, onde compro o produto", diz Mariana.

Um jovem sapateiro, natural de Benguela, que não se quis identificar, nem se deixar fotografar, por receio de ser identificado pelos fiscais (ao lerem o jornal), contou que vem todos os dias do Cazenga para ganhar a vida na Mutamba. "O trabalho rende mais aqui do que no musseque".

Em cada curva, em cada canto, em cada beco ou rua, debaixo de edifícios e no interior de alguns, lá estão os caçadores de potenciais compradores.

As ofertas vão do mais moderno ao tradicional, dos bens electrónicos aos quitutes da terra. A

quissângua, a cola e o gengibre disputam clientes com os refrigerantes. Este cenário transformou a Mutamba e imediações num centro comercial ao ar livre.

No coração da cidade, está Menezes Matias, que vende camisas masculinas, "É um negócio rentável. Consigo sustentar a minha família." O jovem é vendedor há sete meses. No início, era para ajudar o irmão, que "trabalhava" no local há mais de 13 anos. Começou timidamente, mas a venda passou à obrigação diária.

Antes de expor o seu negócio, Menezes Matias limpa o local e só depois monta a tenda, onde pendura as camisas. "Com o passar dos meses, percebi que, para cativar os clientes, tinha de me manter informado sobre o mundo da moda masculina, em relação a camisas, que é o que vendo." Ele pesquisa sobre cores, cortes modernos, até o estilo mais desportivo.

O dia-a-dia destes vendedores é, entretanto, marcado por tentativas de fuga dos fiscais, o que conseguem quase sempre. Mas parece não lhes restar alternativa, senão insistir nesta venda ao ar livre. A justificação varia entre nunca lhes ter sido dada uma oportunidade de emprego e a necessidade de sustentar a família.

Portanto, circulam pela Mutamba e imediações porque é o que lhes resta fazer. Tudo para responder às necessidades que a vida impõe.

3.7 Pelo resgate do pregão da Avó Ximinha

Jornal de Angola

7 De Agosto de 2017

Oswaldo Gonçalves

O pregão das kitandeiras luandenses tem sido agredido de forma violenta pelas novas formas usadas para atrair a clientela, o dito "chamamento", seja por parte dos vendedores' ambulantes de bujingangas importadas, seja pelos cobradores dos taxis, a arrebanharem passageiros nos pontos de recolha ou a alertarem os que seguem a pé para o destino que perseguem.

Nas paragens de táxis mais concorridas, os cobradores podem até gritar mais alto, mas perdem para a melodia da mais ténue voz da mulher, velha ou moça, talvez ainda monandengue, que apregoa doces de coco ou bombó com jinguba torrada. Nenhuma garrafinha de água fresca saciará tão bem a sede quanto um gole de kissângua.

De origem tão antiga quanto os mercados negreiros, locais a que as vendedoras acorriam para comercializar os seus produtos, imprescindíveis para suprir as necessidades do tráfico humano, o pregão das quitadeiras de Angola e de Luanda, em particular, foi a forma usada por essas mulheres para chamarem a atenção da freguesia em tão ruidosos recintos.

Permitimo-nos aqui, ao estilo de uma sequência cinematográfica, resgatar o tímido chamado de uma mulher vinda de qualquer ponto dos arredores de Luanda, com uma quinda cheia de laranjas à cabeça, no meio de uma orquestra em que perfilam as vozes do vendedor de vinhos e do leiloador de escravos.

Cronistas de então referem que as quitadeiras dessa época vendiam de tudo um pouco, desde tecidos, linhas, agulhas, garrafas, espelhos, pratos, facas, etc, assim como os alimentos para os escravos, pois os traficantes abasteciam-se nas várias praças de Luanda, fosse a Kitanda Grande, Caponta, Fazenda ou no Largo da Alfândega. Compravam, sobretudo, farinha de mandioca e peixe-seco.

Baús de cultura, essas mulheres logo fizeram os chamados à freqüesia soarem ao ritmo dos seus corações e da sua alma, tomando OS pregões, mais do que uma crónica do quotidiano, um verdadeiro clamor, já que cada tostão conseguido na venda representava mais uma boca a alimentar, tão duros eram esses tempos .

SOM QUE VEM DA RUA

Nos dias que correm, o comércio ambulante é visto com algum desdém pela sociedade. A maioria das pessoas prefere usar o termo zungueira, derivado do kimbundu "kuzunga" (circular, rodear ou girar), a quitadeira e entende as actuais vendedoras de rua como herdeiras das antigas, quando, na verdade, se trata da mesma coisa, com as devidas adaptações aos novos tempos. É, sobretudo, das antigas vendedoras ambulantes que rezam os escritos, com destaque para a poesia. O nome Avó Ximinha é já quase uma designação para quitadeira e o seu "kuakié, makézu, makézu", eternizado pelo poeta Viria to da Cruz, nos versos cantados por Rui Mingas, a principal referência do pregão da quitadeira das ruas de Luanda.

"O pregão pode ser apontado como uma das formas mais antigas de publicidade do tipo jingle, considerada a origem dessa palavra inglesa, que inclui, entre os seus significados, o da 'repetição de palavras de som igual ou semelhante, especialmente para chamar a atenção", escreve José Ramos Tinhorão, no livro "Os Sons que Vem da Rua".

As antigas quitadeiras vendiam, sobretudo, fruta da terra, hortícolas, doces, milongos, missangas e amuletos da sorte, panos e bugíngangas. Muitas eram também peixeiras, actividade em que puxavam ainda mais pela habilidade para fazer ecoar o pregão, pois, embora grande parte da clientela fosse formada por gente conhecida, o peixe é extremamente perecível,

À parte de serem tema de canções por via dos poemas que sobre elas se foram escrevendo ao longo dos, tempos, as quitadeiras influenciaram também à música urbana angolana, com destaque para o Semba, do ponto de vista da melodia.

"Existe sim e muita musicalidade no pregão das nossas kitadeiras / zungueiras", escreveu o músico Marito Furtado, num contacto estabelecido via Internet "Musicalidade dessas senhoras teve muita influência na música angolana, que era feita desde o tempo colonial até, mais ou menos à viragem do século", acrescentou.

Marito Furtado vai além da opinião pessoal: "Estes dados estão aí para quem os quiser observar. Veja-se, por exemplo, a canção 'Minha Cidade é Linda', de Dionísio Rocha, dos anos 70, "Olha Laranja", de Valdemar Bastos, dos anos 80, "Zungueira", da Banda Maravilha, de 2005, e tantos outros exemplos", referiu ainda 'o conhecido baterista da Banda Maravilha.

Para ele, "é um facto que a musicalidade nos africanos está no sangue. Não é à toa que, quando nasce alguém, cantamos; quando morre alguém, cantamos; quando ganhamos, cantamos; quando perdemos, cantamos!"

O músico acrescenta exemplos: "No Sul de Angola, os povos de origem umbundu, quando te cumprimentam, logo pela manhã, já estão a cantar e essas mulheres guerreiras, quitadeiras/zungueiras, não fogem à regra e, quando anunciam os seus produtos pelas ruas, estão, .sim, a cantarolar excelentes composições".

3.8 Candidato do MPLA recebe apoio das vendedoras de Luanda

Jornal O PAÍS

8 De Agosto de 2017

Texto: Venâncio Rodrigues

Uma marcha, que percorreu cerca de dois quilómetros, serviu de pretexto, ontem, para uma considerável representação de vendedoras dos mercados de Luanda manifestarem o seu apoio ao

candidato do MPLA a Presidente da República, João Lourenço.

O evento, protagonizado pelo secretariado provincial do MPLA, começou nas proximidades da Feira Popular, distrito urbano do Neves Bendinha e terminou no Pavilhão da Cidadela Desportiva, durante a qual foram ouvidas palavras que enalteciam a figura do candidato do MPLA a Presidente da República.

"O MPLA é o único partido que pode melhorar as condições de vida da população e garantir o desenvolvimento económico e social do país", asseguro a representante das vendedoras de Luanda, Joana Alves.

Ela aproveitou para manifestar o desejo do grupo de ver satisfeito o acesso ao micro-crédito com juros bonificados destinado à criação de pequenos negócios.

Apelou também para a necessidade de se melhorar o saneamento básico nos mais de 50 mercados espalhados por Luanda, ao que o primeiro secretário do comité provincial do MPLA de Luanda, Higino Carneiro, assegurou que o assunto já vem espelhado no programa de governação da sua formação política. Segundo o político, o mesmo programa não exclui a construção de novos mercados na província.

O homem forte do "M" na capital do país, que aproveitou para apelar ao voto massivo no seu partido, manifestou a necessidade de se acabar com a venda anárquica nas ruas.

Para si, tal cenário descredibiliza a imagem da capital do país, e embora a venda na rua não seja crime, "não fica bem".

Membros do secretariado executivo do MPLA, em Luanda, presenciaram a marcha que foi marcada com um desfile de quitandeiras que exibiram os diversos produtos que comercializam nos mercados informais.

Mobilização porta-a-porta em Ambaca

Enquanto isso, na vila de Camabatela, município de Ambaca, província do Cuanza-Norte, o partido no poder realizou mais jornadas de "caça" ao voto coma intensificação da campanha porta-a-porta.

Os trabalhos de mobilização estão a ser conduzidos por uma equipa de 50 militantes dirigida pelo membro do comité municipal do MPLA, Alfredo pala.

O responsável partidário declarou à imprensa, no final da jornada, que para além de divulgarem o programa de governação e o perfil do seu candidato,

João Lourenço, também desenvolvem uma campanha de sensibilização visando convencer os indecisos a exercer o seu direito de voto, já que o mesmo é um dever de cidadania.

Aos eleitores, o político lançou um apelo no sentido de enveredarem por uma conduta cívica para que o pleito se transforme numa verdadeira festa da democracia.

3.9 Venda ambulante preocupa automobilistas

Novo Jornal

11 De Agosto de 2017

Automobilistas e moradores que circulam na estrada do Cacucaco, mostraram-se incomodados com a venda ambulante que aumenta diariamente naquela zona. No local são comercializados vários produtos desde alimentos a vestuário.

O mercado começa logo cedo, por volta das 7h00 da manhã e só termina por volta das 20h00, altura em que os comerciantes arrumam as mercadorias. A equipa de reportagem do Novo Jornal acompanhou por algumas horas a movimentação no local dos comerciantes. Durante o tempo em que lá permanecemos, a nossa reportagem observou a presença de efectivos da Polícia Nacional e da fiscalização do município de Cacucaco. Porém, nada faziam para proibir a venda no local.

No município de Cacucaco existem vários pontos de venda ambulante, mas o que mais preocupa os automobilistas e moradores são as vendas que acontecem junto à estrada principal por serem em risco a vida de quem pratica o comércio ou de quem compra os produtos naquele local.

De acordo com os automobilistas ouvidos pelo Novo Jornal, são dois os pontos principais onde a prática do comércio é muito movimentada: junto à ponte azul e na nova ponte de Cacucaco. Durante a nossa estadia no local, presenciámos por volta das 16h00, o atropelamento de uma zungueira que comercializava pão junto à estrada e que acabou arrastada por um taxista. A mulher, segundo as vendedoras tem 32 anos, chama-se Amélia e vende no local há um ano. Teve alguns ferimentos leves e foi socorrida no hospital municipal de Cacucaco.

Em Cacucaco existem vários mercados e o Novo Jornal, passou em dois deles; no mercado da Vidrul na estrada direita e do Mundial que fica localizado na rua dos pescadores. Ambos tinham muitas bancas desocupadas.

Ana Cláudia, 28 anos, é comerciante há mais de três anos e vende roupas no local desde o início de 2017, usando um megafone para chamar os clientes. "Vendo aqui porque as coisas andam bem, as pessoas que passam nas viaturas chamam-me e compram porque nem toda gente tem tempo para ir aos mercados que também ficam muito distantes. Já tentei vender no mercado do Mundial e não tive sucesso porque estive lá durante dias e não vendia nada ... Já aqui, vendo muita roupa todos os dias".

A vendedora, que é mãe de três filhos, disse reconhecer os perigos que corre todos os dias mas justifica-o porque precisa de sustentar os filhos que o pai não ajuda. "Sei muito bem dos riscos, porque até já perdi uma amiga, aqui mesmo, que foi atropelada mortalmente. Tenho mesmo que vender aqui, porque senão os meus filhos dormem com fome e eles têm um pai que não os sustenta. Sou mãe e pai deles".

Na ponte azul; à entrada da vila de Cacuaco também havia vários comerciantes a vender os seus produtos .

3.10 Candidato do MPLA pede voto a vendedores dos mercados

Jornal O PAÍS
19 De Outubro de 2017

O candidato do MPLA a Presidente da República, João Lourenço, percorreu ontem, dois mercados de Luanda para interagir com os seus utentes, tendo-lhes apelado a aderirem às urnas na próxima Quarta-feira (23).

O candidato do MPLA a Presidente da República esteve sucessivamente nos mercados do Asa Branca e do Kikolo, onde destacou ser um direito constitucional, reservado ao cidadão, eleger o Presidente da República e os deputados, de cinco em cinco anos. Aos cidadãos mais instruídos, João Lourenço solicitou que esclareçam os outros o modo de votar correctamente, aconselhando-os a não se dirigirem aos locais de votação com vestes partidárias. Tal como em Benguela, o candidato a vice-presidente, Bornito de Sousa, João Lourenço recomendou aos eleitores a consultarem as listas para confirmar o local para votar, dirigindo-se, pessoalmente, à assembleia de voto ou enviando mensagem (SMS) ao 40666, com os dados do cartão.

Votar no MPLA é votar na paz, na democracia e no desenvolvimento, defendeu João Lourenço, que expressou satisfação com o grau de organização no mercado do Asa Branca, município do Cazenga. No mercado do Kikolo (Cacuaco), o político prometeu qualificar aquele espaço, que alberga seis mil e 850

vendedores, melhorando os seus arruamentos e a construção da cobertura.

Universitários apresentam preocupação

Os jovens universitários apresentaram' ontem, aos membros do Comité Central do MPLA, em Luanda, algumas preocupações relativas à sua formação académica.

Entre elas, destaca-se a implementação obrigatória de estágios no currículo, melhorias no sistema de ensino superior e a criação de centros de pesquisa científica.

O membro do Bureau Político, Manuel Nunes Júnior, em representação do candidato a Presidente da República, João Gonçalves Lourenço, encabeçou a equipa do MPLA no encontro com jovens estudantes e académicos. Na ocasião' o representante da Associação dos estudantes de Ciências da Saúde, Hilário Cassule, propôs que, caso vença as eleições de 23 de Agosto, o MPLA faça uma reformulação nos programas de estudo, particularmente no ramo da medicina comunitária e cuidados primários de saúde.

Propuseram também a construção de um hospital, escola responsável pelas actividades pedagógicas, o apetrechamento de uma biblioteca e um laboratório para operações laboratoriais, assim como aplicação de um programa obrigatório de prestação de serviços para os recém-formados; num período mínimo de três anos, em unidades sanitárias, são outras contribuições apresentadas na área da saúde.

Por sua vez, o porta-voz dos estudantes do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED), Carlos Manuel, solicitou a criação de mecanismos que viabilizem a concessão do crédito bancário a: estudantes do ensino superior sem capacidade financeira, a construção obrigatória de rampas em todas as instituições de ensino para deficientes, assim como mais rigor e controlo da Secretaria de Estado do Ensino Superior aos cursos a serem implementados no sistema.

Já os estudantes do curso de Ciências Empresariais, apelaram à formulação universal da grelha de currículos leccionados nas cadeiras de gestão e do valor da propina a nível nacional, tal como a isenção da taxa de alguns emolumentos praticados principalmente nas universidades privadas.

O aumento de mais tribunais, concepção de contratos para assessoria aos estudantes de direito aos gabinetes jurídicos, promovendo assim uma aliança entre as componentes teórica e prática, veio da parte dos estudantes das ciências jurídicas, lida pelo seu representante, Henriques Dalome.

A contribuição dos estudantes na diáspora foi feita por Celma Pequeno, que destacou a necessidade de celebrar protocolos entre o Estado angolano e os países estrangeiros para a facilitação do pagamento de dívidas correntes em virtude das complicações que se verificam na transferência de divisas.

Neste quesito, a estudante propôs a concepção de disposições que viabilizem as transferências para os estudantes na diáspora.

Afloraram-se as preocupações das associações dos estudantes de engenharia, do Movimento Nacional dos Estudantes Universitários, que apelaram à formação de um parlamento académico e a aposta no sistema de energias renovável, entre outros assuntos.

3.11 Dentro e fora dos espaços

Jornal de Angola
21 De Agosto de 2017
Texto: Cristina da Silva

No Mercado da BCA, vende-se de tudo um pouco. Além dos produtos a retalho, são os artigos a grosso que mais têm saída, atendendo aos preços praticados.

O comércio é feito, ao mesmo tempo, entre as senhoras da rua e as das bancadas. As vendedoras da estrada são, na maioria, trabalhadoras das comerciantes internas e fazem venda a retalho. Já as que se encontram no Mercado ocupam-se dos clientes que procuram por produtos a grosso, entre os quais estão as da rua.

Madalena João, vendedora de bancada, esclarece que, embora as vendas sejam, na maioria, em caixas, também os que procuram produtos a retalho são atendidos.

Mas um dado salta à vista: o pacote de meio quilo de carne seca, por exemplo, nas senhoras da rua, custa entre 800 e mil kwanzas. No Mercado, onde as senhoras estão sentadas, varia entre 550 e 600 kwanzas. O azeite Galo ou outro de um litro pode custar, na bancada, de 1.200 a mil kwanzas, enquanto o litro de tempero sai a 600 kwanzas. Já na rua, estes produtos variam entre os 1.800 e os 1.500 kwanzas. A lata de 2,5 de atum na bancada sai a 2.500 kwanzas, já na rua são 4.000, a discutir. Toda esta troca comercial é feita a 20 metros de distância entre o Mercado da BCA, na 5ª Avenida, e a estrada da Avenida Deolinda Rodrigues.

Márcio Mendes, um cliente, já comprou nas senhoras da rua. Conta, sorrindo, que, das três primeiras vezes que se deslocou à BCA, não tinha noção da rede de comércio no local.

"Cheguei a fazer compras na rua.

E, naquela altura, considerava vantajoso, sem no mínimo saber que, quando me mandavam aguardar, elas vinham buscar dentro do Mercado, a um preço muito mais baixo", conta.

Desde que conheceu o mercado da BCA, Márcio deixou de comprar num outro sítio. Logístico de uma ATL, conta que neste mercado, o produto sai muito mais barato, se comparado a alguns armazéns.

Paula Miguel, outra cliente, visitava a BCA pela primeira vez. No saco que carregava já dispunha de alguns produtos. Para ela, as compras saíram em mais baratas que noutros mercados. "Ouvei falar que era um bom mercado para compras. Mas não pensava ser como constatei", disse Paula.

TRANSFERENCIA PARA FILDA O Administrador do Cazenga, Victor Nataniel ("Tany") Narciso, garantiu para 2018 a transferência dos vendedores do Mercado da BCA, que até ao momento se encontram no interior das ruas, para o quintalão da FILDA.

De acordo com o Administrador, há negociações com a direcção da FILDA, proprietária do espaço, que mostra vontade em transformar aquele lugar inoperante em mercado.

Sem, contudo, garantir para quem passará a gestão do quintalão, o Administrador do Cazenga disse que o assunto será divulgado em tempo oportuno à população.

"Neste momento, o que pretendemos é dar dignidade às milhares de comerciantes que se encontram a vender na BCA", disse "Tany" Narciso, para quem o Mercado da BCA continua a ser um mercado tradicional no comércio interno de Luanda.

3.12 Dia-a-dia do carregador

Jornal de Angola
21 De Agosto de 2017

A jornada diária de um "roboteiro" é dura, como é fácil de depreender. De tal modo que muitos preferiram não falar dela. Mas Jorge Paulo aceitou o nosso convite para nos detalhar o seu dia-a-dia.

Logo de manhã, deixa a sua casa e vai directo ao mata-bicho, uma Magoga (sandes de frango) e uma "bebe e me deixa", Coca-Cola de garrafa de plástico de 500 ml paga 300 kwanzas pela despesa "Não posso gastar mais do que isso, porque nem sempre os clientes aparecem", contou, a sorrir.

Jorge Paulo, 22 anos, veio do Andulo (Bié), para trabalhar e vencer. Trajado de calções e casaco, está pronto para a "robota". Espera conseguir 500 kwanzas para contribuir para a compra do jantar que reparte com o primo. "A vida em Luanda é dura, ou trabalhas ou viras gatuno. E isso nunca", garante.

PROTECÇÃO DOS GRUPOS

Marcial Domingos, de Malance nem sempre trabalhou no Benfica. Já fez "robota" nos Mercados dos Congolese e Asa Branca.

Ele garante que, para encontrar um bom ponto, é preciso garra e determinação para segurar o lugar.

No mundo dos roboteiros, também há conflitos entre os grupos que o constituem. Os bons lugares, geralmente, próximos de lojas ou armazéns com muitos clientes, são bastante concorridos. "Quando já somos um grupo, não admitir nos que mais alguém venha intrometer-se no nosso meio", explica.

Seja no melhor ou no pior dos pontos, há dias maus. Nessas alturas, todo o trabalho é bem-vindo. Tanto podem descarregar mercadoria em camiões ou fazer outro trabalho qualquer. "duro... O bom mesmo é quando aparece alguém que compra 100 ou 200 caixas de uma vez", rematou Marcial.

CHUVA: LUCRO GORDO

A verdadeira festa dos roboteiros acontece na época chuvosa. Nesse período do ano, levam a casa aproximadamente entre 7 e 8 mil kwanzas, por dia. "Quando chove, subimos os preços, porque não é fácil andar na lama. Começamos com 350 kwanzas. Se for distante, o 'jaba' sobe", disse Basto Garcia outro "roboteiro".

Na chuva, os 'roboteiros' podem fechar a semana com 44 mil kwanzas. que, multiplicados por quatro semanas, dão 176 mil kwanzas por mês. Por causa do valor estimado, Basto Garcia apressou-se a explicar: "este trabalho é para quem não tem vergonha. Não ficamos vaidosos. Concorro, quando dizem que ganhamos mais do que muitos funcionários públicos."

Os 'roboteiros' lamentam que parte desse valor vai para a "taxa" que pagam em alguns mercados. Diariamente, é-lhes cobrado 100 kwanzas, por entrarem no mercado. "t: obrigatório. Caso contrário, não entramos no mercado. Os fiscais obrigam-nos a fazer o pagamento", explica Bastos, garantindo que o mesmo se passa noutros mercados, e é preciso ganhar para as contribuições.

3.13 Mercado da BCA: comércio à extensão da 5ª Avenida

Jornal de Angola

21 De Agosto de 2017

Texto: Cristina da Silva

Num dos pontos da Avenida Deolinda Rodrigues, em direcção ao Município de Viana, várias mulheres concentram-se nas proximidades da zona que divide o Regimento de Polícia Militar e a TCUL. São as vendedoras de produtos básicos, que carregam em mãos para oferecer a potenciais compradores. Carne seca em pacotes, enlatados vários, como salsichas, chouriço ou atum, bolachas, entre outros, fazem o leque de bens que levam as mulheres a correr em direcção aos carros que param, mesmo não tendo os motoristas a intenção de comprar.

Na entrada da 5ª Avenida, no Cazenga, em direcção à FTU, vê-se um outro aglomerado de mulheres, jovens, com produtos. Ali está localizado o Mercado da BCA, nome que o espaço ganhou devido à proximidade com a Unidade Logística das Forças Armadas Angolanas, mais conhecido por BCA. O acesso à rua ainda é difícil, atendendo às obras que a zona recebe. São 10 horas da manhã. O frio que se faz sentir em Luanda não impede as mulheres de se fazerem ao negócio. É quinta-feira, 21 de Julho. O ambiente parece calmo. Mas só parece, porque é o dia da semana em que mais se vende, no maior mercado de enlatados e ensacados.

O corre-corre é característico, principalmente, para quem pretende ver despachado o produto. Carne seca, chouriço, atum, ervilhas, azeite de oliva, fruta em calda são os produtos comercializados. A estes acrescentam-se arroz, feijão, açúcar, sal, óleo vegetal e de palma, manteiga, marmelada, leite e refrigerante. Além de os terem nas mãos, muitas amarram os produtos às costas, o que facilita o atendimento, em caso do cliente precisar de mais uma unidade. O lixo, que há anos pairava sobre a 5ª Avenida, paralelamente ao comércio, e impedia a normal circulação automóvel e prejudicava a higiene, deixou de existir. O cenário hoje é diferente. O Mercado, localizado no coração do Bairro da Vila da Mata, ocupa também as três primeiras ruas, divididas em sectores A, B e F. Esta última foi criada para descongestionar a rua principal, que estava a ser tomada pelas vendedoras ambulantes. Um problema que, ainda assim, não foi solucionado, mesmo com a presença dos mais de 15 efectivos da fiscalização do Mercado.

Naqueles sectores, o comércio é organizado. São também as mulheres que dominam as bancadas, repletas até ao chão, de produtos enlatados, e não só. Fala-se em mais de 400 vendedores. Um número que todos os dias sobe, por causa dos ambulantes, que surgem no Mercado da BCA.

3.14 Roboteiros, força motriz dos mercados

Jornal de Angola

21 De Agosto de 2017

Texto: João Pedro

Popularmente, chamam-lhes roboteiros. Campeiam em mercados, armazéns e em todos outros lugares onde haja carga a transportar. Em Luanda, o serviço dos famosos carregadores é indispensável, seja para carregar grandes volumes, compras em sacos, fazer mudanças, levar grades ou caixas de bebidas e toda a sorte de coisas pesadas. Os roboteiros ajudam a poupar esforços, em troca de dinheiro.

Sentado no "kangulu" - carro de mão feito de madeira - Pedro Hossi controla os movimentos dos clientes que entram para os armazéns do bairro do Chinguari, no Benfica. Ele sabe que eles vão às compras, logo, vão precisar dos seus músculos e do seu carrinho para transportar a mercadoria.

Com muito respeito, Hossi aproxima-se de uma cliente e pergunta: "tia, posso colocar as compras no carro? A senhora mal respondeu, estava já o jovem trabalhador a colocar as compras no "kangulu" e, logo a seguir, à saca de arroz, duas latas de leite em pó e as caixas de óleo e de massa alimentar estavam no carro. A ansiedade do roboteiro impediu que a dona dos artigos se manifestasse. Com espaço para falar, ela disse-lhe que tinha apenas 300 kwanzas. E o rapaz pediu calmamente "tia, aumenta só 100! É até à outra rua!", apelou.

Este tipo de negociação, entre comprador e carregador, assiste-se, diariamente, nos pontos da cidade onde há comércio, seja ele formal ou informal. O trabalho dos roboteiros é tão procurado, que estes homens ganharam o estatuto de "trabalhadores". É assim que são chamados agora nos mercados: Asa Branca, Kwanzas, São Paulo, Congolezes, Km 30 e outros. Eles reagem melhor quando ouvem gritar "trabalhadoreeeeeé!". Também soa mais a angolano.

Actualmente, dominam este ramos jovens provenientes, maioritariamente, das províncias do Sul de Angola. Eles chegam a Luanda em busca de melhores condições de vida. Fogem da monotonia da

aldeia ou dos seus bairros perdidos na periferia das suas cidades. Em alguns casos, vêm seguindo o exemplo do irmão, primo ou do amigo, que, em Luanda, conseguiu afirmar-se e investiu na terra natal.

DE "KANGULU" A "NGANGUELA"

A presença de homens do Sul do nosso país é tão marcante neste negócio de carregar e descarregar, que o conhecido "kangulu" está a ser chamado "nganguela", que, em Umbundu, significa carro-de-mão. Este meio, que facilita qualquer trabalho braçal, não retira a carga nem a dureza da tarefa. Diariamente, os "roboteiros" trabalham duro. Mas não têm preços musculados.

Dependendo da distância a percorrer, cobram entre 300 e 500 kwanzas. Se num determinado dia, a procura estiver em baixa, ganha-se de 2.500 a 3.000 kwanzas. Na "robota", o segredo é economizar para justificar o esforço feito durante o mês. No fim, contabilizadas perdas e ganhos, um roboteiro pode amealhar 90 mil kwanzas. O valor está acima do salário mínimo mais de quatro meses. Compensa o esforço.

Pedro Hossi, estatura média, explicou-nos que, no seu caso, o segredo para lucrar um pouco mais" é ficar sempre no mesmo lugar e ter clientes fixos. As pessoas já te conhecem", justificou.

Hossi ganhou a confiança de alguns clientes, ao ponto de fazer entregas ao domicílio. "Há clientes que conheço bem e eles a mim. Levo as coisas às suas casas, sem que estejam presentes. Têm confiança. Nunca roubei nada de ninguém", disse, orgulhoso, o rapaz, que quer fazer economias suficientes para comprar três motorizadas e levá-las à província do Huambo, sua terra natal.

3.15 Venda de ferro-velho garante rendimento

Jornal de Angola

21 De Agosto de 2017

Mazarino Da Cunba

De manhã bem cedo, estamos na zona do Pólo Industrial de Viana. Somos surpreendidos por jovens cantando; "O meu dia está ganho" (bis). "Vou às lixeiras, ando pelas ruas e quintais abandonados, mas regresso com dinheiro a casa". "Com a venda do ferro-velho, sustento a milha família". Os rapazes estavam alegres com o sucesso diário das vendas de um produto bem antigo, um pequeno negócio de sucata.

Ali, a sucata é que está a dar. Asseis horas da manhã, já se via, à distância, uma longa fila de "kupapatas", carregados de metais até onde não podiam mais. Lá estavam homens de várias idades e origens, mas todos eles com a mesma missão: ganhar dinheiro para garantir a alimentação, a saúde e a educação dos filhos.

Poucos segundos após a nossa chegada ao local, os jovens deram conta de que no seu seio havia pessoas estranhas. Éramos nós. Rapidamente, abandonaram as motorizadas e aproximaram-se, para perguntar o que desejávamos. Mal os cumprimentámos, assim como ensina a ética e a moral, um dos vendedores apressou-se a nos perguntar se estávamos a fazer inscrições para emprego. Outro ainda dizia que não éramos repórteres, mas activistas políticos. Em fase de campanha eleitoral, desconfia-se até das boas intenções. Nos jovens era perceptível a necessidade de uma ocupação formal. Soavam gritos de desabafos: "queremos emprego..."

Todo este movimento decorreu à entrada da fábrica de aço, onde cerca de 40 homens, enfileirados nas respectivas motorizadas de três rodas, aguardavam o "sinal verde" para entrar, pesar e vender o ferro-velho, recolhido das ruas da cidade de Luanda. A fábrica de aço, instalada no município de Viana, compra sucata de qualquer cidadão. '

NEGÓCIOS. CONCORRENCIA E CONSTRANGIMENTOS

De acordo os jovens "comerciantes", nestes últimos anos, o negócio de sucata começou por volta de 2008. Primeiro, com os malianos. Em finais de 2014, muitos cidadãos nacionais começaram a interessar-se pela venda de ferro-velho. Nestes dias, os malianos já o fazem nas restantes províncias do país.

José Fulo, 28 anos, está no negócio de ferro-velho há 12 meses. Ele garantiu-nos que, quando a sua moto está completamente carregada, a venda pode render-lhe 15 mil a 18 mil kwanzas. "É um negócio que garante o sustento da minha família. Também contribuo para a limpeza dos bairros periféricos", sustentou, com um certo orgulho. José Fulo explicou-nos que a fábrica tem interesse em comprar a sucata em qualquer cidadão. Os compradores pagam de acordo com a quantidade levada pelos "apanhadores", que, em média, fazem um a dois carregamentos.

Araújo Domingos, vendedor de sucata; descobriu este negócio através de um amigo, que já o fazia há mais de dois anos. "Vendo ferro-velho para garantir comida e medicamentos para a minha família", disse.

O negócio tem, entretanto, ficado difícil, na forma de avaliar de Araújo Domingos. Ele afirma que, nos últimos meses, 'tem havido escassez de sucata em Luanda, devido ao grande número de jovens que se interessa pelo negócio. Ele lamentou também o facto de alguns agentes da Ordem Pública criarem constrangimentos nas suas actividades. "Agradecemos a presença dos agentes da Ordem Pública, mas não queremos que os mesmos atralhem às nossas vidas", reclamou.

A fábrica de aço em referência fica no Pólo Industrial de Viana e está aberta das 8 às 16 horas, para comprar a sucata. A unidade industrial tem como finalidade a compra de matéria-prima para a fabricação de aço, material muito usado no sector da construção civil. Em média, a fábrica recebe 150 motorizadas de três rodas carregadas de ferro-velho.

3.16 Governos provinciais e administrações deixam de licenciar actividade comercial

Jornal Expansão

26 De Agosto de 2017

Texto: Isabel Costa Bordalo

O novo Regulamento sobre o Licenciamento dos Estabelecimentos e da Actividade Comercial e Serviços Mercantis retira a competência de licenciamento aos governos provinciais e administrações municipais, concentrando esta tarefa no Ministério do Comércio, de acordo com o Despacho Presidencial nº 193/17, de 22 de Agosto.

O departamento ministerial responsável pelo Comércio e Serviços Mercantis pode, contudo, "encarregar uma entidade privada para assegurar os procedimentos administrativos de licenciamento", mediante "contrato de concessão de serviço público". Isto exclui a concepção e configuração do alvará, que é da competência exclusiva do departamento ministerial responsável pelo Comércio e Serviços Mercantis, com vista à "salvaguardar a autenticidade" do documento e evitar falsificações.

A competência para o licenciamento é uma das principais alterações à Lei n.º 1/07, de 14 de Maio de 2007, que até aqui regulava as Actividades Comerciais, e que distribuía a competência para o licenciamento por três organismos: o Ministério do Comércio, os governos provinciais, que licenciavam o "comércio geral, comércio precário, a prestação de serviços mercantis e minimercados", e as administrações municipais, que podiam proceder ao licenciamento do "comércio feirante, comércio

ambulante e vendedores de mercados municipais urbanos, suburbanos e rurais".

A aprovação do novo regulamento, por Despacho Presidencial, além de simplificar e tornar mais eficientes os procedimentos administrativos de abertura e encerramento de estabelecimentos comerciais, visa responder a "alguns tipos de comércio moderno" que não tinham resposta na legislação, clarificando o regime de prestação de serviços mercantis.

O Decreto Presidencial n. o 193/17, publicado um dia antes das eleições gerais, revoga o Decreto Presidencial n. o 288/10, de 30 de Novembro de 2010, que regulava o comércio grossista, e toda a regulamentação anterior, entrando em vigor no prazo de 60 dias a partir da sua publicação, ou seja no dia 22 de Outubro de 2017.

O regulamento aplica-se ao licenciamento das "actividades comerciais de venda a grosso, venda a retalho, comércio geral, comércio precário, comércio feirante, comércio ambulante, prestação de serviços mercantis, bem como às actividades de comércio de representação indirecta e quaisquer outras actividades comerciais não reguladas por legislação especial".

Estão excluídas as actividades cujo exercício é autorizado por legislação especial, tais como as actividades petrolíferas, diamantíferas e das instituições financeiras, incluindo os escritórios de representação de empresas estrangeiras.

O licenciamento pressupõe a atribuição de dois tipos de licença' a licença comercial e a licença de comércio precário, esta última com a atribuição de três tipos de cartões (cartão de Feirante, cartão de vendedor ambulante e cartão de vendedor de banca de mercado), que definem o âmbito de actuação geográfico.

A licença comercial é válida para todo o País, "podendo o seu titular exercer a actividade em qualquer parte do território nacional", como define o ponto 1, do Artigo 7º do regulamento. O cartão de Comércio Geral, Prestação de Serviços Mercantis, Precário e o Cartão de Comércio Feirante tem âmbito provincial.

E o cartão de vendedor ambulante, o de feirante e o de vendedor de bancada de mercado são de âmbito municipal, restringindo os seus titulares ao exercício da actividade nas áreas e nos mercados neles indicados.

3.17 Cooperativa agrícola dos vendedores ambulantes arranca em Outubro

Jornal O PAÍS

27 De Agosto de 2017

Texto: Domingos Bento

A primeira cooperativa agrícola da Associação dos Vendedores Ambulantes (AVAL) começa a funcionar a partir da segunda quinzena do mês de Outubro, no município da Cubal, província de Benguela, segundo revelou ontem José Cassoma, presidente da referida associação.

Numa primeira fase, o responsável deu a conhecer que vão ser integrados no projecto agrícola um total de 15 jovens que anteriormente exerciam a actividade de venda ambulante nas ruas de Luanda. Os beneficiários, conforme explicou, foram mobilizados e submetidos, durante trinta dias, a um processo de formação que terminou ontem com resultados positivos.

De acordo com José Cassoma, todos os formandos, que são jovens dos 20 aos 35 anos de idade, são natural da província de Benguela e só estavam em Luanda porque procuravam formas de sobrevivência. Assim, durante um mês foram submetidos a uma sessão de formação sobre preparação, plantação e irrigação de diversas culturas.

"Tivemos um saldo positivo durante a formação. Agora, esses jovens, que deambulavam pelas ruas de Luanda a venderem produtos em condições difíceis, terão emprego condigno e poderão servir melhor as suas famílias. É este o contributo que a nossa associação dá na melhoria das condições de vida de muitos agregados", ressaltou.

Denominado Cooperativa agrícola "Katy Katerno", José Cassoma fez saber que, com a iniciativa, se pretende retirar dezenas de jovens de actividades informais e posteriormente inseri-los em projectos onde possam desenvolver ofícios que os vai catapultar para uma vida melhor no futuro. Inicialmente, conforme explicou, a ideia era formar 35 jovens. Mas, por conta das dificuldades financeiras, apenas foram formados nesta primeira fase 15 beneficiários.

"Este é um projecto privado. E temos limitações porque também vamos trabalhar com outras pessoas que não eram propriamente vendedores ambulantes. Vamos é esperar o crescimento da cooperativa. À medida que ela se desenvolver, vamos dar oportunidade à outras pessoas", frisou.

De acordo ainda com José Cassoma, a escolha recaiu aos jovens da zona Sul pelo facto de, por um lado, o projecto estar a nascer na província de Benguela, e, por outro, porque a maior parte dos vendedores ambulantes' que operam em Luanda, serem provenientes do Sul do país, com realce para Bié, Huambo, Benguela e Huíla.

Por outro lado, sem revelar o valor do projecto, a fonte disse que, quando começar a funcionar, a cooperativa vai promover a diminuição do fluxo de vendedores ambulantes nas ruas de Luanda, um problema cuja solução, em seu entender, carece do contributo de todas as forças vivas da sociedade. "Se cada um de nós prestar um pouco da sua ajuda para estes jovens que vendem nas ruas, oferecendo oportunidade de emprego ou de formação, estaríamos a contribuir para o bem do país", rematou.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃ O E CIDADANIA

5.1 Lei da Administração local tem regulamento aprovado

Jornal de Angola

17 De Agosto de 2017

Texto: Kumuenho da Rosa

Com direito a aplausos para todo o Governo pela elevação do Centro Histórico da Cidade de Mbanza Kongo a Património Mundial, e foto de família à entrada do Palácio Presidencial da Cidade Alta, a última sessão do Conselho de Ministros aprovou o Regulamento da Lei da Administração Local do Estado

O dia era de despedidas, mas ficou também marcado por este sinal para o futuro da governação em Angola, já que a regulamentação da Lei da Administração Local do Estado, ao estabelecer princípios e normas da organização e funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, representa um passo importante no processo de implementação de autarquias.

O diploma fixa as estruturas organizacionais, bem como os mecanismos de operacionalização desses órgãos, em linha com um processo legislativo que inclui as Leis de Base da Organização Territorial e da Administração Local do Estado, votadas em plenária da Assembleia Nacional, em Junho de 2016.

O Conselho de Ministros aprovou um Memorando sobre as Projeções de Liquidez para o II Semestre de 2017, documento que visa antecipar cenários e a possibilidade de recurso a contas de reservas, para mitigar a acumulação de atrasados ou a possibilidade de incumprimento no pagamento de despesas prioritárias.

Ainda neste domínio, foi aprovada a criação do Sistema Nacional de Contratação Pública Electrónica e o respectivo regulamento, com o objectivo de

minimizar os custos inerentes à tramitação dos procedimentos de contratação pública e a melhoria do processo de selecção de fornecedores do Estado. O Conselho de Ministros aprovou a Proposta a conversão das antigas instalações da Assembleia Nacional num espaço para eventos de teatro e música. O antigo Cine-Teatro Restauração vai poder acolher nas áreas adjacentes exposições de artes plásticas, conferências e outras manifestações de cultura. Foi criada uma comissão multisectorial coordenada pelo Ministério da Cultura para a conclusão dos estudos e a proposta de nova designação do edifício concebido e construído entre 1946 e 1952, que até ao passado, após sofrer diversas intervenções, serviu como sede do Parlamento angolano.

Durante a sessão, foi também aprovado o Programa Emergencial de Intervenções Estruturantes em infra-estruturas integradas, encostas e áreas de risco para as populações, sobretudo nas encostas do Lobito e Catumbela, na província de Benguela, e ao longo da estrada da Samba, na província de Luanda. O programa integra ainda a conclusão do troço inacabado da estrada Camama - Viana, inserido no sistema estrutural de circulação de Luanda.

Porto no Dande

O Conselho de Ministros aprovou ontem o projecto de construção, operação e manutenção do novo Porto de Dande. Com a execução deste projecto, a província de Luanda deverá contar com uma outra estrutura portuária que vai reforçar a capacidade de abastecimento em todo o país. Um empreendimento a ser construído numa área total de 197,287 quilómetros quadrados, com recurso ao financiamento privado, projectado para servir: de entreposto internacional de mercadorias.

Sinalização rodoviária

O Conselho de Ministros aprovou o Regulamento sobre a Sinalização do Trânsito, em conformidade com a Convenção de Viena de 1968 sobre a Sinalização Internacional e com as regras da Circulação Automóvel da SADC, no âmbito da política e estratégia do Executivo para a prevenção e segurança rodoviária.

Somente os países signatários da Convenção de Viena de 1968 sobre Tráfego Rodoviário e países com o Princípio da Reciprocidade aceitam a Licença Internacional de Condução.

Vistos para a Indonésia

O Conselho de Ministros também aprovou para Ratificação o Acordo entre Angola e a Indonésia

sobre a isenção de vistos para titulares de passaportes diplomáticos e de serviço, e foi informado sobre o Memorando de Entendimento entre os dois países sobre Consultas Políticas, assinado em Abril último, em Jakarta.

Angola e a Indonésia assinaram um acordo de supressão de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço, além de outros instrumentos ídicos para facilitar o intercâmbio entre os dois países, após conversações oficiais no quadro de um périplo efectuado pelo ministro das Relações Exteriores por alguns países da Ásia e Oceânia.

5.4 Em fim de campanha, Lourenço promete autarquias para meio do mandato

Jornal O PAÍS

20 De Agosto de 2017

Texto: José Kaliengue

João Lourenço disse ontem, em Luanda, que a instituição das autarquias, a meio da próxima legislatura, será solução fundamental para a resolução dos problemas com que se debatem os municípios em várias partes do país. No seu último comício de campanha eleitoral, avançou que as autarquias irão proporcionar aos cidadãos avanços nos planos económico, social e político. Haverá uma governação mais próxima do cidadão, que permitirá resolver os problemas no município; como os ligados à educação, saúde, recolha e tratamento do lixo e saneamento básico. Além disso, as câmaras municipais gerarão mais empregos, além de gerirem questões como a distribuição de energia e água. No entanto, as autarquias poderão ser implementadas em fases, alguns municípios primeiro e outros se seguirão.

A abordagem de João Lourenço começou na constatação dos vários problemas da província de Luanda, que precisam de ser resolvidos.

"Diz-se que os problemas de Luanda derivam do excesso de pessoas, mas também que advêm do facto de Luanda ter muitos chefes, que o Governo Central abafa a governação local, mas estas são análises superficiais. A solução passa pela coragem de instituir o poder local, as autarquias", disse ele. "Alguns laboratórios políticos vaticinaram", continuou João Lourenço, "uma derrota eleitoral do MPLA, com base nas consequências da crise económica que o país vive e por o MPLA concorrer com um candidato novo, anunciado seis meses antes das eleições. Para eles isso seria suficiente para a

derrota do MPLA, mas o povo veio à rua e contrariou tal vaticínio".

"O povo vota no 4 porque sabe que o MPLA é o garante de uma Angola em paz, livre e democrática". E continuou: "O povo sabe que o MPLA luta pela unidade nacional, que só o MPLA combate efectivamente o racismo, o tribalismo e outros comportamentos nocivos; promove a mulher. Só o MPLA tem políticas realistas, que não caíram do céu, para promover os jovens proporcionando educação, trabalho e a possibilidade de os jovens criarem negócios próprios".

De seguida, Lourenço justificou o voto do povo no seu partido, no dia 23, pelo facto, disse, ter sido a "estrela cintilante" da sua bandeira guia que o levou a porto seguro na longa noite (colonialismo), e conduziu o povo de um deserto a um oásis (paz). E disse que a mesma estrela cintilante levará o povo a um futuro melhor.

As coisas que estão mal na realidade angolana "têm de ser transformadas por nós, não por outros", disse. Depois de ter prometido que o seu Executivo, depois de 23 de Agosto, vai combater as assimetrias regionais, para um desenvolvimento mais harmonioso do país.

A aposta na qualidade do homem, nomeadamente nos serviços de educação e saúde, será igualmente assumida pelo MPLA.

"Vamos apostar na humanização dos serviços de saúde de tal forma que mesmo sem medicamentos o bom atendimento faça o utente sair com a sensação de que está curado". A saúde, defende, é importante "para que os angolanos tenham força para trabalhar e produzir bens e serviços".

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Centralidade de Tucuve construída em 14 meses

Jornal de Angola

1 De Agosto de 2017

Texto: Lourenço Bule

A cidade de Menongue, província do Cuando Cubango, vai ter nos próximos 14 meses a primeira centralidade com 212 edifícios para beneficiar um total de 1.300 pessoas, no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

A ser erguida no bairro Tucuve, a sete quilómetros da cidade de Menongue, a primeira pedra para a edificação da centralidade foi lançada ontem, em cerimónia co-presidida pelo vice-governador do Cuando Cubango para o sector económico e produtivo, Ernesto Kiteculo, e por Rui Cruz, presidente do Conselho de Administração da Imogestin, gestora do projecto.

A centralidade do Tucuve vai ocupar, numa primeira fase, 6,9 hectares dos 16 que representa o plano urbanístico. O projecto habitacional terá igualmente unidades comerciais, área verde com 500 metros quadrados e uma zona de 7.810 metros quadrados para o estacionamento de viaturas. O projecto prevê ainda a construção de uma escola primária, um posto policial e um posto de saúde, edifício administrativo, parques infantis, zonas desportivas e de lazer.

Está ainda prevista a entrega de lotes à iniciativa privada para o fomento e desenvolvimento complementar da centralidade, destinados a actividades económicas de variadas dimensões, serviços, equipamentos e outras unidades habitacionais de acordo com os interesses dos intervenientes. As obras estarão a cargo da empresa de direito angolano Grinner, que garante o recrutamento de 150 jovens locais para a execução do projecto a ser edificado na reserva fundiária do Tucuve.

Rui Cruz destacou o trabalho do Executivo para a construção do projecto habitacional no Tucuve, numa altura difícil que o país atravessa, devido à escassez de recursos. A Imogestin é a entidade gestora do Plano Nacional de Urbanização e Habitação e garante sustentabilidade dos projectos, sem deixar de levar em consideração que estão sob responsabilidade do Estado.

Prioridade aos candidatos

O vice-governador do Cuando Cubango para o sector económico e produtivo, Ernesto Kiteculo, disse que existem mais de cinco mil pedidos de jovens da província que solicitaram habitação ao Governo local e sublinhou que, depois de concluída, a prioridade ~ a juventude e os mais necessitados.

Questionado sobre a expansão de projectos do género em todas as sedes municipais, Ernesto Kiteculo disse ser um processo a nego dar com o Ministério do Urbanismo e a Imogestin, para que os municípios com maior índice populacional como o Curto Cuanavale, Cuchi, Mavinga, Rivungo e Calai possam ser contemplados.

"Agradecemos ao Executivo, ao Ministério do Urbanismo e Habitação, bem como à Imogestin por não se esquecerem de contemplar o Cuando Cubango com uma centralidade", disse, acrescentando que a centralidade do Tucuve vai contribuir para alargar o eixo da cidade de Menongue e, nesta senda, cabe ao Governo provincial estender a rede eléctrica, água potável e as infra-estruturas rodoviárias.

O director nacional da Habitação, Adriano dos Santos da Silva, disse que às distintas fases incluídas no Programa Nacional de Urbanismo e Habitação para a construção de centralidades e a falta de recursos financeiros estão na base da chegada tardia no Cuando Cubango de projectos habitacionais do género. Está prevista a construção de centralidades nas províncias de Malanje, Cunene, Cuanza-Norte e Zaire.

A Imogestin prevê, no terceiro trimestre deste ano, proceder à venda dos imóveis na cidade do Lubango (Huila), onde existem 854 residências, no Lobito, com três mil, na Praia Amélia, na província do Namibe, com duas mil casas, no Luhongo (Benguela), com duas mil, na Baía Farta (Benguela), com mil casas, e "5 de Abril", no Namibe, com duas mil. Para os projectos de Benguela, Namibe e Zango Oito Mil, as vendas estão condicionadas ao início e conclusão das infra-estruturas externas.

6.2 Projecto agro-aldeias "Zé Dú" será implantado em todo território nacional

Jornal O PAÍS

1 De Agosto de 2017

Texto: Miguel Ângelo

O grupo empresarial ASAS desenvolve estudos de viabilidade para execução de um amplo projecto denominado

"Agro-aldeias Zé Dú", que visa a requalificação de aldeias em todo o território nacional, disse o empresário Segunda Amões.

O processo de levantamento incluiu' além da realização de estudos de viabilidade económica e financeira, o contacto com autoridades tradicionais das aldeias, a elaboração das plantas arquitectónicas dos empreendimentos, a fim de serem submetidos ao Executivo para o aval de execução.

O Presidente do Conselho de Administração do Grupo ASAS, Segunda Amões, garantiu que, no quadro dos discursos do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, a requalificação das aldeias vai estender-se a outras regiões do país, seguindo a experiência piloto a ser levada a cabo na aldeia Camela Amões, município do Bailundo, visando a "dignificação das autoridades tradicionais e suas comunidades", acrescentou.

O FCA do grupo ASAS avançou' no acta de entrega de casas sociais do tipo T -3, a dois habitantes da aldeia Camela Amões, feitas pelo rei Ekuikui V, que os resultados obtidos naquele projecto dão boas indicações de que as acções devem prosseguir, estando em consonância com o programa de governação do MPLA. A primeira fase da requalificação da Aldeia Camela Amões, que vai até 2025, prevê a construção de duas mil casas sociais.

6.3 Historial

Jornal de Angola

7 De Agosto de 2017

A Centralidade do Kilamba erguida de raiz é uma nova cidade angolana localizada no Município do Kilamba Kiayi na Província de Luanda.

A primeira pedra para a construção do empreendimento foi lançada no dia 31 de Agosto de 2008, sendo que foi oficialmente inaugurada a 11 de Julho de 2011, pelo Presidente da República. José Eduardo, dos Santos.

A Centralidade do Kilamba está situada a cerca de 40 quilómetros a Sul do centro da capital Luanda, tendo como local de referência o Estádio Nacional 11 de Novembro. O projecto foi concebido para se desenvolver em três fases com um total de 82 mil apartamentos, numa área de 54 quilómetros quadrados. A primeira fase deste empreendimento foi prevista para alojar cerca de 19 mil pessoas, em 115 edifícios, num total de 3.800 apartamentos erguidos em padrão urbano, com serviços públicos integrados como escolas e instituições financeiras.

Os prédios estão dispostos em quatro quarteirões, equipados com quatro Jardins de Infância, duas Escolas Primárias e uma Secundária. Elementos como suportes e canalização para os aparelhos de ar condicionado foram incorporados na arquitectura dos edifícios. Infra-estruturas sociais, como as Escolas Primárias e Secundárias, com espaços desportivos dotados de campos de jogos multiuso e campos de futebol com pistas de atletismo estão incluídos. A Estação de Tratamento de Água Potável e a de Tratamento de Águas Residuais estão operacionais e duas subestações eléctricas fornecem energia à cidade.

Kilamba foi construída sem barreiras arquitectónicas, de modo a que as pessoas portadoras de deficiência possam circular de forma autónoma e com segurança. A Centralidade vai dispor também de um Hospital e está prevista a construção de pelo menos. 12 Centros de Saúde.

Está ainda prevista a instalação de depósitos selectivos de lixo, de modo a que a recolha de resíduos seja feita com uma pré-selecção ecológica.

Ao, lado das zonas residenciais existem espaços de investimento privado, como lojas, restaurantes e outros, obedecendo ao Plano Director da Cidade.

Na Centralidade do Kilamba estão planeadas infra-estruturas destinadas aos serviços municipais, segundo um modelo que se propõe ser o embrião de ensaio da criação das autarquias a nível de todo o país, entre elas a futura Câmara Municipal. o Tribunal Municipal e outros serviços de carácter autárquico.

6.4 Moradores entre a reivindicação e a aceitação

Jornal de Angola

7 De Agosto de 2017

No Edifício W31 e outros da Centralidade do Kilamba, também há moradores descontentes. Não concordam com o valor estipulado. Alegam que

quando se estabeleceram os preços, não estavam presentes. Os do W31 justificam que para um edifício de 36 apartamentos, bastariam cinco mil kwanzas de contribuição para as despesas do prédio.

Gilson Furtado, o Coordenador, disse que, para melhorar a imagem do prédio e motivar os moradores, a equipa vai montar um sistema de iluminação nos arredores do edifício, melhorar o "hall" do prédio e comprar novas plantas para o jardim.

Outros, entretanto, estão do lado dos coordenadores. Aldina Venâncio, moradora do V31, um edifício de dez andares, cujo condomínio é de seis mil kwanzas, considera o valor baixo, pelos serviços que tem de cobrir.

"Além disso; muitos moradores não pagam e o coordenador é obrigado, às vezes, a tirar do seu próprio bolso. Temos 40 apartamentos, mas só cinco ou dez pagam", lamenta esta habitante do Kilamba.

No Edifício 08, prédio de quatro andares, vive Vânia de Sousa, que paga a mensalidade de quatro mil kwanzas, como todos os outros. "É muito pouco, mesmo sem termos elevador. É um valor baixo e mais baixo se torna porque muitos não pagam, infelizmente. E isso causa transtornos ao Coordenador."

Alfredo de Sousa habita um dos oito andares do Edifício V33 e paga seis mil kwanzas de condomínio. O valor não inclui a manutenção ou eventual reparação do elevador. Em caso de necessidade, é feita uma contribuição à parte. "A situação dos elevadores devia ser da conta dos chineses. Não sei porque razão já não fazem isso?", questionou-se o morador. Ele considera "o valor mensal por apartamento muito baixo, embora justo. O problema é que muita gente não paga. Aqui, são 36 apartamentos, mas só 20 pagam. Assim, fica difícil".

CHAMADA DE ATENÇÃO

Os coordenadores dos edifícios no Kilamba têm mandato de um ano. Acontecem, porém, situações em que estes gestores permanecem por períodos superiores. Por exemplo, quando encontram consenso entre os moradores. Os gastos feitos são apresentados, numa acta, pelo Coordenador Financeiro. Em detalhe, mostra como foi usado o dinheiro arrecadado. Para melhorar o controlo, todos os moradores que fazem os pagamentos tem direito a um comprovativo que é afixado no quadro de informação do prédio.

Luzia da Conceição Baltazar explicou que aos moradores que não pagam ou que têm dívidas em

atraso, a melhor forma de lhes fazer ceder é criticá-los directamente "Nas reuniões' que realizamos para resolver pequenos problemas do prédio, aproveitamos falar abertamente com o vizinho e mostrar que ele está errado quando não paga o condómino. Esse método muitas vezes funciona. EI~ muda de atitude", disse Luzia,

O Coordenador do Edifício W12, Damásio José tem opinião diferente. "Todo o cidadão adulto sabe quais são os seus direitos e deveres. Por este motivo entendo que quem não paga as quotas do condómino não deve ser exposto.

Eu apenas faço o meu trabalho e dou o meu melhor. O edifício está sempre limpo e o jardim organizado. Só o facto de o vizinho olhar para isso já se sente envergonhado" acredita.

6.5 Pagamentos da discórdia

Jornal de Angola

7 De Agosto de 2017

Texto: Manuela Mateus

A Cidade do Kilamba, localizada no Município do Kilamba Kiaxi, na Província de Luanda, já está habitada há seis anos. São os moradores que asseguram o saneamento básico e a segurança dos edifícios. As medidas para manter a salubridade da nova cidade foram encontradas pelos próprios moradores, que, por unanimidade, elegeram coordenadores que se encarregam da manutenção de cada edifício.

Para garantir a limpeza e a segurança, os moradores pagam uma taxa de condomínio fixada em Assembleia, organizada por eles mesmos. Tudo começa com o estabelecimento de uma quantia, a ser paga mensalmente, que varia de edifício para edifício, também em função do número de andares.

Os coordenadores, por sua vez, têm a incumbência de resolver os problemas ligados à limpeza, jardinagem, segurança, serviço de manutenção e funcionamento dos elevadores. A taxa de condómino varia entre 3.500 e 10 mil kwanzas. Geralmente, nos prédios mais altos, de 8 a 12 andares, os preços tendem a ser mais elevados, por causa do número de moradores. Nos edifícios de quatro andares, os custos são mais baixos. Gilson Furtado, Coordenador do Edifício W31, disse que, para manter o prédio limpo, os moradores pagam uma taxa de sete mil kwanzas por mês, servindo esta para pagar os empregados de limpeza, jardineiros e seguranças. "Infelizmente, neste momento, temos apenas os seguranças. Tivemos que dispensar a

empregada de limpeza porque nem todos os moradores colaboram nas despesas do edifício. Uns não concordaram com o preço estipulado e os outros não têm interesse, o que dificulta o pagamento de outros prestadores de serviços", frisou Gilson.

Em relação à segurança dos moradores, Gilson Furtado argumentou que, "num período em que existem muitos delinquentes na cidade do Kilamba, os guardas auferem um salário de 30 mil kwanzas. Corno também cuidam da limpeza, tivemos a necessidade de aumentar 10 mil kwanzas ao que ganham", disse. De modo didático, o coordenador falou da necessidade de manter a higiene e a imagem do prédio, "para dar exemplo aos nossos filhos e eles habituarem-se a viver num ambiente limpo e a preservarem o meio em que vivem".

O Coordenador do Edifício W31 apelou aos moradores para contribuírem com a taxa estabelecida para continuarem a usufruir dos serviços' que são essenciais para o bem-estar e a conservação dos imóveis. "Embora os moradores não paguem atempadamente e não contribuam a 100 por cento, esforçarmo-nos em persuadir os devedores. Podemos dizer que estamos em 70 por cento, num bom caminho."

Por outro lado, a Coordenadora do Edifício W32, Luzia da Conceição Baltazar, que exerce a função há três anos, destaca que no perímetro da praça do rio Chilungo, onde se situam os edifícios W, o seu prédio foi o que registou mais falhas de pagamento das taxas. "Na altura, éramos apenas 14 moradores. Concordámos que a taxa de condómino seria de cinco mil kwanzas, mas a maioria não pagava. Foi necessário muito diálogo e reuniões para convencer os moradores a pagar", contou.

6.6 Habitação domina mensagens

Jornal de Angola

08 De Agosto de 2017

Os tempos de antena na Rádio Nacional e na Televisão Pública de Angola continuam a ser aproveitados pelos partidos para passarem os seus programas de governo. No tempo de antena de ontem na RNA, enquanto a UNITA prometeu atribuir um salário condigno caso vença as eleições do próximo dia 23, o MPLA garantiu o acesso à habitação à camada jovem e facilidades de crédito junto aos bancos para que possa adquirir casas sem pronto pagamento. Para a concretização desta promessa, o candidato do MPLA ao Palácio da Cidade Alta advogou a desburocratização do processo de acesso à habitação. João Lourenço

defendeu procedimentos de aquisição de residências mais céleres e o pagamento das casas num período relativamente longo. Já o candidato da UNITA, Isaías Samakuva, prometeu a atribuição de salários condignos que se ajustem à capacidade financeira do país, afirmou que, em caso de vitória, estabelecerá um salário mínimo nacional equivalente em kwanzas a 500 dólares.

Ainda no tempo de antena da UNITA, a candidata à deputada Clarice Caputo disse que o Programa de Governo Inclusivo e Participativo (GIP) que o seu partido prevê implantar vai gerar uma política de segurança social baseada no humanismo, justiça e solidariedade.

Por sua vez, a CASA-CE falou do desempenho da administração pública enquanto ente cujo fim é a satisfação das necessidades colectivas. Na visão da coligação, a administração pública devia ser o sector com maior dignidade, o "rosto bonito de um bom governo". A CASA-CE defende que a administração pública deve sujeitar-se à constitucionalidade e à legalidade. Considera que a Administração Pública está "infectada" por comités de especialidade e prometeu desburocratizá-la através da descentralização e desconcentração, bem como da melhoria do bem-estar dos funcionários e agentes dos órgãos do Estado.

A FNLA, por seu lado, voltou a usar trechos de um tempo de antena anterior, relativo à política monetária vigente no país. O partido liderado por Lucas Ngonda criticou as formações políticas que fazem promessas salariais irrealis, desconhecendo a realidade económica do país.

O candidato da FNLA a Presidente da República defendeu uma maior aposta no sector da educação, tendo sublinhado que as universidades devem estar preparadas para receber todos os estudantes que tenham terminado o ensino secundário sem os submeter a exame de aptidão.

O tempo de antena da APN foi dedicado à visita do candidato do partido ao Bié, onde realizou um acto político de massas e prestou homenagem aos combatentes e heróis tombados pela Pátria, no cemitério Monumento do Cuito.

No Bié, Quintino Moreira explicou que a criação de três cidades capitais vai ser o factor fundamental para o desenvolvimento sustentável do país e, assim, haver mais emprego e os angolanos viverem felizes e em harmonia. O político apelou a uma maior atenção e apoio às viúvas e órfãos dos veteranos de guerra.

A maior parte do tempo de antena do Partido de Renovação Social foi preenchido com a apresentação das suas linhas de acção em língua nacional.

6.7 Especialista fala de dificuldades e desafios

Jornal de Angola

12 De Agosto de 2017

O especialista em investimento imobiliário, João Mainsel, acredita que o mercado ficou abalado devido às restrições de crédito às empresas. Face aos riscos que a economia apresenta hoje, a taxa de 25 por cento ao ano condicionou o investimento de muitas imobiliárias. "Apesar de ter sido realizado um trabalho árduo de investimento nos materiais de construção como o cimento, aço e tijolo, os rendimentos médios dos funcionários deixou de seguir as mudanças do mercado", referiu. "Há todo um esforço para fazer um imóvel e ainda precisamos de recorrer à importação para o acabamento das habitações", acrescentou.

Para João Mainsel, a presença chinesa trouxe uma nova dinâmica e forma de construir. "As obras chinesas trouxeram novas fórmulas e sistemas de construção, e investiram em profissionais nacionais que hoje têm capacidade para gerir obras de construção", disse o especialista.

A crescente oferta pública nas novas centralidades e bairros sociais minimizou a carência de habitações. João Mainsel garante que essas urbanizações reduziram a especulação imobiliária.

Banco de Fomento

João Mainsel considera crucial a criação de um Banco de Fomento Habitacional que apoie a indústria de construção e permita que todas as classes sociais tenham acesso às habitações. Um banco de capitais públicos amplia a oferta de imóveis de forma sustentável através dos financiamentos. Para o especialista, o fomento à indústria de construção civil e ao ramo imobiliário é a chave para as soluções financeiras de financiamento à habitação.

Na sua visão, a intervenção do Estado deve cingir-se à criação de um banco que estimule determinados projectos como a auto-construção dirigida e de grandes urbanizações, e actue como promotor e regulador do mercado.

João Mainsel, além de especialista em investimento imobiliário, dirige o projecto Atlantic City com 119 lotes disponíveis na zona dos Ramiros. Outro empreendimento na mesma zona é o Sun City, com

840 lotes. "Queremos fazer de Ramiros um novo eixo de desenvolvimento urbano. É a entrada de Luanda na parte Sul e tem menos construções desorganizadas do que outras regiões de Luanda", acentuou. "Estão em vista mais quatro empreendimentos nesta via onde a paisagem é mais atractiva", realçou. De 2014 a 2017, em parceria com sócios, construiu seis empreendimentos e 17 edifícios residenciais.

A visão do Estado

A ministra do Urbanismo e Habitação reconheceu, recentemente, que os investimentos no sector imobiliário sofreram uma redução considerável, devido a dificuldades de acesso a divisas, para a importação da matéria-prima e recomendou aos agentes económicos, a procurarem fontes alternativas e inovadoras de financiamento, bem como a utilização de matérias de construção nacionais.

Branca do Espírito Santo afirmou mercado deixou de ser dinâmico, numa altura em que falta crédito para a promoção imobiliária e habitação e um quadro legal que potencie o surgimento de um mercado de arrendamento atractivo para os investidores.

A ministra aconselhou os agentes imobiliários a trabalharem em união e maior participação de todos os associados, no mercado imobiliário, ao invés de optarem pelo individualismo.

"É um acto de coragem e dignidade humana o papel, que assumem os dirigentes associativos, que pelo seu trabalho voluntário contribui para manter vivos estes espaços de solidariedade profissional e social", frisou.

O ministro da Construção, Artur Fortunato, falou numa nova visão de desenvolvimento urbano, que permite um menor investimento do Estado, ao mesmo tempo que alavanca e potencia o sector privado e garante também o retorno do valor aplicado, disse, juro acto de consignação.

6.8 Imóveis estão a preços atractivos

Jornal de Angola

12 De Agosto de 2017

Texto: Natacha Roberto

A redução significativa dos preços dos imóveis no centro da cidade de Luanda está a transformar o mercado imobiliário. Edifícios e habitações construídas de raiz, com tecnologias mais avançadas, estão disponíveis a preços mais baixos.

O edifício Kilamba é um dos inúmeros exemplos. Inaugurada no ano passado, a torre de alto padrão

corresponde bem às expectativas de grandes empresas.

Hoje, face à mudança radical do mercado, a qualidade está para todos as carteiras. A Torre Kilamba segue a regra: oferece oportunidades de arrendamento para pequenas e grandes empresas com necessidade de garantir aos empregados melhores condições de trabalho.

A arquitecta Rosina Inglês dos Santos garante que a nova era do mercado imobiliário é positiva, porque garante mais possibilidades de compra e arrendamento.

"Antes da crise que se verificou no mercado imobiliário, as nossas expectativas de vendas e arrendamentos eram apenas para uma alta gama de empresas estrangeiras, como as petrolíferas face à especificidade do edifício e à sua localização", afirmou.

Para a construção da Torre Kilamba, localizada na zona nobre da Baía de Luanda, o proprietário investiu cerca de 102 milhões de dólares norte-americanos, incluindo os estudos dos solos e a elaboração dos projectos executivos, sendo que parte do orçamento foi obtido através de um financiamento de 74 milhões.

"O projecto obedeceu a várias fases de construção com grande complexidade, por isso, decidimos na altura arrendar ao preço praticado no mercado imobiliário que estava estimado em 200 dólares por cada metro quadrado", revelou.

O preço corresponde à modernidade do edifício, por ter sido concebido para ser um marco na cidade Luanda, com recurso às novas tecnologias de construção a nível mundial.

Mas hoje, a realidade obrigou a mudanças no preço do metro quadrado dos edifícios localizados na cidade. A procura de imóveis decaiu muito em função da crise que afectou a actividade das empresas multinacionais que eram os maiores clientes. "Desde 2010 que os preços de arrendamento vêm caindo e hoje situam-se abaixo da metade do valor antes praticado", revelou a arquitecta.

A zona da Baía de Luanda dispõe de grandes infra-estruturas que são arrendadas aos preços mais altos do mercado imobiliário. A Torre Kilamba sobe a fasquia pela sua peculiaridade: possui um sistema de gestão integrada que, de forma automática, faz o controlo dos equipamentos instalados no interior, para garantir o rigor do seu funcionamento. "Os elevadores levam o utilizador até ao 26.º andar, o último do edifício, em pouco menos de seis

segundos", exemplificou. Possui ainda controlo de acesso, sincronismo no funcionamento dos geradores e sistema de combate a incêndio.

Rosina Inglês dos Santos sublinha que estes modernos sistemas estão ao dispor de qualquer empresa interessada em arrendar um espaço no edifício. "O utente pode ocupar um andar de acordo com a sua necessidade.

Temos disponíveis escritórios com copas, sala de bastidores e instalações sanitárias de ambos os sexos e para portadores de deficiência", destacou.

O centro de Luanda congrega as mais importantes empresas e instituições financeiras do país e o edifício Kilamba distingue-se por estar no espaço de maior visibilidade da cidade. No seu interior, os escritórios são do tipo amovível, com a possibilidade de serem alterados em função das necessidades de cada cliente.

Rosina Inglês dos Santos explica que o interior do edifício Kilamba está concluído e tem disponíveis escritórios de 30 a 430 metros quadrados. "O empresário precisa apenas de instalar as comunicações para facilitar o trabalho", explicou.

As condutas de despejo de lixo, as três caves com 145 lugares de estacionamento e um parque exterior sob gestão do Governo da Província são algumas facilidades disponíveis.

O centro financeiro e a Feira Internacional, que passa a ser realizada na Baixa de Luanda, prestigia ainda mais a Baía, onde estão sediadas inúmeras empresas públicas e privadas.

Novo ambiente económico

O presidente da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), Cleber Correia, considera esta fase como um "novo momento económico". "Esta baixa na compra de imóveis é para mim um novo momento económico que de forma positiva amplia o universo de pessoas a ter acesso às habitações", disse.

Cleber Correia garante que, conforme os preços baixam, mais pessoas podem ter acesso às habitações ou aos edifícios de escritórios, que na sua opinião precisam do apoio incondicional do Estado. "Como um jovem empreendedor vai conseguir pagar mil dólares mensais num dos novos edifícios?", questiona.

Para o empresário, esta situação obriga muito empreendedores a arrendarem na periferia, onde os preços são mais baixos.

Mas, o novo momento económico está a mudar todo a forma de comercializar.

Em Talatona, por exemplo, o preço do arrendamento e venda das habitações caiu quatro vezes. Nesta zona nobre, o preço do metro quadrado para escritórios baixou de oito mil para quatro mil kwanzas.

"Em função da grande mudança, os empresários são hoje obrigados a diversificar os seus produtos para todo o tipo de classe. Administrar a documentação dos imóveis do comprador, gerir os condomínios e outros serviços devem fazer parte da nova era", realçou.

Recentemente, numa reunião com a ministra do Urbanismo e Construção, a APIMA propôs para a zona de Icolo e Bengo a construção de um loteamento de 23 hectares, com ruas, passeios, sistemas de drenagem, redes de distribuição de luz e água canalizada e postos médicos.

O responsável da Pro-Imóveis acredita que a proposta, além de garantir acesso a habitações para todas as classes sociais, proporciona também maior qualidade de vida. "Os beneficiários podem ter acesso aos lotes onde vão construir as suas residências, com financiamento cedido pelo banco, descontado em taxas mensais", esclareceu.

Na sua óptica, a promoção de uma construção dirigida com lotes urbanizados é a melhor opção. "Estas construções ajudam a manter o ambiente agradável e o morador a sentir-se inserido na sociedade", realçou.

Para os próximos anos, o empresário prevê mais oportunidades de acesso à habitação, com a redução dos preços dos materiais de construção civil que hoje são adquiridos a custos mais baixos em relação ao passado.

"As empresas ficaram muito numa zona de conforto, vendiam para a gama alta, mas agora, em função do momento, os preços das casas desceram e ainda vão reduzir mais", defendeu.

A APIMA quer contribuir para um mercado mais abrangente em consonância com as instituições que intervêm no ramo habitacional. Cleber Correra revelou que a direcção quer propor ao Governo uma lei que regula os imóveis e rever os prazos de licença de obra para agilizar a construção.

"O que condiciona os investimentos das empresas do sector da construção são as licenças que demoram a ser autorizadas. Este condicionalismo atrasa o início das obras e a entrega das casas", explicou.

Além de Luanda, a Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA) está representada nas províncias de Benguela, Huambo e Lubango.

Espaços com qualidade Com a crise económica provocada pela queda do preço do petróleo, a instabilidade cambial causou um abrandamento em vários sectores da actividade produtiva e financeira.

A arquitecta Rosina Inglês dos Santos realçou ainda o abrandamento na execução dos planos de investimento das empresas estrangeiras e a retirada de algumas do país, deixando disponíveis áreas imobiliárias no centro da cidade.

6.9 Mais professores com casas garantidas

Jornal de Angola

13 De Agosto de 2017

O Ministério da Educação deu início, na sexta - feira, a um projecto habitacional, denominado Oásis, por via do qual vão ser construídos no Zango Três, município de Viana, 200 moradias T3 e T5 para professores da província de Luanda.

As moradias sociais vão juntar-se a cerca de 1.500 casas já construídas, no âmbito de outro projecto nos Zango Zero, Dois e Três, e que ainda não estão habitadas. "

Na sexta-feira, o ministro da Educação, Pinda Simão, deslocou-se ao Zango, onde fez o lançamento da primeira pedra para o início do projecto e a entrega simbólica das chaves a três dos cerca de 1.500 beneficiários das moradias já construídas. João Cipriano, assistente de Informação e Marketing do Ministério da Educação, disse que o projecto habitacional foi criado pelo facto de um número significativo de professores não terem concretizado ainda o sonho da casa própria.

Antes de deixar o Zango, o ministro Pinda Simão visitou uma clínica, criada no âmbito do projecto habitacional para atender os professores e seus familiares. O Ministério da Educação, preocupado com o défice de professores em municípios como os da Quiçama e Icolo e Bengo, procura atrair docentes para essas áreas, tradicionalmente rurais, através da criação de condições de habitação condignas.

6.10 Mais de 200 moradias na área da Açucareira

Jornal de Angola

17 De Agosto de 2017

Texto: Alfredo Ferreira

Um total de 212 fogos habitacionais vão ser construídos na localidade da Açucareira, na província do Bengo, no âmbito do programa de urbanização dos novos projectos do Estado, com vista a melhorar a vida da população da região.

O projecto habitacional beneficia 1,272 habitantes e foi apresentado na terça - feira, pelo Governo Provincial do Bengo e pela Imogestim.

A implementação do projecto habitacional da Açucareira permite, numa primeira fase, a construção de 152 fogos, em cinco edifícios de quatro pisos, incluindo lojas, enquanto a segunda fase do projecto será executada na localidade das Mabubas.

O novo projecto habitacional do Bengo inclui arruamentos, sinalização rodoviária, rede de telecomunicações, reservatórios de água, postos de transformação de energia eléctrica, drenagem das águas pluviais e uma estação de bombagem e filtragem de água.

Segundo o presidente do conselho de administração da Imogestim, Rui Cruz, o projecto habitacional da localidade da Açucareira conta com uma escola, que alberga cerca de 600 alunos do ensino primário.

Rui Cruz explicou que os edifícios vão contar com apartamentos do tipo T3, sendo que o prazo de duração das obras está estabelecido em um ano e cinco meses.

"As obras começaram terça-feira e prevêem também a construção de um posto policial, centros de saúde, zonas verdes, campo multiuso e um parque infantil", segundo Rui Cruz.

O governador da província do Bengo, João Bernardo de Miranda, disse estar satisfeito com o projecto habitacional, após um período de várias análises realizadas 1)0 terreno.

"O projecto habitacional vai dar possibilidade de melhorar a vida de muitos habitantes, fundamentalmente trabalhadores da função pública, que maioritariamente residem na vizinha província de Luanda". O governante reconheceu o papel do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, pela sua dedicação e empenho em projectos que visam o desenvolvimento sustentável do país.

População expectante

A população da província do Bengo está expectante com o término do projecto, como é o caso da jovem Ladimira Gomes, moradora no bairro, e de Jaime dos Santos, que esperam viver no projecto habitacional da Açucareira. Ladimera Gomes mostrou - se satisfeita pelo facto de a Imogestim continuar os projectos habitacionais na província do Bengo e augura que as obras decorram dentro dos prazos previstos. Jaime dos Santos argumentou de que aguarda com expectativa o término das obras, visto que vai mudar a imagem da circunscrição e oferecer melhores condições de vida aos futuros moradores. "A Imogestim já efectuou muestudos na nossa província, mas na prática só executou o projecto de Kapari", lamentou Jaime dos Santos.

O soba da região do Dande, Francisco Sala Mubemba, disse que o projecto é bem - vindo, porque a população precisa de melhores condições habitacionais.

Francisco Sala Mubemba aproveitou a ocasião para pedir mais projectos de impacto social, para melhorar a qualidade de vida (ia população, com destaque para a reabilitação das vias de acesso, que vão facilitar as trocas comerciais, a livre circulação de pessoas e mercadorias' bem como o escoamento dos produtos agrícolas para os principais mercados da região.

De acordo com fontes da empresa construtora, as obras do projecto habitacional estão avaliadas em 45 milhões de dólares, contando com 800 trabalhadores, entre angolanos e expatriados.

6.11 Acesso às centralidades numa nova era

Jornal Economia e Finanças

18 De Agosto de 2017

Texto: Isaque Lourenço

Os últimos três meses foram penosos para os moradores das centralidades do Kilamba, Vila Pacífica e nos arredores do Zango e Bitá, nos municípios de Belas e Via na, em Luanda.

As obras de construção de um "nó" viário (viadutos) no acesso ao Kilamba e Zango, para garantir maior mobilidade e fluidez no tráfego automóvel, obrigou a mudanças no horário de saída e entrada, sobretudo nos dias normais de trabalho.

Desde a manhã desta sexta-feira (18) que tudo faz parte da passado. Foram abertos os viadutos à

circulação automóvel e mais do que isso, o encanto das obras devolvem o ânimo dos que durante dias a fio viram-se dosearam para chegar a tempo aos vários compromissos.

O morador Rúbem Domingos, 34 anos, técnico-especialista em tratamento de águas residenciais e industriais, diz que agora pode esfregar às mãos de contente.

"Não é apenas um ganho, mas uma mudança completa na imagem de, quem entra para o Kilamba. Assim, podemos dizer que valeu a pena suportar todos embaraços que estas obras causaram de início", conta.

Uma coisa que também não passa despercebida aos olhos deste morador da centralidade do Kilamba é o facto de em pouco tempo ter sido possível dispor-se aos automobilistas, sobretudo, os que trafegam pela avenida Fidel Castro - Via Expresso Benfica/Zango/Cacuaco, uma obra moderna e com soluções fáceis.

"Fico satisfeito em ver que há determinação em fazerem-se coisas boas e no menor curto espaço de tempo, pois preocupava-nos a possibilidade ou não de serem cumpridos os prazos iniciais", disse.

Já a estudante Macemiana Francisco, também moradora do Kilamba, diz que as obras estão um espectáculo.

Segundo ela, foram muitos dias de alguns transtornos, sobretudo para os que utilizam a primeira entrada como o acesso mais facilitado. Era uma volta tal, mas que agora já é história para contar.

"Dá gosto de se ver e melhor será quando passarmos por ela, certamente. Acompanhei pela televisão a outra da zona do Iumbo e vi logo que o Governo nos deu um bom presente", conta.

Um outro estudante é Mateus Capindo, 38 anos, a frequentar o terceiro ano do curso de língua inglesa no Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED).

As obras do viaduto do Kilamba obrigaram a que os estudantes encontrassem outras alternativas para chegarem a este instituto localizado no Bloco A, quarteirão Hungu, da centralidade do Kilamba.

"A primeira entrada era mais fácil, pois apanhava-se boleia dos moradores e outros que se deslocavam para a centralidade.

Quando iniciaram as obras, tudo ficou mais difícil e claro que encareceu, nestes dias, a nossa formação académica", disse.

Mateus Capinado disse que "a partir de amanhã (hoje sexta-feira) voltaremos a utilizar a nossa via habitual e isso vai permitir que poupemos uns trocos, mas acima de tudo o mais gratificante é à distância vermos uma obra de engenharia e que oferece soluções de rapidez no trânsito, uma vez que os veículos não cruzam directamente, como ocorria anteriormente".

Recompensa de dias e noites

Às vésperas da inauguração dos viadutos do Kilamba e Zango foi possível conviver com os que de perto, durante cerca de quatro meses intensivos, estiveram dias e noites empenhados em dar esta solução viária aos automobilistas.

O canto da noite (23h25min) era sinal de alegria de quem àquelas horas trocou o sono tranquilo com o árduo trabalho em prol do cumprimento das datas.

"Não é satisfação apenas pelas horas extras que vou ganhar, mas porque vejo o resultado do sacrifício que fazemos.

Tudo isso, no dia 19 vai dar para sorrir ainda mais, pois quem utilizar este viaduto do Kilamba e mesmo os outros vai orgulhar-se por serem técnicos angolanos em maioria a realizarem esta obra", explica Armando Luís, técnico de conferagem.

Mestre Edú, assim quis ser identificado, diz que as noites eram os melhores momentos de trabalho, pois, apesar de cansados havia menos movimento de carros e pessoas, o que garantia mais concentração e diminuía também a pressão de quem tinha de ouvir gritos e insultos de muitos descrentes na concretização dos prazos avançados para a entrega do viaduto.

Metas cumpridas

Em Fevereiro deste ano à China Realway 20 (CR20) foram consignadas pelo Ministério da Construção, através do Instituto Nacional de Estradas de Angola (INEA) as obras de reabilitação do eixo estruturante da Via Expresso Cabolombol Cacuaco, com a execução dos rios viários no Camama, acesso ao Zango e Kilamba.

Os custos previstos foram de 38,4 mil milhões de kwanzas, tendo a CR20 se juntado à angolana Carmon, especializada na construção de pontes e outras soluções tecnológicas, para disponibilizarem até Agosto os viadutos.

O nó viário da via Expresso até a centralidade do Kilamba consiste numa plataforma com duas faixas de rodagem em cada sentido, com canteiro central e bermas laterais. Já o nó viário do Zango possui iguais duas faixas de, rodagem em cada sentido, alças dos acessos complementares ao sistema viário, sinalização horizontal e vertical.

Os dados do INELA apontam que a reabilitação do eixo estruturante da Via Expresso Fidel Castro Ruz-Cacuaco baseada na execução dos "nós" viários da via expresso com a estrada do Camama com o acesso ao Zango e do binário de ligação da estrada do Camama com a via expresso até à Centralidade do Kilamba e resselagem da camada de desgaste têm uma extensão é de 55 quilómetros.

6.12 Centralidade do Dundo é habitada

Jornal Economia e Finanças
18 De Agosto de 2017

A entrega de chaves de um apartamento ao rei Mwene Muatchissengue wa Tembo pelo vice-presidente da República de Angola, Manuel Vicente, marcou a inauguração da centralidade de Mussungue, no Dundo.

Numa cerimónia que envolveu certa moldura humana, com maior destaque para mulheres, a ministra de Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, entregou a chave da cidade ao Vice-Presidente da República que, por sua vez, a depositou no governador da Lunda Norte, Ernesto Muangala.

O folclore foi destaque na cerimônia, com a exibição do grupo de dança Maringa e de música da Mamã Tembo, depois de Manuel Vicente, que não fez nenhuma intervenção pública, ter descerrado a placa da cidade, num largo à entrada.

A centralidade, com edifícios que variam entre oito, nove e cinco andares, foi construído numa superfície de 115 hectares, abarcando apartamentos 13,136 T4, 2988 T5 e 136 T6.

Na central idade de Mussungue, com cinco mil apartamentos onde já habitam 15 mil pessoas, existe uma escola primária de 30 salas, um centro infantil de 36 salas, além de um hospital com 109 camas.

Sistemas de drenagem de águas residuais e fluviais de 33,8 km, 56 km, respectivamente, são outras das infra-estruturas construídas de :2009 a :2015.

As águas sem proveito vão para uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), que tem

capacidade de bombeamento de 830 metros cúbicos por hora. A de consumo é tratada numa estação com capacidade de despejar 20 mil metros cúbicos por dia. A ministra do Urbanismo disse que, com esta fase do programa, se prova que a política habitacional no país está no bom caminho.

O governador da Lunda Norte exaltou a pertinência deste empreendimento, na impossibilidade de se erguer Lucapa, como capital da província, como o Presidente José Eduardo dos Santos tinha projectado, devido aos anos de guerra.

Por sua vez, o administrador da Imogestin na cidade do Dundo, Amarildo Van-Dúnem, afirmou que proximamente começa a fase da construção de casas económicas, para beneficiar pessoas com menos capacidade, além de se dar início ao processo de arrendamento de mil apartamentos.

Questionado sobre a pressão de candidaturas para a compra de apartamentos, disse que, ao contrário de Luanda que tem uma realidade diferente, devido ao êxodo, Dundo teve vendas normais.

Na opinião do administrador, estes projectos demonstram que foram bem elaborados.

Manutenção das centralidades A ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, chamou atenção ao desafio que se apresenta às entidades públicas para a gestão e manutenção das novas cidades criadas pelo país.

"O grande desafio que colocamos de agora em diante (...) é a gestão e manutenção pelas entidades públicas gestoras deste bem", referiu, antes de entregar a chave da cidade ao Vice-Presidente da República, Manuel Vicente.

Noutra parte da sua intervenção, a ministra exaltou o papel do sector habitacional do país para a melhor ia da vida dos cidadãos ao beneficiar diferentes províncias com a construção de novas urbanizações.

Disse que com o Programa Nacional do Urbanismo e Habitação, estão a ser construídas infra-estruturas e novas habitações, por forma a acomodar milhões de angolanos, dando resposta ao artigo 8º da Constituição, que promove o direito à habitação e qualidade de vida das populações.

Sector da saúde

Os moradores do distrito urbano do Camama, no município de Belas, vão ter um hospital materno-infantil, com 10 pisos, nos próximos 24 meses, com capacidade para 350 camas; das quais 170 para a área materno infantil e 180 para a maternidade.

A infra-estrutura, avaliada em cerca de 32 mil milhões de kwanzas, começou a ser construída oficialmente esta semana, com o lançamento da primeira pedra pelo Vice-Presidente da República, Manuel Vicente.

O seu apetrechamento, incluindo a fiscalização, está orçado em cerca de 776 milhões de kwanzas e vai permitir o funcionamento dos serviços de urgências, maternidade, pediatria, fisioterapia, reabilitação física e de cirurgia, bem como de unidades de queimados e de terapia respiratória, laboratórios de análises clínicas, sistema de imagiologia, radiodiagnóstico e uma morgue.

O ministro da Saúde, Luís Sambo, que falava no acto de lançamento da primeira pedra, disse que a construção do hospital na zona sul de Luanda visa o aumento dos serviços de pediatria e maternidade nesta área, reduzir a mortalidade infantil, garantir partos seguros e contribuir para a qualidade e esperança de vida da população.

Segundo o ministro, é igualmente objectivo do Executivo diminuir a pressão exercida ao Hospital David Bernardino e à Maternidade Lucrecia Paím, para que estas unidades sanitárias possam dedicar-se ao estudo e ao tratamento de doenças mais complexas.

Instituto de hematologia

O Vice-Presidente da República, Manuel Vicente, procedeu igualmente ao lançamento das primeiras pedras para a construção da Morgue Central de Luanda e do Instituto de hematologia Pediátrica, no distrito da Maianga. A futura Morgue Central de Luanda tem capacidade para 200 gavetas e está avaliada em 1. 263. 361.000 kwanzas e o seu apetrechamento e serviços de fiscalização em 36.619.160 Kwanzas.

Em construção numa área de 7.000 metros quadrados, junto ao Centro de Reabilitação Física de Luanda, a morgue vai contar com um serviço de apoio psico-lógico às famílias, laboratórios de análises forense e de investigação para esclarecimento das mortes, com a participação da polícia, além das áreas de armazenamento, preservação, identificação e autópsia dos corpos.

O ministro da Saúde disse estar ainda previsto a implementação de um projecto que visa a requalificação das morgues em todos os hospitais e a construção de outras a nível da província de Luanda e posteriormente em todo o país.

O Instituto de hematologia Pediátrica, localizado por detrás da Direcção Provincial de Saúde, vai ser construído em 24 meses e prestar assistência médica a

doentes do fórum hematológico e imuno hematológico, realizar investigação clínica e epidemiológica, e formar técnicos no domínio da hematologia.

Com cinco pisos, dos quais dois térreos, a infra-estrutura vai integrar um centro de apoio a crianças com anemia falciforme, com capacidade de atendimento de 100 crianças por dia nos serviços de urgência e consultas externas e uma área de serviços de hemoterapia pediátrica, com ligação com o Instituto Nacional de Sangue.

No mesmo edifício, vai funcionar o centro de transplante de medula, em colaboração com o Instituto de Luta contra o Cancro e outras unidades hospitalares de referência, após a definição do quadro legal nacional sobre o transplante de órgãos humanos, assim como uma área de epidemiologia, prevenção, educação e suporte familiar.

6.13 Lançada primeira pedra da centralidade de Mbanza Kongo

Jornal de Angola

19 De Agosto de 2017

Texto: João Mavinga

A cidade de Mbanza Kongo terá, no próximo ano, uma centralidade com mil apartamentos, o projecto, um dos mais modernos que o país terá, está orçado no valor de 5.4 mil milhões de kwanzas. Cada edifício contará com quatro pisos de tipologia T3 e serão construídos na antiga pista da aviação municipal de Mbanza Kongo, no bairro 11 de Novembro.

Na primeira fase, o projecto prevê a construção de 200 fogos habitacionais, num total de 13 edifícios. O acto de consignaçoão da empreitada e do lançamento da primeira pedra aconteceu em Junho último. O presidente do conselho de administração da Imogestín, Rui Cruz, e o governador provincial, José Joanes André, orientaram o acto que contou com participação de centenas de populares. Na sua recente deslocaçoão à capital do Zaire,

Mbanza Kongo, o candidato do MPLA a Presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço, garantiu, durante o comício de massas, que o Executivo já trabalha arduamente para que a cidade de Mbanza Kongo seja adequada à dimensão da história do antigo Reino do Kongo, numa clara alusão à sua elevação a Património Cultural da Humanidade.

Citou alguns exemplos que espelham a vontade política do partido no poder de ver alterado o actual

figurino da cidade com um novo aeroporto, [já que consta das exigências da Unesco a transferência do actual aeroporto para outro local, cuja a construção já foi aprovada pelo Executivo. João Lourenço sublinhou com muita satisfação a grande central do Ciclo Combinado do Soyo que se junta à barragem de Cambambe para uma vez por todas resolver o problema de energia eléctrica na província. A centralidade vai ter dos mil apartamentos e um consumo energético na ordem de quatro megawatts, dos 32 que a cidade dispõe, antes da inter-ligação à rede nacional de electricidade, através da recente inauguração de duas subestações, uma na zona de Lubamba e outra no bairro Kianganga.

A acção marca o arranque de um projecto habitacional para honrar e responder à linha de pensamento do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, que nesta fase cria motivação à juventude e não só, para o bem-estar social da população, ávida por este bem comum.

Cada prédio vai ocupar uma área coberta de 100 metros quadrados. A zona de intervenção da centralidade ocupa, numa primeira fase, 3,5 hectares dos 26 que representam o traçado global do perímetro projectado.

A centralidade vai ter 81 unidades comerciais, das quais oito lojas, e uma área destinada a espaços verdes com 2.612 metros quadrados, ao passo que a zona viária para estacionamento de automóveis é de 34. 612 Metros quadrados.

Saneamento básico

A população de Mbanza Kongo exteriorizou muita alegria na iniciativa e, prova disso, o município Ngongo Iuvelino pediu que a obra fosse realizada com a máxima cautela possível, tendo em conta a presença de dezenas de casas próximo ao terreno circundante da centralidade.

Para que o saneamento básico corresponda aos padrões técnicos exigidos internacionalmente, a Imogestin garante colocar 53 contentores destinados para a recolha de lixo, arruamentos, passeios, sinalização, paisagismo, rede eléctrica e de abastecimento de água canalizada e outra para drenagem de águas residuais e pluviais. A centralidade de Mbanza Kongo prevê na fase inicial, a construção de uma estação de tratamento de águas residuais. Rui Cruz, PCA da Imogestin, lembrou que o Decreto Presidencial nº 329/14 de 29 de Dezembro designa a Imogestin como entidade gestora dos projectos habitacionais em construção um pouco por todo país.

O projecto, avaliado e qualificado como um dos melhores do país, congrega outros equipamentos sociais como creches, escola primária e secundária, um centro comunitário e de saúde, posto policial e de bombeiros e um edifício administrativo.

Na apresentação do projecto, a Imogestin, na pessoa do seu assessor para comunicação e imagem, Mário Guerra, explicou que a centralidade do Zaire vai confinar um conjunto de lotes, especificamente para o apoio às iniciativas privadas.

Exemplificou que, em Cabinda, foi construída uma centralidade antes do despoletar da crise financeira, também, com mil fogos habitacionais, quantidade igual às de Mbanza Kongo.

Reformulação do plano

Os mil fogos para Mbanza Kongo, por um pouco gerariam um mal entendido entre os jovens presentes na cerimónia. Para alguns, mil apartamentos para o Zaire revela certa injustiça em relação às outras regiões como Lunda-Norte e não só. Mário Guerra reagiu e reiterou que a situação financeira e económica que o país viveu levou a Imogestin a reformular os planos de construção, não iniciados. Acrescentou que todas as províncias desprovidas de projectos habitacionais até à presente altura devem manter -se calmas, porque se aproxima o momento em que serão inseridas no programa de acção. Para o assessor de imprensa da Imogestin, falar do Zaire nestes moldes pressupõe citar províncias como é o caso de Malanje, Bengo, Lunda-Sul, Cunene e Cuando Cubango, em termos de índice demográfico, contempladas para ter o mesmo número de apartamentos.

6.14 Empresas começam a inscrever funcionários para habitações

Jornal de Angola

21 De Agosto de 2017

O processo de Inscrito das empresas públicas e privadas nos projectos habitacionais do Estado decorrem desde a semana passada, em Luanda, Bengo, Benguela, Huíla e Namibe.

Citado pela Angop, Mário Guerra, porta-voz da Imogestin, empresa imobiliária que comercializa as centralidades patrimoniais do Estado, disse que, desde data do início das inscrições, na semana passada, as empresas podiam entregar a carta de candidatura e a documentação exige da à imobiliária.

As empresas que pretendam aderir ao processo devem ter, no mínimo, um número igualou superior a

mil trabalhadores a nível nacional, 250 trabalhadores em Luanda, ou 100 nas províncias onde estejam à venda habitações do Estado.

As empresas candidatas não podem ser devedoras de impostos à Administração Geral Tributária (AGT) e de contribuições à Segurança Social. Para o processo de candidaturas, as empresas deverão dirigir à Direcção Comercial da Imogestim uma carta de candidatura na qual devem anexar a documentação com as funções, número de trabalhadores por categoria e o salário médio.

Por outro lado, a empresa candidata deve também apresentar um documento de certificação, emitido e selado pela AGT, a confirmar que não é devedora de impostos até ao momento da candidatura.

Também deve ser apresentada a certificação, emitida e selada pelo Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), de garantia de que a empresa efectuou as suas contribuições para a segurança social, pelo período mínimo de seis meses imediatamente anteriores à candidatura.

Poderão ainda ter acesso aos projectos habitacionais do Estado, os reformados e pensionistas cujos rendimentos sejam compatíveis com o valor das prestações mensais das habitações a que se candidatam.

6.15 Residências entregues no Cazenga

Jornal de Angola
21 De Agosto de 2017

Os primeiros moradores do Projecto de Reconversão Habitacional da Marconi, no Cazenga, Distrito Urbano do Sambizanga, começaram a receber as chaves das casas. As famílias tiveram a honra de receber as chaves das mãos do Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, durante a cerimónia de inauguração da nova Urbanização, que vai acolher 2.800 famílias, distribuídas por 468 apartamentos.

A construção desta nova urbanização teve início em 2014 e visou a reconversão urbana de uma área pertencente ao Sambizanga.

Até agora, estão cadastradas 423-famílias para beneficiarem das novas habitações, 30 edifícios estão construídos e têm, em média, 16 apartamentos cada, entre os quais T2 e T3.

A nova urbanização, com duas escolas, uma do Ensino Primário e outra do Ensino Secundário, está construída numa área de 20 hectares (correspondente a 20 campos de futebol de 11).

A Urbanização da Marconi conta ainda no seu interior com 24 lojas, instalações do Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC) e uma estação de tratamento de água.

O Projecto de Reconversão Habitacional da Marconi, na zona adjacente à Refinaria de Luanda, está implantado no espaço onde funcionava um antigo Centro de Comunicações, que foi extinto e deu lugar a estes edifícios modernos.

6.16 Afinal o que os chineses querem de África?

Jornal Expansão
26 De Agosto de 2017

O ponto de interrogação da pergunta título desta crónica pretende simbolizar ironia, 'pois a presença chinesa em África pode ser tudo, menos amiga.

O que é que os chineses pretendem de África? Será que é genuína e estruturalmente diferente das ganâncias do Reino Unido, de França, da Alemanha, dos Estados Unidos, da Bélgica?

No contexto do politicamente correcto, chineses e africanos defendem a originalidade da cooperação China-África. No polo oposto, o do politicamente incorrecto, dir-se-ia que os objectivos da China no continente africano são exactamente os mesmos das potências ocidentais, ainda que travestidos de outras roupagens.

Vejam os. Os chineses estão em todos os países africanos, nuns a sua presença é dominante e noutros menos acentuada.

Os seus objectivos são: apoderamento (para já económico, mais tarde, quem sabe, também político - estratégico) das fontes de matérias-primas e produtos de base, criação/domínio de um mercado africano para os seus produtos industriais e eventualmente a sua tecnologia e cultura e constituição de uma aliança estratégica global favorável ao domínio da China no mundo (em 2050, China, Índia e África poderão albergar mais de 65% da população mundial). Factos:

- a) Cerca de 1/3 das importações de petróleo da China tem origem africana.
- b) Elevados investimentos na prospecção e exploração de ferro na Libéria, de cobre na RDC e na Zâmbia e de cobalto na RDC.
- c) Construção do porto de Mornbaça, no Quénia, visando a exportação de petróleo deste país, cujas

reservas começam a mostrar-se economicamente rentáveis.

d) Construção, ainda no Quénia, pela Corporação de Estradas e Pontes da China, de um projecto ferroviário, no valor de USD 14 mil milhões para ligar Mombaça à capital, Nairobi.

e) Projectos ferroviários de ligação de Nairobi ao Sudão do Sul, Uganda e Ruanda, pretendendo o Quénia, com esta ajuda chinesa, tornar-se o centro do poder económico no litoral Leste de África.

f) A Tanzânia pretende rivalizar com o Quénia no domínio económico da África Oriental e para isso conta com o apoio dos amigos chineses, tendo fechado negócios de milhares de milhões de dólares na construção de infra-estruturas, com destaque para a remodelação e alargamento do porto de Bagamoyo (20 milhões de contentores de carga por ano), atendendo ao congestionamento de Dar-es-Salaam. Ainda assim e a despeito da excelente rede de estradas internacionais que possui - permitindo a ligação com praticamente todos os países da SADC - a Tanzânia, de acordo com determinadas análises, está destinada a ser potência de segunda ordem na costa Leste do continente, depois do Quénia.

g) A presença da China também se estende ao Níger, com a Corporação Nacional de Petróleo, a investir na pequena jazidd; petróleo nos campos de Tenere.

h) A África do Sul é o maior parceiro comercial da China em África. Centenas de empresas chinesas, estatais e privadas, operam em Durban, Joanesburgo, Pretória, Cidade do Cabo e Porto Elizabeth.

I) A China é o maior parceiro comercial do Sudão, valendo-lhe em alguns areópagos internacionais (Nações Unidas, por exemplo), o constante e total apoio deste país.

Em Angola, são os seguintes os factos que atestam a presença da China no país:

a) O montante do investimento chinês em Angola (sem linhas de crédito) na última década excedeu 8 mil milhões de dólares e continua a aumentar todos os anos.

b) A Corpo ração de Engenharia Ferroviária da China (CREC) já aplicou dois mil milhões de dólares na modernização da linha ferroviária de Benguela, no centro do país, que liga esta cidade à RDC, através do porto do Lobito, na costa atlântica (1300 quilómetros de distância).

c) Em Luanda, a CREC está a construir o novo aeroporto internacional (3 mil milhões USD) e foi a

responsável pela construção das mais importantes centralidades da capital, num investimento avaliado em mais de 5 mil milhões USD (aparentemente, financiados através da linha de crédito China-Angola).

d) De acordo com determinadas estimativas, encontram-se em Angola entre 150.000 e 200.000 trabalhadores chineses, dos quais alguns milhares são militares treinados e que poderão transformar-se numa milícia pronta a entrar em acção, se a China assim o entender.

e) O grupo privado chinês Jiangzhou Agriculture vai investir 12 milhões USD na construção de uma unidade agrícola no Huambo, que empregará 200 trabalhadores e vai levar 10 anos a ser implementado.

f) O Governo angolano e a empresa chinesa CIF estão em negociações para o arranque do projecto de exploração de ferro e construção de uma siderúrgica, na província do Cuanza Norte, com potencial para a produção de 276 toneladas anuais desse metal.

g) Não se conhece, de modo formal e concreto, qual o montante da dívida de Angola à China. As condições actualmente em vigor são: a garantia de petróleo dependente do comportamento do preço do petróleo.

Nas actuais condições, com o preço do petróleo em níveis bem mais baixos do que quando as dívidas foram contraídas, esta garantia é tremendamente desfavorável a Angola (o petróleo destinado à China para ressarcimento da dívida é garantido pela Sonangol. A outra modalidade de garantia é pela via dos seguros, que faz com que o risco associado à falta de pagamento seja transferidos para a seguradora, que no caso é a Sino Seguro.

O envolvimento da China em África é apreciado pelos políticos africanos, pois os agentes chineses, privados e públicos, não fazem perguntas difíceis sobre os direitos humanos, não reclamam por reformas económicas, sociais e políticas e nem sequer sugerem a existência e padrões elevados de corrupção. Segundo o seu posicionamento, são assuntos internos dos países africanos e a China respeita as suas opções e padrões de gestão pública. Sacodem para debaixo do tapete as crescentes tensões sociais entre as populações locais e os trabalhadores chineses (frequentemente, mão-de-obra de substituição da nacional), talvez com o propósito estratégico de, havendo agudização, as autoridades chinesas poderem intervir na política africana, obrigando as autoridades chinesas a manter alguma presença militar em vários países.

Em síntese, o que os nossos amigos chineses querem de África é o petróleo, os minerais, os metais preciosos e os mercados.

6.17 Falta de crédito bancário reduz procura por imóveis novos no mercado

Jornal de Expansão
26 De Agosto de 2017

A procura por segmentos de classe média continua activa, mas a falta de crédito bancário para poder executar as aquisições continua a penalizar o mercado imobiliário angolano, não existindo bancos disponíveis para financiar a compra de habitação em Angola.

O director da Abacus, Paulo Trindade afirma que o recurso ao crédito poderia ser um caminho para o acesso à habitação. "Nenhum banco está disponível a conceder crédito com prazos de reembolsos muito longos e isso retrai a procura por habitações", referiu o consultor.

O presidente do conselho de administração do Banco BIC, Fernando Teles, em declarações ao Expansão, diz que, no contexto actual, o mercado imobiliário é importante, "porque cria muitos empregos e permite o acesso da população a habitações com dignidade e as empresas têm condições para terem lojas, armazéns e escritórios em boas condições". Com crédito à habitação avaliado em 15% do total da carteira do Banco Bic, o gestor avança que a crise, quando aperta, em qualquer país, afecta, de imediato, os projectos imobiliários.

"O Banco Bic foi dos primeiros a financiar o imobiliário e o crédito à habitação e também o primeiro a restringir os financiamentos. Por isso, não temos muitos problemas graves, mas estamos atentos e estamos a resolver, caso acaso", explicou o banqueiro que, nos últimos dois anos, intensificou o investimento no sector agrícola. Fernando Teles reconheceu, por outro lado, que a procura, no geral, diminuiu, excepto nos apartamentos de renda baixa. Em 2015, construiu-se mais e vendeu-se mais e, por isso, os bancos também financiaram mais o sector. Até 2015, a classe média e média alta foram as que mais receberam financiamentos da banca. Em termos de oportunidades, garante que, "no último ano, estas classes assustaram-se e a classe mais baixas têm procurado os projectos sociais".

O mercado residencial em Luanda sofreu uma desaceleração em 2016, esperando-se igual performance no ano de 2017, especialmente pela

saída de muito expatriados em resultado da crise económica e cambial.

No arrendamento, a significativa saída de quadros expatriados provocou também uma significativa redução dos preços, especialmente por parte dos proprietários particulares.

6.18 Preços dos apartamentos e escritórios em Luanda baixaram 12,5% e 3,2% em 2016

Jornal Expansão
26 De Agosto de 2017
Texto: Martins Chambassuco

Os preços dos apartamentos em Luanda caíram em média 12,5% em 2016, face a 2015, enquanto o valor dos escritórios registou uma redução de 3,2%, reflectindo uma diminuição na procura motivada, sobretudo, pela saída de muitos expatriados em resultado da crise económica, revelam os dados do relatório Research Property, Mercado Imobiliário 2017, Angola.

Os indicadores do relatório da consultora imobiliária Abacus, em associação com a JLL (gestão imobiliária e de investimento), levantam uma série de questões em função das mudanças registadas no mercado e os custos das rendas a descer mais que os preços de aquisição. O relatório revela também que a habitação dos segmentos médio e baixo são a nova preferência dos poucos investidores que ainda resistem à crise financeira.

O estudo indica que o mercado imobiliário, no seu todo, está a desacelerar, particularmente nos preços em dólares, abrindo maiores oportunidades para os investimentos em Kwanzas e faz referência à nova lei dos arrendamentos, com a obrigatoriedade de registar os contratos em moeda nacional. Aqui, também é abordado o facto de haver hoje uma limitação do adiantamento de rendas para três, quando antes a prática era de seis a 12 meses.

O estudo, que em termos geográficos analisou apenas três zonas, concretamente Luanda Sul/Talatona, Luanda e Viana/Benfica, avaliando os segmentos apartamentos, moradias, escritórios, retalho e turismo, revela que a queda nos preços reflecte o momento actual da economia dependente das exportações de petróleo.

Esta classificação por zonas aponta que, em 2016, em Luanda, o preço médio de venda de um apartamento novo de tipologia T3 rondou os 1,4 milhões USD

contra os 1,6 milhões USD regista dos em finais de 2015.

Já para o arrendamento mensal na mesma zona, de acordo com cálculos do Expansão sobre os resultados do estudo, o preço médio variava entre os 4.500 USD e os 12 mil USD por um apartamento novo.

Os dados revelam que o centro de Luanda, que engloba a baixa, a Cidade Alta e a Praia do Bispo, continua a ser a zona mais cara e onde existem mais projectos.

Escassez de imóveis para classe média no centro

A análise da Abacus refere que continua a haver uma escassez de produtos destinados à classe média angolana no centro da cidade e que há um excesso de oferta destinada ao segmento de expatriados, em concreto apartamentos de tipologias T1 e T2, no centro de Luanda, e de moradias em Talatona.

O director da Abacus, consultores imobiliários, Paulo Trindade, diz que os condicionalismos económicos afectaram o mercado imobiliário e consequentemente a sua performance relativamente aos preços nos diferentes segmentos analisados neste relatório.

Paulo Trindade adianta que as oscilações na procura influenciam os preços e assegura que o mercado, em função da realidade macroeconómica do País, irá continuar a ditar os preços.

A Abacus avança, no seu relatório anual, que essa pode ser a nova tendência, apesar de a Baixa de Luanda, Cidade Alta, Talatona, Morro Bento, Benfica, Viana e Kilamba continuarem a ser as principais zonas residenciais para a classe média angolana.

Em termos de oferta de mercado, apesar do aumento em 2015, no ano passado, os promotores imobiliários reduziram os investimentos no sector. E outros estudos já divulgados avançam um crescimento na oferta que rondou os 22%, entre 2012-2016.

Os investigadores avançam que para o ano de 2017 tudo dependerá da evolução do preço do petróleo. Julga-se que, além das obrigações de dívida pública, será no sector imobiliário que empresas e particulares continuarão a investir.

"A realidade económica dos últimos três anos e o seu significativo abrandamento provocou uma redução da procura imobiliária transversal aos vários subsegmentos. Como resultado, podemos facilmente concluir que, hoje em dia, há alguma falta de confiança dos vários intervenientes", refere o

relatório, que avança também que actualmente é difícil encontrar um promotor disponível para avançar com uma promoção imobiliária em risco e com capitais próprios, da mesma forma que dificilmente encontraremos entidades bancárias com disponibilidade para a financiar. A Abacus realça que em caso de se verificar um aumento na cotação do petróleo, o capital de confiança voltará, mas isso não vai acontecer em menos de 2/3 anos.

Mesmo assim, sabendo que o ciclo de vida de uma promoção imobiliária em Luanda é de 5/6 anos, afirma, "com segurança, que não haverá edifícios novos em Luanda em menos de 8/9 anos".

6.19 Urbanização recebe moradores

Jornal de Angola

19 De Agosto de 2017

Texto: Cândido Bessa

Três momentos marcaram o dia 18 de Agosto, para a população de Luanda: alívio para o trânsito na zona da Boavista, com a abertura do sistema viário que liga a área ao Sambizanga, a entrada em funcionamento do Centro Integrado de Formação Tecnológica (Cinfotec), e o começo de uma nova vida para 2.800 famílias, na zona da Marconi, distrito do Hoji Ya Henda, município do Cazenga.

A família de Maria Araújo da Silva foi a primeira beneficiária da nova urbanização, erguida numa área equivalente a 20 campos de futebol no local onde antes estava instalada a Rádio Marconi. Maria da Silva, que antes vivia na zona do Mota, também no Sambizanga, recebeu, do Presidente da República, as chaves do apartamento.

Enunciada, depois de trocar algumas palavras com o Presidente exibiu as chaves aos presentes. "É um orgulho, uma satisfação muito grande.

O Presidente prometeu e sempre cumpriu", disse à imprensa, quando o Presidente da República abandonava o local, ovacionado pelas famílias beneficiárias e pela multidão que se deslocou ao local para agradecer e manifestar o carinho ao Chefe de Estado e sua comitiva.

Além dos 468 apartamentos modernos, a nova urbanização tem 24 lojas, espaços de lazer, Estação de Tratamento de Água e um Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC), que integra no mesmo espaço instituições como o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, Direcção Nacional de Viação e Trânsito, Direcção Nacional de Impostos

e Instituto Nacional de Segurança Social, entre outros.

A ministra do Urbanismo, Branca do Espírito Santo, afirmou que a primeira fase da urbanização Marconi, iniciada em 2014, prevê dois mil apartamentos.

Parte do processo de reconversão urbana do Sambizanga e do Cazenga, o projecto tem como propósito retirar as famílias que vivem em zonas de difíceis condições de habitabilidade e realojá-las em áreas urbanizadas e com melhores condições.

Melhor circulação

Com a abertura, também ontem, do Viaduto da Avenida Lueji Anconda, o Presidente José Eduardo dos

Santos inaugurou o sistema viário Boavista/Sambizanga, que vai melhorar o trânsito na zona da Boavista, distrito Urbano do Sambizanga. O viaduto vai permitir a circulação de 2.636 veículos por hora nos seus 11 O metros de extensão e 5.100 metros de vias de acesso.

As obras do sistema viário automóvel abarcam a construção das estradas da Sonils, com uma extensão de 2,13 quilómetros, zona da Boavista, troço que dá acesso ao Porto de Luanda, construção das estradas da zona da Boavista, ligação da estrada da Sonils e y í a expressa Luanda/Kifangondo.

O sistema faz também parte do programa de construção e reabilitação das vias rodoviárias de acesso ao novo Aeroporto Internacional de Luanda. Ao dirigir-se ao Chefe de Estado e demais membros da delegação, o ministro das Finanças, Archer Mangureira, lembrou que a melhoria das condições de acesso à zona portuária e do novo Aeroporto Internacional de Luanda vai contribuir para reduzir os custos dos transportes, conferir maior competitividade à produção nacional e melhorar a eficiência do comércio externo de Angola.

Para Archer Mangureira, trata - se de "um passo estratégico importante para o desenvolvimento integrado do país" , acrescentando que o projecto demonstra "a visão de futuro do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, na perspectiva de desenvolvimento nacional".

"Ao integrar o novo Aeroporto Internacional de Luanda nas modernas infra-estruturas de transporte, Angola vai abrir uma nova porta para consolidar um novo rumo nos transportes aéreos" , disse o ministro que destacou, igualmente, a participação de quadros nacionais nas diversas obras de engenharia.

"É fundamental que as nossas escolas do Ensino Superior apostem cada vez mais na formação dos

nossos quadros, de tal forma que seja possível reduzir substancialmente as necessidades de importação de know How", disse, para acrescentar que o país necessita de aproveitar os investimentos nos diferentes sectores da economia, para criar um serviço de engenharia nacional e de excelência.

Recuperação das vias

O ministro da Construção; Artur Fortunato, destacou o empenho do Presidente da República na materialização dos diferentes programas de recuperação e construção de infra-estruturas, que ajudaram e vão continuar a ajudar a catapultar o desenvolvimento do país.

Artur Fortunato lembrou o programa de construção das passagens superiores e inferiores, em 2002 e 2003, 'ao que se seguiu, em 2005, o programa das vias estruturantes de Luanda e o programa de reconstrução das infra-estruturas rodoviárias com o objectivo de restabelecer alguma normalidade na circulação entre os cidadãos e as diferentes comunidades.

"Este foi um momento de viragem que permitiu voltar a interligar o país, alargar e facilitar as comunicações, promover a proximidade entre as pessoas, estimular a economia e despertar o espírito criador e inventivo dos angolanos", afirmou o ministro.

Artur Fortunato destacou ainda as intervenções realizadas para estabilizar as encostas da Boavista e do Sambizanga que requereram empenhado trabalho de engenharia, resultando na valorização das áreas em causa e outras adjacentes, que agora recebem mais de 14 quilómetros de ruas e avenidas, sistemas de abastecimento de água, sistemas de electricidade e telecomunicações, e outras infra-estruturas que estão a transformar o Sambizanga. "As intervenções no domínio da requalificação urbana, no quadro da requalificação e valorização de muitas áreas, tornaram possível a construção de equipamentos sociais diversos, como escolas de diferentes níveis de ensino e serviços de atendimento aos cidadãos", disse.

7. TERRA

7.1 Entregues terrenos para auto-construção

Jornal de Angola
7 De Agosto de 2017

LOTES DE TERRENO para auto-construção dirigida foram entregues a mais de quarenta jovens da Comuna de Calumbo, Município de Viana, num processo que se estenderá a outros distritos. Numa iniciativa da Administração Municipal, o processo de entrega decorre por etapas e contemplou, nesta primeira fase, quem tivesse pronto o documento de posse do terreno.

Os outros aguardam pela documentação, porque segue os trâmites na Administração de Viana, que lhes permitirá ter acesso ao espaço. No acto formal de entrega dos terrenos, realizado há alguns dias na Comuna de Calumbo, no Projecto " 42", o Administrador de Viana, Jeremias Dumbo Chilelevica, disse aos beneficiários que o acto enquadra-se no programa habitacional ligado à juventude, numa acção do Executivo angolano.

O responsável garantiu que o processo segue nos próximos dias.

7.2 Samakuva defende restituição das terras

Jornal de Angola
17 De Agosto de 2017

O candidato da UNITA a Presidente da República, Isaías Samakuva, defendeu ontem a restituição das terras ao povo, como condição para devolver a soberania e o costume ao povo angolano. Num acto político de massas, no largo Comandante Valódia, no quadro da campanha eleitoral para as eleições de 23 de Agosto, Isaías Samakuva reiterou que o seu partido tem na agenda de governação, caso ganhe as eleições, velar pela situação da posse da terra para diversos fins. "A questão da posse da terra é, para nós, um assunto sério, pelo facto de um grupo de pessoas estar a expropriar terras em nome do Estado, que julgamos errado", disse o líder do partido do "Galo Negro".

Casimiro José; Sumbe

7.3 População recebe lotes para a auto-construção

Jornal de Angola
21 De Agosto de 2017
Texto: Lourenço Bule

Um total de 2.034 lotes de terrenos dos mais de 4.000 previstos para a auto-construção dirigida de casas e de outros empreendimentos, começaram a ser distribuídos, desde ontem, na reserva fundiária de Mupambala, arredores de Menongue, numa cerimónia presidida pelo vice-governador para o sector Económico e Produtivo, Ernesto Kiteculo.

O projecto, a ser desenvolvido numa área com mais de 800 hectares, além da construção de residências, vai contar com serviços básicos como escolas, unidades sanitárias, lojas, creches, posto policial, campo multiusos, arruamentos, sistemas de fornecimento de água potável e de energia eléctrica, espaços verdes, entre outras infra-estruturas sociais.

A administradora adjunta de Menongue para o sector técnico e infra-estrutura, Cármen Chamba, refere que a implementação deste projecto faz parte das estratégias que dão resposta às preocupações relacionadas com a falta de habitação que ainda afecta a população.

Cármen Chamba salientou que os projectos e programas de entrega de lotes de terrenos para auto-construção dirigida vão desafogar o centro da cidade e requalificar o município. Após a assinatura do contrato promessa e do pagamento dos lotes, os beneficiários recebem o direito de superfície, croquis de localização, licença de construção e vedação, bem como a planta da residência do tipo T - 3 e T-4, que devem edificar. A administradora explicou ainda que os lotes de terreno em distribuição são de 20 por 25 metros, de 25 por 30 metros e 30/30 metros quadrados.

Sem avançar o valor estipulado por cada lote, Cármen Chamba disse que o referido projecto vai contribuir para a requalificação da cidade de Menongue, acabar com as construções anárquicas e a venda ilegal de terrenos por parte das autoridades tradicionais. O director provincial do Urbanismo e Ambiente, Afonso Calei, disse que, numa primeira fase, o referido espaço vai contar com mais de duas mil casas do tipo T3 e T 4, de baixa, média e alta renda, além de várias outras infra-estruturas de carácter social.

7.4 Administração pede para suspender a providência

Jornal O PAÍS

28 De Agosto de 2017

Os moradores não querem por nada perder o espaço, apesar de a sua maioria já ter visto as suas casas a serem derrubadas. Mesmo com as intimidações, ainda no mês de Julho de 2017 dirigiram-se à Administração Municipal do Talatona e expuseram a situação.

A administradora, Manuela da Conceição Bezerra, endereçou um documento ao juiz de direito da 1^a Secção da Sala do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial, com o conhecimento do Governador de Luanda

"Tomamos conhecimento, que está a ser levado a cabo por vós demolições e despejos de populares no Bairro Sapu II, por força de uma decisão judicial, no âmbito de uma providência cautelar. Entendemos que as providências são expedientes jurídicos de tutela provisória como escopo de garantir o efeito útil da acção principal", lê-se no documento.

Sob aquele entendimento, para a administradora não parece que a providência cautelar produza os efeitos de execução para ser executada nos termos em que está sê-lo, na medida em que, foi ordenada demolições, despejos e, conseqüentemente, encontram-se, hoje, famílias desalojadas e ao relento.

No intuito de encontrar soluções para estes populares, a administração solicitou ao juiz da causa que autorizasse a suspensão temporária da execução da decisão de providência cautelar num prazo de 180 dias. "É um prazo que achamos razoável, para junto do Programa Provincial da Habitação Social, encontrarmos soluções viáveis para o realojamento destas famílias", subscreve a também arquitecta Manuela da Conceição Bezerra:

O documento da administradora data de 14 de Julho de 2017 e três dias depois o Gabinete Jurídico e do Contencioso da referida administração também fez sair um documento, endereçado à Solisac, com quase o mesmo teor, assinado pela directora Domingas Batalha.

"Pelo acima exposto, e reputado o facto de que os camponeses interpuzeram recurso da decisão, vimos solicitar que suspenda imediatamente a execução da decisão da providência cautelar, enquanto aguarda -se pela decisão do recurso", I ~ - e no documento datado de 17 de Julho.

7.5 Moradores denunciam demolições ilegais

Jornal O PAÍS

28 De Agosto de 2017

Texto: Romão Brandão

O caso, inclusive, foi parar ao Tribunal Provincial de Luanda, na 1^a Secção da Sala do Cível e Administrativo, onde apresentam-se como lesados Milta de Fátima, Domingas Rafael, Fátima Gomes, Bondoso Bandesa, Antonica João, Imaculada Kimbangu, (...), um total de 20 famílias contra a Solisac.

Os cidadãos ora apresentados acusam a empresa Solisac de estar a surripiar -lhes as suas terras e concomitantemente a demolir as suas casas, sob a alegação de que é legítima dona do espaço de 6 hectares (2 dos quais onde estão os camponeses), no bairro Sapu II, junto ao conhecido projecto 'Nandó'.

Antonica João, de 73 anos, é uma das idosas que defende a pertença do espaço, por estar lá desde a década de 80, tendo feito parte da Associação dos Camponeses 'Mão Unida', registada na UNACA. Foram autorizadas, por ordem da administração comunal, a vedar o terreno com postes de ferro e chapas.

Quem confirma também esta informação é Milta de Fátima, filha de uma das camponesas, que faleceu em 2014, uma no depois de o processo estar nas barras da justiça. A invasão com arrogância e ameaças de morte, por parte de terceiros, que colocaram contentores e homens fortemente armados, começaram em 2013, quando receberam a Solisac que alegava ser proprietária do terreno. Apesar de a empresa Solisac ser dirigida pelo cidadão identificado como Paulo Silva, este não deu a cara e quem os tem representado são os cidadãos Adriano Correia, Manuel Sebastião e Cuba Zacarias. Foram estes, segundo os moradores desalojados, que orientaram a destruição, a 20 de Março; das plantações agrícolas e a vedação de chapas.

Antes de o caso ir parar às barras do tribunal, os cidadãos que se dizem lesados tentaram o diálogo com a empresa Solisac, mas a acção coerciva continuou e foi então que, em 2014, constituíram advogado e produziram um pedido de providência cautelar de restituição de posse - que foi indeferido.

Duis piores mesmo com recurso Não atendendo à providência cautelar requerida pelos camponeses, estes perdem totalmente a legitimidade do terreno e

foram obrigados a abandonar o espaço. Diante desta situação, o advogado interpôs recurso com efeitos suspensivos. Enquanto o processo decorria no tribunal, a Solisac, segundo Milta de Fátima, construía as casas no espaço em litígio.

Vendo isso, os moradores também começaram a construir e o desentendimento foi crescendo, com os moradores a construírem e a Solisac a destruir, até que "em Junho do presente ano, depois de ser interposta outra acção, sem sermos sido ouvidos nem nada desaparecem aqui com um documento do tribunal a dizer que ganharam a causa e que temos de abandonar o local", conta.

Com polícias e militares, os cidadãos estavam a ser obrigados a deixar o espaço, alguns supostamente agredidos e outros detidos.

Dentre as detidas está Domingas Rafael, de 56 anos, que para se locomover depende de uma bengala. Domingas disse ter sido levada nua para a esquadra, porque não queria permitir que partissem a sua casa e ficou 30 dias detida. "Estamos a correr risco de morte aqui. Fui espancada, tiraram-me de dentro de casa e puseram-me presa, nua em 'piloto'. Isso é violação. Neste dia, partiram quatro casas e desalojaram todo o mundo. Vieram já com um grupo de senhores e sempre que desalojavam alguém, colocavam outra pessoa em casa", conta Domingas.

Não sabe como e de onde surgiu o documento que os representantes da Solisac, Adriano Correia, Manuel Sebastião e Cuba Zacarias, apresentaram alegando que terão ganho a causa no tribunal, pois nem os moradores, nem os advogados foram notificados. Os moradores dizem que existe um grupo de 15 jovens completamente armados que têm ajudado a Solisac no desalojamento. -

Vários são os registos de agressões, maus-tratos e ameaça de morte, bem como de detenção, tendo também Imaculada Kimbangu, Madalena Ngunza, José António e Rita da Silva ficado uma semana detidos. Há relato de um vizinho, que não conseguiram lembrar o nome, que desde Julho foi gravemente agredido e, até ao momento, encontra-se internado no Hospital Geral de Luanda.

Das 37 casas já construídas, foram partidas 4 e as demais foram desalojadas, para além de outros actos de demolições que foram sofrendo desde 2013. Dona Santa mostrou-nos o pouco que restou da sua casa, bem como Antonica João, que já foi vítima de dois ataques de trombose.

7.6 'Nós ganhamos a causa, não agimos na ilegalidade'

Jornal O PAÍS

28 De Agosto de 2017

o PAÍS contactou Manuel Sebastião e Adriano Correia, tendo Cuba Zacarias, representantes da empresa Solisac, que está a ser acusada de apoderar-se do espaço de 2 hectares dos camponeses, no bairro Sapú II. Adriano Correia mostrou-se disponível em esclarecer o assunto e mostrar também os documentos que dão conta que a Solisac ganhou a causa e que o espaço lhes pertence. "É um caso julgado e nós estivemos a representar a detentora do espaço. As senhoras perderam. recorreram a decisão do tribunal, perderam, recorreram novamente e tomaram a perder já no supremo", disse. Ainda sobre o assunto, Adriano Correia disse que o tribunal fez sair a ordem de despejo e a Solisac, acompanhado da fiscalização e a Polida apenas seguiu com o processo, também porque muitas das camponesas também tinham ajuda de alguns jovens que são militares, que impossibilitavam a entrada dos representantes da empresa no espaço e os ameaçava de morte.

"Houve o despejo, houve uma segunda intervenção do então administrador local. Nós deixamos ainda o caso por causa do quadro político que o país está a passar", sublinhou Adriano, tendo confessado que estava disposto a marcar um dia para apresentar e explicar detalhadamente todo o dossier.

Com o cidadão Manuel Sebastião, a resposta foi praticamente a mesma, mergulhada na decisão do tribunal. 'Nós ganhamos a causa, tenho como fazer lhe a entrega da cópia da sentença e o senhor pode consultar junto do tribunal. Não tenho muito a dizer", rematou.

7.7 Autoridades frustram tentativa de ocupação ilegal de terreno em dia de eleições

Jornal O PAÍS

29 De Agosto de 2017

Texto: Constantino Eduardo

No dia 23 de Agosto, enquanto uns iam às urnas definir o futuro do país - elegendo órgãos de soberania, cerca de 3 dezenas de cidadãos - alegando falta de oportunidade e justiça na distribuição de

terrenos por parte da administração municipal de Benguela - muniram-se de estacas, pás, enxadas e outros instrumentos e tentaram apoderar-se de um terreno nas imediações de um condomínio privado. As forças da ordem tiveram de para repor a legalidade.

Entretanto, o bairro 4 de Abril é endémico neste tipo de prática, algumas vezes terminando em tragédia, como ocorreu em 2016. Fontes de OPAÍS avertam a existência de uma rede de cidadãos que se dedica à ocupação de terrenos fora dos marcos legais, tanto em reservas fundiárias do Estado como em propriedade privada, "Não acontece somente no bairro 4 de Abril, noutros também", refere uma fonte da Administração Municipal que não se quis identificar, adiantando que os órgãos de justiça estão empenhados na identificação dos autores para, nos termos do que dispõe a lei, serem responsabilizados pelos seus actos. Um senhor, que chamou para si o direito sobre uma parcela de terra no espaço privado referiu que, certa vez, ia em direcção à praça 4 de Abril e, verificando a presença de um aglomerado de gente no local, parou para se inteirar do que se passava, quando foi informado de que o espaço estava aberto para qualquer cidadão. Dada a dificuldade, e porque vive em casa alugada, resolveu, no dias seguintes (23 e 24 de Agosto), pegar em pá e enxada para desmatar a terra para consequentemente construir uma residência, ainda que fosse "um quarto e uma sala. Estamos mal com terreno e não temos como fazer", disse, todavia consciente de que ocupou a parcela de terra em desobediência às normas, tendo, contudo, revelado que fizeram no (ele e outros] cama anúncio de alguns fiscais da administração comunal da zona B. "Eles disseram se organizem façam uma lista nominal para levar. Já esclareceram que aqui está ocupado, mas prometeram dar-nos outro sítio", disse à nossa reportagem, Fernando Manuel Carmelino, residente na bela Vista Baixa, encabeçou o grupo de cidadãos ocupantes.

O cidadão assegurou que foram movidos por uma suposta notícia "oficioso" de que a terreno, embora propriedade privada, estava disponível para quem a quisesse ocupar. O senhor Gabriel, da Administração Comunal, disse-nos que esta parcela já está ocupada pelo proprietário do condomínio e aconselhou a organizar a pessoal, uma media de 10, para falar com o administrador", salientou.

A direcção da imobiliária EGIP, empresa proprietária da espaço, refere que o terreno foi projectado para a construção de 500 fogos habitacionais. Em entrevista à rádio Morena, o engenheiro Carlos Luís lamentou o comportamento dos cidadãos e contou que a situação menos boa que caracteriza a economia da país condicionou a execução do projecto na sua plenitude.

"Temas 60 casas já feitas e é para continuar a condomínio, mediante as condições económicas do país, porque neste momento não se consegue vender", disse, garantida a continuidade do projecto aprovada pelo Governo em 2010.

A administração da zona B confirmou que a terreno é pertença da imobiliária EGIP e desencoraja a prática de ocupação ilegal, devendo os cidadãos accionar os mecanismos legalmente previstas para aquisição de um terreno. As autoridades advertem que não há cedência de terreno.

DR

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Capacidade reduzida de produção de água

Jornal de Angola
1 De Agosto de 2017

O estado obsoleto de alguns equipamentos, incluindo estações de captação e tratamento de água, está a dificultar o abastecimento regular do produto, disse ontem, em Luanda, o director de Investimento e Planeamento da Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL).

Roque Saraiva afirmou que a capacidade de produção da EPAL é de 733 mil metros cúbicos, ou seja 733 milhões de litros de água por dia, mas devido ao estado obsoleto dos grupos de electrobombas, filtros, de cantadores, entre outros equipamentos, foi reduzida para 350 milhões de litros, o que tem dificultado o regular abastecimento à cidade de Luanda.

Em declarações ao Jornal de Angola, no quadro das jornadas científicas da EPAL, que terminam amanhã, Roque Saraiva explicou que os equipamentos foram montados nos anos noventa.

Frente a esta situação, disse, a EPAL está a fazer um trabalho no sentido de recuperar os equipamentos.

Roque Saraiva disse que está também em curso a reabilitação das fases I e II da estação de Candelabro (Cacuaco), que conta actualmente com uma capacidade de produção de 120 mil metros cúbico de água.

Com a reabilitação e ampliação da estação de Candelabro, a capacidade de produção vai passar de 120 para 210 mil metros cúbicos de água. Ontem foi apresentado o projecto "Luanda Gravítica", uma alternativa para sustentar o abastecimento da água na capital do país.

Victorino Joaquim

8.2 Água vai chegar a mais moradias

Jornal de Angola
03 De Agosto de 2017

Mas 85 mil novas ligações domiciliárias foram feitas pela Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) no município do Kilamba Kiaxi, província de Luanda, no âmbito do programa Água para Todos,

disse, na terça-feira, à Angop a administradora Albina Luísa.

A administradora municipal informou que técnicos da EPAL estão presentemente a trabalhar nas ligações principais a partir do Centro de Distribuição para que a água potável chegue, ainda este ano, às casas dos novos clientes da empresa pública.

Albina Luísa sublinhou que, na sequência da elevação do Kilamba Kiaxi à categoria de município, está a ser realizada a readaptação das estruturas sociais e informou que a construção de três escolas e dois centros médicos está na fase final.

A administradora lembrou que, há menos de um mês, foi aberta ao tráfego automóvel a ponte sobre o rio Cambamba, uma estrutura metálica que liga o bairro do As ligações domiciliárias estão a aumentar na capital Golfe, localizado no município do Kilamba Kiaxi, ao Cassequel, no distrito urbano da Maianga, município de Luanda. Relativamente à energia eléctrica, a administradora sublinhou que o Kilamba Kiaxi está integrado no projecto de electrificação da província de Luanda e tem já instalada uma linha que vai levar mais energia aos bairros.

8.3 Milhares de contadores são instalados na Huila

Jornal de Angola
03 De Agosto de 2017
Texto: Arão Martins

Mais de 24.600 contadores, que permitem controlar o consumo de água por cada cliente estão a ser instalados pela Direcção Provincial da Huíla da Energia e Águas.

O governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyippinge, fez o lançamento do programa; que abrange todos os bairros do Lubango.

O director provincial da Energia e Águas, Abel João da Costa, que prestou ontem a informação ao Jornal de Angola, disse que o objetivo é fazer com que o cliente pague apenas o que consome.

Abel João da Costa reconheceu que, na maior parte dos casos, cobra-se aquilo que as pessoas não consomem e noutras vezes as pessoas pagam mais do que consomem.

Há situações em que o cliente consome pouco e paga mais e noutros consome mais e paga menos. Com a instalação de contadores de consumo de água a pessoa vai pagar e o Estado cobrar o justo", reconheceu Abel João da Costa. O director provincial

da Energia e Águas informou que a instalação de contadores abrange todos os bairros da cidade do Lubango e municípios da província da Huíla, Estamos a sair do arcaico sistema de entrega de água por avença, que se verifica na maior parte da nossa cidade disse Abel João da Costa, para acrescentar que, em muitos casos, os técnicos acham que a casa deste ou do outro consumidor tem menos ou mais consumo e pode surgir injustiça, que pode ser prejudicial para todos.

Abel João da Costa esclareceu que a melhor maneira de se evitar constrangimentos é colocar contadores e a partir daí cada um vai gastar água em função da sua capacidade financeira: "A água na Huíla é paga e o sistema já é sustentável há muitos anos, graças a co-participação dos moradores.

O governador provincial da Huíla, João Marcelino Typinge, reconheceu os avanços que o programa de distribuição de água regista na cidade do Lubango, fruto da execução de vários programas, alguns da responsabilidade do Executivo e outros do Governo local.

João Marcelino Typinge disse que em muitos bairros o trabalho pode ser pouco visível, mas a água já atinge os domicílios de muitos moradores. A acção, acrescentou, continua.

João Marcelino Typinge disse que existe empenho das autoridades competentes dos técnicos nacionais e alguns expatriados, o que faz augurar futuro bom para a população.

Durante a visita, o governador provincial apelou à população dos bairros do Lubango a racionalizar o consumo de água e reconheceu os cuidados da população na preservação dos equipamentos que estão a ser instalados, mas, Há situações em que o cliente consome pouco e paga mais.

Com a instalação de contadores a pessoa vai pagar e o Estado cobrar o justo por outro lado, lamentou os actos de Marginais que tentam saquear os contadores que são colocados nos bairros, com objectivo inconfessos.

O governador provincial da Huíla pediu aos órgãos de comunicação social locais para passarem mensagens positivas' apelando à vigilância de todos na conservação e cuidados a ter com os equipamentos que estão a ser colocados à disposição da população. "O Governo gasta muito dinheiro para colocar equipamentos sociais à disposição da população e é importante cuidar, para o bem de todos.

Toneladas de fertilizantes A Província da Huíla vai beneficiar na próxima campanha agrícola de 50 mil toneladas de fertilizantes, no âmbito de uma parceria público-privada de fomento à agricultura familiar, anunciou ontem, no Lubango, o director-geral do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (IDA).

David Tunga, que falava à margem da entrega de alguns inputs aos agricultores locais, disse que, com a chegada dos fertilizantes, as preocupações dos produtores vão diminuir.

8.4 Condomínio das acácias da sonangol sem água e luz

Novo Jornal

3 De Março de 2017

Texto: António Paulo

Os moradores falam em dias difíceis porque se vêem obrigados a socorrer-se de cisternas para se abastecerem de água. As constantes falhas de energia eléctrica constituem outra das preocupações dos residentes e fonte de arrelia constante.

A anciã Esperança Domingos, de 62 anos de idade, reside no Condomínio das Acácias há quase 20 anos. A idosa mostra-se preocupada com a carência de água que, nos últimos dois meses, tem afetado a vila dos trabalhadores da Sonangol.

"Começámos muito bem a nossa vida aqui, mas agora o problema é que estamos com muitas falhas de água e não entendemos porquê. Estamos a ficar cansados de tanto ir à procura de água e a idade já não permite muitos esforços", lamentou.

Para aliviar a situação, os moradores vêm-se obrigados a adquirir água em cisternas, chegando a desembolsar entre 10 a 15 mil kwanzas, dependendo da capacidade dos reservatórios de água (tanques) que possuem nos seus quintais.

"Com esta falha de água não conseguimos lavar a roupa na máquina industrial. Não entendemos o porquê da falha de água. Apenas nos dizem que o problema está no Kikuxi e que esta situação não afecta só o Condomínio das Acácias. Não temos mais dinheiro para continuar a comprar água ao preço de 10 mil kwanzas", desabafou dona Lucinda, outra moradora da circunscrição.

A luz eléctrica, que constitui um outro problema, também "vai fazendo das suas". As falhas são constantes, de acordo com os moradores, que dizem estar agastados com a situação. "Estamos a

passar mal: sem água, sem energia e, às vezes, a comida apodrece. Estamos a caminho dos dois meses sem água aqui, na Vila da Sonangol. A energia também é daquelas: se nos derem às 18h00, tiram-nos de madrugada e ficamos mais quatro dias sem energia. Isto é lamentável", reclamaram outros munícipes. Assim, não há quem consiga ter comida em condições de conservação convenientes.

Os condóminos contaram que já reclamaram junto da administração da vila, bem como às empresas de fornecimento de electricidade e de água potável porém, o problema persiste e, por isso, apelam à intervenção do governo da província para a resolução do caso.

De noite, a situação piora. A vila fica às escuras e a solução tem sido o recurso aos geradores. Mas o barulho ensurdecedor das máquinas incómoda os residentes, que não conseguem dormir. "Já apresentámos reclamação e dizem-nos apenas que a avaria está no Kikuxi. Na ENDE, pagamos a luz por meio do sistema pré-pago, mas, ainda assim, as falhas são constantes. Não entendemos mais nada.

Ninguém resolve nada. Por isso, deixamos aqui um recado para que o governador nos ajude a resolver os nossos problemas, porque estamos a passar mal", apelaram as fontes.

O Condomínio das Acácias, pertencente à Sonangol, possui apenas uma escola privada do ensino geral e um posto policial. Os moradores sentem a falta de um posto de saúde para acudir os moradores em situação de emergência.

A criminalidade nas redondezas da urbanidade é outra preocupação apontada pelos munícipes, que recordam a morte, no ano passado, de um membro do condomínio, vítima de assassinato por parte de meliantes que actuam ao redor da circunscrição.

A gestão do condomínio é assegurada por uma administração local.

A equipa de reportagem do Novo Jornal deslocou-se até à direcção daquela instituição para ouvir a versão dos responsáveis da administração, porém, não foi bem-sucedida. Uma funcionária da administração, que não quis identificar-se, limitou-se a informar que a presidente e o vice-presidente da administração se encontravam ausentes por questões de saúde.

8.5 Projecto Luanda Gravítica poupa investimentos a EPAL

Jornal e Económico

04 De Agosto de 2017

Texto: Adérito Veloso

Projecto "Luanda Gravítica", uma iniciativa da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) e que vai começar a ser implementado, prevê minimizar investimentos na construção de novos centros de distribuição de água, através da reestruturação do sistema existente, além de melhorar o fornecimento de água potável a nível da capital do país.

Segundo o projecto apresentado, na passada segunda-feira, em Luanda, durante as jornadas técnicas da empresa pública, a iniciativa é uma alternativa para sustentar o alcance das metas preconizadas, por via da adopção de medidas que vão também tornar possível o abastecimento de água à província de Luanda, por gravidade, medida que vai reduzir o consumo energético e consequentemente os custos de exploração e manutenção.

A iniciativa prevê também identificar zonas de altitude cujo declive do terreno permite a distribuição de água para os reservatórios ou pontos de entrega que abastecem a comunidade.

Contempla igualmente diminuir a intervenção humana na operação dos centros de distribuição de água.

O projecto "Luanda Gravita" está a ser desenvolvido com o signo "Iniciativa pensar EPAL", e envolve uma equipa multidisciplinar 'que cobre as valências da empresa e é coordenada pelo presidente do Conselho de Administração, visando seguir os princípios de melhoria contínua.

Na sua estratégia para o sector, o Governo angolano persegue dois grandes objectivos, sendo que o primeiro visa alcançar a universalização do acesso a água até 2030, e o segundo prevê tornar as empresas públicas auto-sustentáveis de modo a reduzir a sua dependência do Orçamento Geral do Estado, no que toca aos custos operacionais.

Segundo dados da Empresa Pública de Águas de Luanda, o abastecimento de água à província de Luanda é feito fundamentalmente por três grandes sistemas, sendo o I, II e o III.

Os sistemas I e II captam do rio Bengo, abastecendo a parte Norte da cidade, e o sistema II que capta água no rio Kwanzas abastecendo a parte Sul.

Combate ao garimpo No discurso de abertura do evento presidente do Conselho de Administração da EPAL, Leonídio Citas, mostrar-se preocupado com problemática do garimpo de água nas condutas.

Apesar dos esforços que estão a ser feitos não só pela empresa mas como também por outros organismos do Estado, o responsável da EPAL revelou que o garimpo de água tem sido um grande problema, porque tem prejudicado estratégia da instituição.

Leonídio Citas admitiu SE intenção do Conselho de Administração tornar a empresa rentável, com capacidade de contribuir par o Orçamento Geral do Estado, ma para esse desiderato é necessário um conjunto de esforços e maior organização.

As jornadas técnicas que te minaram na passada quarta-feira abordaram entre outros temas, Optimização e gestão eficiente dos recursos no abastecimento de água" bem como a "Gestão de recursos humanos e qualidade de serviço

8.6 Obras de expansão da rede a bom ritmo

Jornal de Angola
4 De Agosto de 2017

Mais de 20 mil novas ligações domiciliarias, em beneficio de 30 mil famílias, vão ser efectuadas, assim que forem concluídas as obras de expansão da rede de distribuição em áreas periurbanas da cidade do Lubango.

O projecto, que compreende a construção de 140 quilómetros de rede de distribuição de água e de 20.000 ligações domiciliarias, é financiado pelo Banco Mundial. O governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyippinge, foi ver o andamento das obras. No local, o director provincial de Energia e Aguas da Huíla, Abel João da Costa, explicou que o projecto, orçado em 2,1 mil milhões de kwanzas, será executado em 24 meses. Referiu que do contracto firmado com a empreiteira abarca a instalação de 140 quilómetros da rede de distribuição, onde vão ser intervencionados os bairros 14 de Abril (Benfica), Patrice Lumumba (Machiqueira), Comandante Dack-Doy (Santo António), parte do bairro Ferrovia, Dr. Agostinho Neto, Mapunda, e Comandante Cow-boy (Calumbíro).

No bairro Patrice Lumumba, prevê-se a colocação de 23.3 quilómetros de rede de distribuição e já foram

executados 14.7 quilómetros. Pretende-se efectuar 2.417 ligações domiciliárias. Na área do Santo António, está previsto construir 22.8 quilómetros de rede de distribuição, sendo que 30 por cento já foram executados, restando apenas 16,2 quilómetros.

Abel João da Costa reconhece tratar-se de uma nova era, não só para a população da cidade do Lubango, mas também para a: de outras Localidades. "Acções do género também estão a ser efectuadas na sede municipal da Jamba e Cacula, mas é na cidade do Lubango onde se está a realizar um trabalho de vulto." No Lubango, já está a ser ensaiado um sistema para levar água a 4.600 domicílios.

Arão Martins/Lubango

8.7 Mais água potável para toda a província

Jornal de Angola
07 De Agosto de 2017
Texto: Estanislau Costa

O acesso fácil e cada vez mais abrangente à água potável, por parte dos habitantes das zonas urbanas, rurais e recônditas da província constitui a razão de ser de vários projectos, com efeitos positivos na redução de doenças de origem hídrica e o encurtar de distâncias para a obtenção do líquido da vida. Entre as acções notáveis, figuram o Programa Água para Todos, de iniciativa presidencial, Programa de Investimentos Públicos e o Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, tendo beneficiado à volta de 62 por cento da população.

Os dados disponíveis atestam que existiam até 2002 na Huíla, apenas 250 fontenários.

A execução com êxito dos programas já referidos, resultaram na construção de mais de 2.295 pontos de água equipados, com bombas manuais e elétricas, reservatórios modernos que asseguram maior durabilidade do armazenamento da água.

De realçar que no quadro do mesmo programa, o governo local construiu 145 pontos de água de 2012 a 2017, que beneficiam 200 mil pessoas. As zonas ciclicamente afectadas por estiagens, nomeadamente o município dos Gambos, 136 pontos de abastecimento de água para a população e bebedouros de animais.

O Município do Lubango, por possuir o maior número de habitantes (776.249), tem absorvido a maior fasquia de investimentos, reforçados com

várias linhas de financiamentos internacionais, no quadro da cooperação do Governo angolano com vários países.

O Programa de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas (PDISA- I) é a nova empreitada a decorrer até Junho do próximo ano, com previsão de beneficiar 20 mil moradias das zonas suburbanas da cidade do Lubango. A acção visa fazer com que a água potável jorre nas torneiras e se melhore o saneamento básico.

Financiado pelo Banco Mundial (BM), com um montante de estimado em 2.1 mil milhões de kwanzas, o programa prevê atingir os bairros Patrice Lumumba Comandante DackDoy, Nzaji, Cow-boy, Luta Continua, Benfica e alguns sectores da Mapunda, Ferrovia e Agostinho Neto.

As obras estão a cargo da empreiteira Elector, integrada por técnicos nacionais e expatriados que garantiu respeitar os prazos de-execução, que visa ampliar a capacidade de distribuição e fornecimento de água potável. As moradias a beneficiarem já foram cadastradas.

O PDISA- I, lê-se no projecto, vai instalar em três anos, 140 quilómetros de condutas de distribuição com diâmetros de 63 a 400 mm. O~ consumidores dos dez bairros prescritos vão brevemente deixar de se preocupar com o abastecimento de água potável, percorrer longas distâncias para adquirirem o produto.

A execução do programa previu a reposição das infra-estruturas públicas a serem danificadas, com realce para os passeios, lancis, tapete asfáltico das avenidas abrangidas para inverter o quadro criado de certos pontos da urbe, que estão as estradas degradadas face às obras anteriores.

8.8 Água começou a correr por entre riachos e poços

Jornal de Angola

7 De Agosto de 2017

Texto: Fulva Mastins

De acordo com documentos, na fase embrionária da cidade, as fontes de abastecimento de água a Luanda estavam limitadas a riachos e poços, que terão servido a cidade durante vários anos.

Os mais célebres eram os poços da Maianga do Rei e Maianga do Povo, que, provavelmente, terão entrado em funcionamento entre os anos de 1848 e 1849. Ambos estavam localizados na actual Avenida

Revolução de Outubro, cerca de 200 metros antes da sede do Clube 10 de Agosto, no sentido descendente.

Entre 1885 e 1889, foi construído o primeiro sistema de abastecimento de água a Luanda, que se convencionou chamar Sistema O. Este entrou em operação em 1889 e tinha como principal componentes um dispositivo de captação no Rio Bengo, em Kifangondo, constituído por tanques filtrantes e uma estação elevatória que diariamente debitava para Luanda 6x10 metros cúbicos de água bruta, através de uma conduta de ferro fundido de diâmetro nominal de 350 mil metros. Esta conduta adutora ligava o local de captação em Kifangondo a um reservatório instalado às portas da cidade de Luanda.

O sistema serviu a capital durante 64 anos e, já na derradeira fase, assegurava o abastecimento de água a um universo de 32.110 habitantes, tendo atingido a saturação em 1950.

No início dos anos 50, foram projectadas e iniciadas as obras de um novo Sistema de Abastecimento de Água, hoje conhecido como Sistema I. Concluída a primeira fase das obras em 1953, foi desactivado o Sistema O e activado o Sistema I, que disponibilizava aos consumidores cerca de 40x10 metros cúbicos de água por dia, através de uma adutora de diâmetro nominal de 900mm de betão, a uma extensão de 24,7 quilómetros de Kifangondo (Cacuaco) para a Estação de Tratamento de Água (ETA) do Marçal.

Em 1971, entrou em exploração a primeira fase de um novo Sistema de abastecimento de água. Hoje designado Sistema 11, composto por uma componente de captação no rio Bengo, uma ETA em Kifangondo, uma adutora de diâmetro nominal de 1.200mm, com 19 quilómetros de extensão, que transporta água tratada para Luanda.

Para a ampliação da capacidade nominal do Sistema II para 140x10 metros cúbicos de água por dia, estava prevista, em 1975, uma segunda fase da obra. Porém, devido à instabilidade política e militar que emergiu com a proclamação da Independência Nacional, as obras respeitantes à ampliação do Sistema II só terminaram no final do primeiro semestre de 1981. Em 1985, entrou em operação o primeiro sistema de abastecimento de água à zona de Viana, no rio Kwanza.

O sistema era composto por uma instalação de captação em Capiapala, um canal em terra, designado inferior, uma estação elevatória em Casseque, que tem a jusante uma conduta de diâmetro de 1.000mm. Esta transporta água bruta

para outro canal, designado superior, que aduz o líquido para a Estação de Tratamento do Kicuxi.

Enquadrado no Projecto para a Melhoria do Abastecimento de Água ao Sector Sudeste, o Sistema III é composto pela ETA, sistema de Distribuição de Água de Luanda-Sudeste e uma conduta adutora de diâmetro nominal de 1.000 milímetros, com 22 quilómetros de extensão. Tem capacidade de produção de 216x10 metros cúbicos de água dia.

8.9 Água vem por gravidade

Jornal de Angola

7 De Agosto de 2017

Texto: João Pedro

O "Luanda Gravitica" é o novo, projecto da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) representa uma alternativa para o abastecimento de água à capital do país: por gravidade.

A EPAL apresentou este novo produto durante a sua participação na Filda: O modelo de aplicação tem por objectivo reduzir o consumo energético, os custos de exploração, a manutenção e a diminuição dos investimentos na construção de novos centros de distribuição de água.

Este projecto, que pretende reestruturar o sistema existente, arrancar inicialmente, na Província de Luanda, em 2018. Para já, serão identificadas as zonas com altitude, onde o declive do terreno permita a distribuição de água para os reservatórios ou pontos de entrega para abastecer as comunidades. O engenheiro da EPAL Kelson Domingos esclareceu que, com a implementação deste projecto, vai se acelerar a meta da auto-sustentabilidade da empresa, por via da redução dos custos de exploração e manutenção do sistema. "Temos certeza de que vamos reduzir as interrupções no fornecimento de água, em caso de cortes de energia", garantiu o engenheiro.

Com a implantação deste novo projecto pretende-se, também, encurtar as metas estabelecidas nos programas do Governo, concebidos para garantir a universalidade do acesso à água potável, por via do aproveitamento dos centros de distribuição existentes nas zonas que serão abastecidas graviticamente ..

EXPOSITORES GANHAM PRÉMIOS

A Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol) venceu o Grande Prémio da 33a edição da Feira Internacional de Luanda (Filda).

Como troféus, a vencedora recebeu um galardão em ouro e ficou no quadro de honra da feira.

A Sonangol também venceu a categoria de Melhor Participação do Sector Petrolífero na Filda/2017.

A Administração Geral Tributária (AGT), por seu lado, conquistou dois prémios, nas categorias de Melhor Activação de Marca e Participação de Entidades e Empresas Públicas.

Na categoria de Melhor Participação Bancária, o prémio foi atribuído ao Banco de Poupança e Crédito (BPC), enquanto a EPAL venceu no sector de Energia e Águas.

A Unitel arrebatou o Prémio de Tecnologias de Informação. Na área da indústria transformadora foi distinguida a ADA.

Os prémios das categorias de Melhor Participação de Serviços e Materiais de Construção Civil, Bebidas, Alimentação e Comércio foram atribuídos às empresas Fabrimetal, Cuca, Kikovo e ao Supermercado Candando ..

A Empresa Interbancária de Serviços (EMIS) venceu o prémio de Melhor prestação de Serviços. A ENSA ficou com a categoria de Seguros. No sector dos Transportes e Logística, foi distinguido o Porto de Luanda.

Na categoria de Produtos Inovadores, destacou-se o banco BAI, com o produto "BAI Directo". Na área da saúde, foi o vencedor o Centro de Fisioterapia Ana Carolina. Foram ainda premiadas outras empresas que actuam no mercado nacional.

8.10 Constrangimentos técnicos

Jornal de Angola

7 De Agosto de 2017

Embora continue passo de corrida. o projecto das 700 ligações domiciliárias em Luanda não está imune aos constrangimentos de ordem técnica e social.

O técnico de Estudos e Projectos da EPAL. Anâncio Avelino disse que existem dificuldades na remoção' de residências e estabelecimentos comerciais construídos ao longo de algumas zonas. A vandalização dos contadores, canalizações e tubos pelos moradores é outro problema. "Em alguns bairros, tivemos registo de agressão aos técnicos em serviço e fraca adesão dos moradores às agências comerciais da EPAL para o pagamento da taxa de ligação e de consumo", lamentou o técnico.

LIGAÇÕES

De acordo com dados da EPAL, no Município do Cazenga estão concluídas as ligações domiciliárias nos bairros Vila-da-Mata, com 3.491 ligações. Corango Moreira (4197), Vila Flor (1.895). Agostinho Neto (14.932). Comissão do Cazenga (6.035). Cazenga Popular (11.839). Curtume (2.835), Sonefe (15.650). Adriano Moreira (1.905). São Pedro (4.850). São João (5.434). Santo António (2.677). Mabor (2.741). Ilha da Madeira (2.394), 11 de Novembro (8.981) e Grafanil (12.221).

No Distrito Urbano da Maianga, os trabalhos estão terminados nos bairros Multiperfil 11, com 109 ligações.

Morro Bento I (1.523). Morro Bento II (3.975), Inorade (4.566), Vila do Gamek (5.166). Gamek à Direita (10.555), Rocha Pinto (1.113), Cassequel (20.002), Sagrada Esperança (2.532). Prenda (2.008) e Catambor (1.746).

NOVOS PROJECTOS

A garantia da execução de projectos que vão reforçar e melhorar o abastecimento de água a várias localidades da Província de Luanda vem da EPAL.

Os projectos da EPAL abrangem o fornecimento e montagem de equipamentos para a Estação de Tratamento do Kifangondo reabilitação e ampliação do reservatório do Centro de Distribuição do Cazenga, reabilitação e ampliação do reservatório do Centro de Distribuição da Maianga, reabilitação do Centro de Distribuição do Marçal, reabilitação do sistema e quadros eléctricos da Estação de Bombagem do Cassequel e a conclusão do edifício do Centro de Distribuição do Talatona. Inclui ainda o fornecimento de meios e equipamentos do sistema de abastecimento de água, reforço da capacidade técnica: reabilitação e ampliação dos reservatórios dos Centros de Distribuição do Benfica I e de Viana e a aquisição e montagem de bombas para Estação do Cassequel constam ainda dos projectos.

8.11 Fim dos transtornos no fornecimento

Jornal de Angola
7 De Agosto de 2017

Maria Rufina, 36 anos, moradora dos Mulenvos de Cima em Viana, lembra que desde a formação o bairro nunca teve água potável. Mas hoje, a população está a beneficiar deste líquido e a suprir as necessidades que existiam, quando tinha de comprar de camiões sistemas. 'Com as ligações feitas,

já estamos a beber água potável, vinda das torneiras', disse.

Já a moradora Rosa Diogo do Cariango, no Cazenga disse que há 8 meses viu o seu problema da água resolvido. Por isso, está satisfeita: "a qualidade da água das cisternas que usávamos era duvidosa e causava doenças. Com o fornecimento, através das ligações os casos de doenças vão diminuir".

Luzia Bento, 53 anos residente no Distrito Urbano do Hoji ya Henda, também está satisfeita com o esforço da EPAL. Ela salienta que comprava de um camião-cisterna 20 mil litros de água a 21 mil kwanzas.

Agora só pede que a distribuição seja regular. Os entrevistados disseram não ter conhecimento de agressões a funcionários da EPAL. Mas foram unânimes em condenar esses actos. Encorajaram por outro lado, os outros moradores a fazerem o pagamento das taxas de ligação e do consumo do precioso líquido.

8.12 Novas ligações de água chegam a mais domicílios

Jornal de Angola
7 De Agosto de 2017
Texto: Pula Martins

Desde 2012, decorre o "Projecto de Implementação de Redes e Ligações ao Domicílio nas Novas Redes de Água de Luanda". Por conta da empreitada, da responsabilidade da EPAL (Empresa Pública de Água de Luanda), foram já efectuadas 523.446 ligações, que beneficiam mais de 3.140.676 habitantes, em vários municípios, distritos urbanos e comunas. No total, estão previstas 700 mil ligações domiciliárias.

No Distrito Urbano da Mafanga, por exemplo, das 97.195 ligações previstas, foram executadas 54.256, o que beneficiou cerca de 325.536 habitantes. O mesmo acontece no Município do Cazenga, onde foram feitas 115.973, a favor de 695.838 pessoas, das 216.548 previstas. No Bairro do Prenda, foram concluídas 12.008 ligações, que abrangem cerca de 72.048 habitantes.

O técnico de Estudos e Projectos da EPAL, Anâncio Avelino, explicou que a maior parte dos bairros do Município do Cazenga já tem as ligações domiciliárias concluídas, dando como exemplo a Comissão do Cazenga, que neste momento conta com 6.035 ligações domiciliárias.

"Nos bairros onde o processo de ligações está concluído, das torneiras já jorra água potável",

esclareceu Anâncio Avelino, adiantando que existem pequenos problemas na distribuição devido ao lançamento e à sectorização de novas condutas.

No Município de Cacucaco, das 51.947 mil ligações previstas, foram concluídas 47 mil, o que permitiu o fornecimento de água aos bairros Pescadores, Barra do Bengo, Boa Esperança 3, Vidrul, Nova Urbanização, Boca do Rio, Kicolo e Pedreira.

O Director Municipal de Energia e Águas de Cacucaco, João Garcia, informou que o programa das ligações domiciliárias de água potável é extensivo aos distritos urbanos e à Comuna da Funda. A sua implementação obedece ao cronograma concebido pela.

EPAL. As ligações abrangem os bairros do Paraíso, Kicolo, Augusto Ngangula, Belo Monte e Mayombe.

Os moradores dos Mulenvos de cima, Estalagem, Moagem e Grafanil, no Município de Viana, também já beneficiam do precioso líquido. Neste município, foram feitas 96 mil ligações, 58.278 das quais já em exploração domiciliária, isto é, os consumidores já têm água canalizada em casa.

8.13 População com acesso fácil aos serviços sócias básicos

Jornal de Angola

7 De Agosto de 2017

Texto: Carlos Paulino

Cerca de 54 por cento dos agregados familiares da província têm acesso a uma fonte apropriada de água para beber e 32 por cento, usam uma instalação sanitária adequada, segundo dados do relatório final do Inquérito dos Indicadores Múltiplos e de Saúde (IMS) da província do Cuando Cubango, realizado durante o período 2015/2016.

A informação foi apresentada por Ezequiel Luís, técnico sénior do departamento de estatísticas demográficas e sociais do Instituto Nacional de Estatística (INE), que explicou ainda que os dados apontam que 26 por cento dos habitantes da província têm acesso à energia eléctrica, numa altura em que a nível nacional são 52 por cento.

Os dados do INE, divulgados em Menongue, referem que 76 por cento dos homens e 50 por cento das mulheres têm algum nível de escolaridade' ou seja, sabem ler e escrever. A taxa de mortalidade infantil é de 44 mortes em cada mil nados vivos e a infanto-juvenil é de 6·8 mortes por mil pessoas.

No que toca à mortalidade associada à gravidez, Ezequiel Luís disse que é de 239 mortes por 100 mil nados vivos. As mulheres no Cuando Cubango têm uma média de cinco filhos cada, enquanto 1,4 por cento das casadas usam algum método contraceptivo moderno.

Violência doméstica

Os índices nacionais de violência física contra os maridos ou parceiros apitam para 6 por cento, a nível da província do Cuando Cubango é zero por cento, salientou o técnico sénior do departamento de estatísticas demográficas e sociais do Instituto Nacional de Estatística. Ezequiel Luís avançou ainda que oito por cento das crianças dos 12 aos 23 meses de idade receberam todas as vacinas básicas, 43 por cento dos menores de cinco anos apresentam malnutrição crónica e 38 por cento dos bebés dos 6 aos 59 meses tiveram o teste positivo da malária.

Em relação ao VIR e Sida, o Inquérito dos Indicadores Múltiplos e de Saúde aponta que a ser o prevalência, no Cuando Cubango, é de 5,5 por cento. Sendo a segunda província com taxas mais elevadas, depois de Cunene, com 6,1 por cento, enquanto mais alta de malária, com 38 por cento, depois do Moxico, com 40 por cento, enquanto o Cunene, Huambo e Namibe têm as taxas mais baixas, com 1 por cento.

O mesmo responsável sublinhou que o Inquérito dos Indicadores Múltiplos e de Saúde 2015-2016 é o quarto realizado até agora, ao passo que o Inquérito Demográfico e de Saúde é o primeiro que decorreu a nível do país inteiro.

A amostra garante uma representatividade a nível nacional, provincial, urbana e rural} assim como em termos das características sócio-demográficos como sexo, grupos etários, escolaridade, e dados sócio-económico da população, segundo o técnico sénior do departamento de estatísticas demográficas e sociais do INE.

O vice-governador do Cuando Cubango para o sector Político e Social, Pedro Camelo, disse que o relatório final do IIMS vai contribuir significativamente para que o governo local possa ter o domínio real das situação da população e tomar medidas para melhorar as condições de vida dos habitantes, sobretudo os que vivem nas zonas suburbanas.

8.14 Contadores de água estão a ser instalados

Jornal Economia e Finanças

11 De Agosto de 2017

Texto: Arão Martins

Mais de 24.600 contadores, que vão permitir controlar o consumo de água por cada cliente, estão a ser instalados na província da Huíla, através da direcção local da Energia e Águas.

O governador da Huíla, João Marcelino Tyipinge, fez o lançamento do programa que abrange toda a extensão da província.

O director provincial da Energia e Águas, Abel João da Costa, explicou ao JE que a instalação dos contadores é uma iniciativa do Executivo angolano, e visa fazer o controlo do pagamento real, baseado no controlo do consumo de água por cada cliente.

Reconheceu que na maior parte dos casos cobra-se aquilo que as pessoas não consomem e noutras vezes, as pessoas pagam mais do que consomem.

"Há situações em que o cliente consome pouco e paga mais e noutros consome mais e paga menos. Com a instalação de contadores de consumo de água, a pessoa vai pagar e o Estado cobra o justo", reconheceu.

O director provincial da Huíla informou que a instalação de contadores abrange todos bairros da cidade do Lubango e municípios da província.

Esclareceu que, para se evitar estes constrangimentos, está-se a colocar contadores e a partir daí "cada um vai gastar água em função da sua capacidade financeira".

Aumento do consumo

A expansão da empreitada do projecto e construção da rede de distribuição e ligações domiciliárias em áreas peri-urbanas da cidade do Lubango, província da Huíla, contempla 20 mil novas ligações, em benefício directo de 300 mil famílias.

O projecto, que compreende a construção de 140 quilómetros de rede de distribuição de água e de 20 mil ligações domiciliárias, em execução na cidade do Lubango e financiado pelo Banco Mundial, foi visitado, pelo governador provincial da Huíla.

Investimentos

O director provincial da Energia e Águas da Huíla, Abel João da Costa, explicou que a acção está a ser

executada com sucesso e tem um prazo de execução de 24 meses.

Acrescentou que a data de conclusão estava prevista para Janeiro de 2019. Mas os trabalhos vão terminar muito antes, em função da execução da acção, já em 70 por cento.

Explicou que o âmbito de contrato abarca a instalação de 140 km de rede de distribuição e são intervencionados os bairros 14 de Abril (Benfica), Patrice Lumumba (Machiqueira), Comandante Dack-Doy (Santo António), parte do bairro Ferrovia, Dr. Agostinho Neto, Mapunda, e Comandante Cow-boy (Calumbiro).

Indicou que no bairro Patrice Lumumba, prevê-se a colocação de 23.3 km de rede de distribuição e já foram executados 14,7 por cento, com 63.l.

João da Costa informou que a previsão é de efectuar 2-417 ligações domiciliárias.

No bairro Santo António, indicou, a previsão é de efectuar 22.8 km de rede de distribuição e já foram executados 6.6, com 28.9 por cento já realizados, faltando 16,2 por executar.

Abel João da Costa disse que é uma nova era, não só para a população da cidade do Lubango, mas também para a população de outras localidades. Decorrem igualmente obras na sede municipal da Jamba e Cacula.

O director provincial da Energia e Águas da Huíla sustentou que para o Lubango, já se está a ensaiar um sistema recém construído, que vai levar água a 4.600 ligações.

Garantiu que, grande parte da tubagem que já foi montada e fornece água potável à população, a partir da nova captação, criada na serra da Chela, no município da Humpata.

Para a cidade do Lubango, referiu, decorre o programa denominado Pdisa, um co-financiamento entre o Governo de Angola e o Banco Mundial, enquanto para a Jamba e Cacula, o projecto está a ser financiado pela linha de crédito da China.

Abel João da Costa afirmou que, apesar da crise, o sector das águas na Huíla está a beneficiar deste projecto, enquadrado na estratégia do Executivo angolano.

Mais acções

O governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyipinge, reconheceu os avanços que os programas

de água registam, não só na cidade do Lubango, como em toda a extensão da província.

O governador disse que em muitos bairros, o trabalho pode ser pouco visível, mas a água já atinge o domicílio de muitos moradores.

Afirmou existir empenho das autoridades e dos técnicos nacionais e alguns expatriados, que tudo fazem para a melhoria do fornecimento de água na região.

8.15 Governo investe 100 Milhões USD em abastecimento de água

Jornal Expansão
11 De Agosto de 2017

O Governo aprovou, esta semana, um investimento de 100 milhões USD para o reforço da rede de abastecimento de água em zonas suburbanas e rurais das províncias do Bié, Benguela, Huambo e Uíge.

O Ministério da Energia e Águas está autorizado a contratar a empresa Aenergia, associada da norte-americana General Electric (GE), por 100 milhões USD para a construção de 25 pequenos sistemas de água e 346 pontos de água melhorados.

De acordo com o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, a falta de acesso de água potável por parte das populações mais carenciadas é uma das maiores dificuldades que estas regiões enfrentam, estando na origem da propagação de várias doenças.

O sector da energia e águas deverá absorver quase metade da linha de crédito que a China concedeu para a realização de obras por empresas chinesas no país, cerca de mais de dois milhões USD para 34 projectos.

O responsável do Ministério da Energia e Águas acrescentou que foi feito um investimento na construção de novos sistemas de abastecimento de água nas capitais de 14 das 18 províncias, estando em conclusão as obras das cidades do Namibe e do Sumbe.

Outra das metas anunciadas pelo executivo passa por levar o Programa Água para Todos (PAT), para o abastecimento de água às populações rurais, por mais de cinco milhões de pessoas até final do 2017. "É um programa de grande visibilidade e que promove o acesso à água no meio rural. Há esse esforço grande", sublinhou o governante.

Contudo, conforme objectivo do próprio programa estatal, para que se atinja a taxa de cobertura de 80%

da população rural estimada em quase sete milhões USD - ainda deverão ser beneficiados mais de mil habitantes.

Desde 2007, ao abrigo deste programa, foram construídos 3.035 pontos de água - que correspondem a um sistema em que a recolha de água é efectuada na origem, servindo de chafariz ou lavandaria -, e com mais 395 em execução em todo o país.

Acrescem 923 pequenos sistemas de água - incluem captação superficial, tratamento e abastecimento a mais do que um chafariz - construídos desde 2007 e mais 279 em execução.

Alexandre Lourenço

8.16 Habitantes da Lucira têm mais água potável

Jornal de Angola
15 De Agosto de 2017

Mais de oito mil habitantes da comuna da Lucira, município de Moçâmedes, ganharam ontem três novas estações de captação de água, construídas pelo Governo da Província do Namibe.

O projecto, avaliado em mais de dez milhões de kwanzas, conta ainda com a montagem de uma nova linha de transporte de energia eléctrica, segundo o empreiteiro da obra, Edson Roque.

As estações de captação vão funcionar de forma combinada num período de 10 horas, para encher um reservatório de 500 metros cúbicos de água, que, por sua vez, fará a distribuição à população da sede da comuna da Lucira, numa primeira fase através dos chafarizes.

Na ocasião, o governador provincial do Namibe, Carlos da Rocha Cruz, pediu a colaboração da população na conservação do referido empreendimento, para que, de forma regular, a água seja fornecida aos munícipes, sem sobressaltos.

Na comuna da Ludra, procedeu-se igualmente à entrega de residências para os funcionários da Saúde, Administração, Educação, Pescas e outros sectores. A comuna da Lucira dista 230 quilómetros a sul da província do Namibe.

8.17 China financia sector das águas e minas

Jornal de Angola

18 De Março de 2017

Com o Eximbank foi rubricado um acordo de financiamento do Plano Nacional de Geologia (Planageo), avaliado em 76,8 milhões de dólares, dos quais 65,3 milhões cobertos pelo banco, refere uma nota da Embaixada de Angola na China.

Com o Banco de Desenvolvimento da China, o memorando estabelece o financiamento para a construção do centro de formação, fornecimento e instalação de uma base de dados. Trata-se de um projecto pertencente ao Ministério da Energia e Aguas, avaliado em 41,5 milhões de dólares, dos quais 35,3 milhões de dólares cobertos pelo banco.

Archer Manguera chefia uma delegação multisectorial que integra os ministros do Interior, Angelo Tavares, dos Transportes, Augusto Tomás, da Energia e Aguas, João Baptista Borges, e da Construção, Artur Fortunato, além do administrador do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), Carlos Panzo, e técnicos seniores dos cinco departamentos ministeriais.

A comitiva angolana está a negociar financiamento para o sector privado e acompanhamento de carteiras de projectos em curso no país, no quadro da linha de crédito da China. A delegação angolana avalia também o grau de cumprimento dos projectos escritos nas várias facilidades financeiras dos diferentes bancos, nomeadamente o Banco de Desenvolvimento da China (CDB), o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC), o Banco da China e a companhia de seguros de créditos Sinasure.

O titular das Finanças informou que do total de projectos enquadrados nas linhas de crédito do Banco de Desenvolvimento da China (CDB), num valor de 2,4 mil milhões de dólares, o Estado angolano já disponibilizou o pagamento adiantado na ordem de mais de 400 milhões de dólares.

Com o Banco da China, a carteira de negócios compreende projectos avaliados em 518 milhões de dólares, dos quais 440 milhões vão ser cobertos pela mesma instituição financeira.

Com o Eximbank, dos dois mil milhões previstos na carteira de projectos, 1,7 mil milhões de dólares vão ser cobertos pelo banco, ao passo que com o ICBC, dos 9,2 milhões previstos, 7,8 vão ser cobertos pela instituição financeira chinesa.

A comitiva angolana aproveitou a ocasião para apelar ao bom senso das instituições financeiras chinesas para uma assistência na gestão da dívida pública e de uma parceria para financiar projectos no sector produtivo, como na indústria, agricultura e minas, questões prontamente aceites pelo Banco Industrial e Comercial do gigante asiático, ICBC.

O reforço da capacidade produtiva saltou para o topo da agenda do Executivo angolano devido à quebra acentuada dos preços das matérias-primas a partir de 2014 e que deixou o país com dificuldades económicas e financeiras.

Nos últimos meses as trocas comerciais da China com Angola ascenderam a 2.026 milhões de dólares, com a China a vender ao mercado angolano produtos no valor de 167 milhões de dólares, contra 1.859 milhões de dólares de Angola, num pacote dominado pelo petróleo.

BPC recapitalizado

A Comissão Económica e Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros aprovou durante a sua última sessão no passado dia 9 de Março, em Luanda, o Plano de Recapitalização e Reestruturação do Banco de Poupança e Crédito, apresentado pelo seu accionista maioritário, em representação do Estado, o Ministério das Finanças.

São accionistas do Banco de Poupança e Crédito, o Estado representado pelo Ministério das Finanças, o Instituto Nacional de Segurança Social e a Caixa de Segurança Social das Forças Armadas Angolanas.

Na sequência daquela aprovação, deverá ser agendada, em breve, uma Assembleia de Accionistas, na qual se deliberará sobre a implementação das diferentes actividades constantes no Plano de Recapitalização e Reestruturação.

Com esta iniciativa, procuram os accionistas do Banco de Poupança e Crédito, em total coordenação com o Regulador, assegurar a solidez e robustez do Banco, bem como garantir a Estabilidade Financeira do Sistema Bancário Nacional.

8.18 Empresas das águas mais controladas

Jornal de Angola
18 De Março de 2017

O Instituto Regulador dos Serviços de Eletricidade e de Água (IRSEA) pretende ter o controlo de todas as empresas das águas existentes nos pais. Para o efeito, o instituto vai exigir o cumprimento do tarifário estabelecido, disse ontem, em Luanda, o eu presidente do Concelho de Administração.

Luís Mourão, que prestou a informação durante uma palestra subordinada ao tema.

"O perfil do trabalhador na regulação", disse que, das 11 empresas das águas já criadas em todo o pai, a instituição reguladora tem apenas o domínio de três, designadamente a EPAL (Luanda), do Lobito e a de Benguela.

"As empresas das águas estão a surgir e, para termos este domínio, temos que nos pegar naquilo que é o tarifário que elas têm que aplicar a partir do momento que reconhecem as tarifas que estão homologada pelo regulador.

Daí, as coisas mudam completamente e começam a olhar o regulador de uma forma diferente", precisou. Luís Mourão disse, por outro lado, que a instituição que dirige tem uma tarefa árdua para cumprir e desenvolver, por isso necessita de ter em mãos a parte reguladora das águas com a elaboração de regulamentos complementares que não existem.

O responsável informou que existe um único regulamento que é o de abastecimento da água potável e saneamento das águas residuais, mas e tá virado para critérios e regras que devem respeitadas.

"Temos de criar regulamentos virados para questões regulatórias, porque é uma tarefa que teremos de cumprir, face ao apoio financeiro do Banco Mundial, mas teremos de respeitar as regras desta instituição mundial", salientou.

O presidente do Conselho de Administração do IRSEA disse que, com este apoio, deve dar-se maior atenção ao sector das Águas, mas se vai ser possível com a colaboração de todos os trabalhadores.

Criação do IRSEA, que sucede o IRSE, ré ulta das transformações orgânicas e institucionais em curso no sector da Energia e Águas. O IRSEA está vocacionado para a regulação do abastecimento e saneamento das águas residuais. Luís Mourão Garcês da Silva admitiu melhorias no sector elétrico no capítulo de regulação, comparativamente ao sector

das águas e considerou fundamental a continuação do trabalho.

O gestor referiu que uma da prioridades da instituição é garantir um clima de confiança para investimento e proporcionar condições para que o mercado de eletricidade e de água seja competitivo e se desenvolve com o equilíbrio.

"A na actividade, enquanto entidade reguladora assenta na transparência, credibilidade, profissionalismo e eficiência sem pôr em causa o bom funcionamento dos operadores, bem como a segurança na prestação dos serviços em benefício dos consumidores e da sociedade em gera", sublinhou.

Já a oradora Filomena da Silva, do Departamento Comercial Tarifas e Preços, precisou que a área que representa está vocacionada para o tratamento de dados técnicos, patrimoniais, materiais e financeiro dos estudos de viabilidade, dos balanços anuais e das informações obrigatórias.

António Silva, que apresentou o tema "regulação técnica e da qualidade de serviços de eletricidade", descreveu a competências do departamento e as actividades realizadas no domínio de qualidade da prestação de serviços, operação e operacionalização de sistemas, gestão de banco de dados e domínio do atendimento às reclamações.

O chefe de Departamento Técnico Jurídico, Marino Bulles, teve a missão de r tratar o tema sobre "o técnico regulador e regulação legal" no qual falou sobre a regulação, o perfil do técnico superior de regulação e do técnico de regulação legal.

8.19 EPAL conclui 80% das ligações domiciliares

Jornal Economia e Finanças
18 De Agosto de 2017

O projecto da Empresa Provincial de Água de Luanda (EPAL) das 700 mil ligações domiciliares encontra-se executado em 80 por cento, sendo que 300 mil ligações estão acabadas e permitem jorrar o líquido em vários municípios de Luanda, revelou, recentemente, o administrador para a área de Projectos e Investimentos da empresa, Albertino Viegas Gomes.

Falando à imprensa, nas instalações da ETA - Sudeste, no Kikuxi, município de Via na, quando fazia um balanço do projecto, o gestor revelou que já foram executadas 533.923 ligações (80 por cento) domiciliares das quais 280.215 (52) encontra-se em

fase de exploração, beneficiando cerca de 1.401.º75 habitantes.

A partir da próxima semana, avisou, prevê-se concluir os testes que estão a decorrer, para aferir o desempenho das infra-estruturas executadas na zona do Benfica, 9.704 nos bairros (Benvindo, Kifica, Honga, Cabo Lombo e Praia da Nicha), Cacucaco, 6.858 ligações no bairro Boa Esperanças, Vidrul, Hota Nganga e parte do bairro Boa Esperança Central.

Mais projectos

No Sambizanga, 20 mil (Ndala Mulemba, bairro Uíge, Anteros e São Pedro da Barra), Kilamba Kiayi, 16.177 (soba Capassa, 28 de Agosto, 4 de Abril, Nginga Mbandi, e Progresso), Maianga 15 mil (Gamek, Morro parte do Morro Bento), Cazenga, 19 mil, / São João, Santo António, Ilha do Novembro e Mabor).

Deu a conhecer que a EPAL -EP vai, durante o corrente mês, de forma regular abastecer mais de 7.562 famílias nestas zonas.

Para a execução desta empreitada com 'conclusão prevista para finais do ano em curso, o responsável esclareceu que a EPAL contratou a empresa Sinohydro Corporation, para executar 254.507 ligações distribuídas em Viana, Cacucaco, Kilamba Kiayi e Sambizanga, e a empresa Guangxi Hidroeléctrico Constrution Bureau para executar 415.076 ligações distribuídas no Cazenga, Rangel, Ingombota, Samba, Futungo e Maianga, no valor global de 249.595.941 dólares americanos.

Segundo o engenheiro, o projecto tem sido implementado de forma faseada, compreendendo quatro fases distintas, nomeadamente elaboração dos estudos e projectos, execução das infra-estruturas, testes para aferir o desempenho das mesmas e a última consiste na exploração da rede.

Gestão sustentável dos lodos

A gestão sustentável dos lodos (solo argiloso) nos esgotos poderá ser uma alavanca muito importante para o Estado angolano e para a sua economia, considerou, recentemente, em Luanda, o presidente da subcomissão 3 da Associação Africana das Águas (AFWA), Papa Samba Diop.

Segundo a Angop, o responsável falava na abertura do seminário sobre gestão sustentável dos lodos (solo argiloso) e esgotos, que decorreu em Luanda, de 14 a 17, numa parceria entre a AFWA e a Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL), no âmbito do

programa anual da associação, no qual foi escolhido para preparar futuros técnicos sobre a matéria.

A fonte considerou ser um benefício para o Estado porque vai permitir reduzir despesas de saúde pública, cinco vezes menos, e do ponto de vista social far-se-á uso possível das melhores tecnologias neste campo.

Realçou que o projecto piloto foi lançado há um ano e sete meses como período de implementação em cinco países, e pode demorar entre 24 e 36 meses.

Indicou que os projectos dos Camarões, Costa do Marfim, Senegal, Uganda, Zâmbia, Burkina Faso e Mali, já se encontram no Banco Africano de Água, para serem analisados e pode ajudar na planificação e mobilização de financiamento.

o projecto conta com a assistência da Afwa e é financiado pelo Banco Mundial e a Fundação Bill e Melinda Gate que, desenvolveram acções de recuperação dos lodos das fossas cépticas e de esgotos urbanos com a finalidade de serem utilizados na agricultura.

Na sua intervenção o presidente do Conselho de Administração da EPAL, Leonildo Ceitas, solicitou aos especialistas e representantes de várias instituições para que transmitam as suas experiências nesse domínio.

O encontro vai discutir, entre outros temas, a gestão dos lodos e esgotos (armazenamento, recolha e transporte), exploração de uma estação de tratamento de lodo fecal e ferramentas necessárias para a criação de um projecto de gestão de "lodo feca".

8.20 População do K. Kiayi bebe água das Kupapatas

Jornal Visão

18 De Agosto de 2017

Texto: Joaquim Paulo

Numa altura de muita propaganda e de promessas políticas realizadas pelo MPLA, partido no poder desde 1975, os moradores do município acima referido aproveitaram os microfones e as câmeras da nossa equipa para levantarem um problema social que, nos dias de hoje, passados 15 anos de paz, ainda não foi resolvido e, pelo andar da carruagem, pode chegar à próxima legislatura sem solução aparente à vista.

Em pleno século XXI a falta de água potável no município do Kilamba Kiayi ainda é um facto, situação que tem deixado centenas de famílias

descontentes com a administração local e os governantes que nada fazem para reverter o actual quadro.

Facto que só é minorado pela existência dos chamados Kupapatas que fazem a distribuição do precioso líquido, porta à porta, destapando assim, o véu da ineficácia do programa do Executivo denominado agua para todos'.

Mário Augusto um dos moradores da referida localidade há mais de 36 anos, disse que mesmo depois de muito tempo a água sempre foi e continua a ser o maior problema desta parcela de Luanda que, apesar de já ter sido distrito e voltado a categoria de município este problema prevalece sem horizonte de ser resolvido.

Algumas vezes tentaram resolver mas nunca foi resolvido na totalidade': explicou, o morador, exemplificando o facto do município não ter sequer valas de drenagem.

Os fontenários existentes, sublinhou, quase que não jorram água. "Por isso, somos obrigados a comprar um bidão de 20 litros no valor de 75 kwanzas, e por vezes impróprios para o consumo humano': referiu, para depois dizer que, algumas doenças registadas no bairro cerca de 50% são provenientes da água.

Graças aos jovens das Kupapatas é que nós conseguimos ter água para o consumo", notou, apelando ao Executivo e a administração municipal para que sejam breves na resolução deste problema que os aflige há muito tempo.

Ginástica incansável Foi assim conforme Elisabeth da Conceição chamou a procura de água no Kilamba Kiaxi, em função as dificuldades que passa para ter água em casa.

Somos obrigados a fazer ginástica para ir a busca do líquido mais precioso da vida de todos os seres vivos. Sem água os nossos filhos não conseguem se preparar para ir à escola, nem mesmo para manter a higiene colectiva" acrescentou, sublinhando que para contrapor este problema o ideal é ter um stock de mais de 20 bidões de água para o consumo diário.

Tal como o seu vizinho, pediu que os órgãos competentes olhassem com zelo aos problemas daquela comunidade para que tenham uma vida saudável.

Numa tentativa de contraditório' procuramos ouvir a Administração local, através do Gabinete de Comunicação e Imagem. Mas ali, fomos informados que o processo de fornecimento de água domiciliar

está em curso. Sem mais quaisquer informações fecharam-se em copas.

Mas ao Visão constou que os chineses que faziam as ligações domiciliárias foram chamados a fazer outra intervenção em Viana, abandonando o município do Kilamba Kiaxi sem data de regresso e término dos trabalhos.

8.2I Distrição de água melhora na Humpata

Jornal de Angola

30 De Agosto de 2017

A distribuição de água potável no município da Humpata, na província da Huíla, vai conhecer avanço significativo, nos próximos tempos, com a melhoria do sistema de abastecimento, garantiu ontem a administradora local Paula de Jesus assone informou que foram feitos investimentos para a canalização de água nas localidades de Bata Bata, Ndundoluque, chipembe, Auto Bimbe, Chípulo e Lueque.

Administradora municipal da Humpata explicou que a região tem uma bacia hidrográfica rica, que pode fornecer água a toda população local, daí que o abastimento a nível de certas partes do município é regular.

Disse que, além da sede municipal já se abastece água potável à comuna da Palanca e do sector do Cahoto, onde existem ligações domiciliárias.

Em relação à energia eléctrica Paula Nassne disse que as barragens exi. Tente não têm capacidade para fornecer e te produto a toda a região, por isso, são obrigados.

A socorrer - se de fonte alternativa. "Município da Humpata possui duas barragens a das Teve e a da Bata Bata, mas viradas para fins agrícolas e não para a produção de energia eléctrica disse. Administradora disse que a barragem da Bata Bata carece de uma reabilitação urgente e assegurou que há um projecto para se efetivarem o arranjos necessários ao empreendimento.

Este sentido, disse a responsável municipal, vai responsável realizar a irrigação dos campos agrícolas e tirasse daí outros benefício de que a população tem precisa.

A Humpata é um do 14 município da província da Huíla composta pelas comunas sede e da Palanca e a sua população dedica -se à agricultura, artesanato e à pecuária. Apresenta um potencial de crescimento económico destacando- e o parque industrial ligado ao sector da agropecuária.

8.22 Afinal quem pode cobrar a taxa de serviços de limpeza?

Jornal Expansão
03 De Março de 2017

Em 2016, o Decreto Presidencial n.º 107/16, de 20 de Maio, aprovou uma nova taxa de serviços de limpeza como contrapartida pelos serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos pelas administrações municipais ou entidades equiparadas da Província de Luanda. Nos

Termos desse diploma, estão sujeitos à nova taxa os beneficiários dos referidos serviços, abrangendo pessoas singulares, pessoas coletivas ou entidades jurídicas equiparadas, tendo por referência o local da sua residência, domicílio, sede ou direcção efectiva.

No entanto, existem vários aspectos menos claros na lei e que podem suscitar dúvidas até quanto à legalidade da taxa. Desde logo, a lei não estabelece qualquer critério para determinar o que sejam micro-empresas, pequenas empresas, médias empresas ou grandes empresas para efeitos da aplicação das taxas dos serviços de limpeza. Ora, essa omissão é tanto mais importante quanto as grandes empresas têm de pagar uma taxa mais de dez vezes superior às Micro-empresas.

Por outro lado, não é claro quem pode cobrar a taxa em causa. Com efeito, estabelece-se no artigo 9.º do Decreto Presidencial nº107/16 Que a taxa de serviços de limpeza é cobrada juntamente com a factura referente ao fornecimento de electricidade, mas nos casos de agregados familiares não abrangidos pela rede de distribuição eléctrica, o pagamento é feito através de empresas operadoras concessionárias ou empresas cobradoras. Ora, a lei não determina quais as entidades que podem cobrar ou receber a taxa ou se os contribuintes, na situação descrita de agregados não abrangidos pela rede de distribuição eléctrica, têm de pagar a taxa por sua própria iniciativa. Por outro lado, a lei determina que as pessoas colectivas e entidades equiparadas deverão pagar a taxa de serviços de limpeza numa conta bancária a indicar pelo Governo Provincial de Luanda. Porém, a lei é omissa quanto à cobrança da taxa em questão, pelo que se pode questionar se essa taxa deve também ser incluída nas facturas de electricidade das pessoas coletivas.

Para além desta indefinição sobre como é feita a cobrança da taxa e a entidade a quem compete essa cobrança, o mencionado diploma refere que a taxa de limpeza é devida mensalmente, embora o pagamento possa ser feito de forma trimestral, semestral ou anual. Significa isto que é o próprio contribuinte que

pode escolher com que regularidade é que paga a taxa? E se assim for, como é que deve proceder um consumidor que recebe uma factura de electricidade, mas apenas quer pagar a taxa dos serviços de limpeza, por exemplo, cada seis meses? Não se encontra na lei uma resposta para estas questões.

O Decreto Presidencial n.º 107/16 Também não estabelece quando é devido o pagamento da taxa dos serviços de limpeza, o que é essencial, por exemplo, para determinar o momento a partir do qual o contribuinte se encontra numa situação de incumprimento geradora de juros de mora ou multas. Acresce que, embora a lei não seja clara quanto a este aspecto, a falta de pagamento da taxa dos serviços de limpeza dentro do prazo (que não está estabelecido na lei) parece também permitir o corte do fornecimento de energia eléctrica que apenas será reativado após apresentação da prova de pagamento da taxa em causa.

Não se entende qual a relação entre o pagamento da taxa de serviços de limpeza e o fornecimento da electricidade para justificar que um serviço tão essencial como o fornecimento de electricidade seja cortado por falta de pagamento de um outro serviço que, por exemplo, não é prestado pela mesma entidade.

Para além de outros aspectos em que o referido Decreto Presidencial é pouco claro, não é feita qualquer menção no diploma em questão aos casos em que os contribuintes não beneficiam de serviços de limpeza porque, por exemplo, suspenderam a sua actividade ou porque no município em questão não existe recolha de resíduos sólidos por parte das autoridades municipais. A cobrança da taxa dos serviços de limpeza nesses casos permitiria, por exemplo, questionar a natureza deste tributo e a sua legalidade.

Assim, embora a cobrança da taxa dos serviços de limpeza possa vir a contribuir para uma optimização dos serviços de recolha e tratamento de resíduos, a verdade é que o Decreto Presidencial nº 107/16 Não veio estabelecer um quadro legal claro.

Em aspectos importantes para qualquer tributo, tais como a forma de cobrança, o montante devido pelos contribuintes, a entidade competente pela cobrança ou o prazo de cumprimento da obrigação, o referido diploma é omissivo ou, pelo menos, muito pouco claro. Impõe-se, por isso, que a taxa de serviços de limpeza seja cobrada em estrita obediência à lei e, em caso de dúvida, o contribuinte não seja prejudicado pela indefinição legal.

8.23 As casas de banho público para quando? De quem é a responsabilidade da sua falta

Jornal A República

4 De Agosto de 2017

O aumento demográfico de qualquer cidade, para além do grande número de habitantes que a caracteriza, traz outras nuances inerentes ao avultado número de cidadãos no mesmo espaço quadrado. E as mudanças em população devem ser acompanhadas, por um planeamento adequado de forma a absolver todas as nuances que vêm com o pacote, aumento demográfico. Como sabemos, as necessidades fisiológicas têm o seu próprio relógio interno, assim está fora do controlo dos seres vivos o estabelecer as horas do ALARME, de maneira que o alarme somente, dispare nos momentos e especialmente em LOCAIS que nos sejam convenientes, adequados, mas infelizmente não é assim, que buila manos! Numa cidade pequena, é muito comum que batamos a porta mais próxima quando necessitamos da casa de banho de outrem e muito naturalmente ela nos é oferecida de bom grado. Porque tenho bem em memória que logo após a independência, esta prática ainda era muito comum em Luanda. Então o que aconteceu a cidade de LUANDA, para que hoje muitos, mas muitos cidadãos façam dos espaços PÚBLICOS a vista de TODOS, casas de banho para o alívio das suas necessidades maiores? Várias e variadas interrogações levantam-se. A meu ver, possivelmente esta prática revoltante, passou a ser um espectáculo gratuito devido ao grande FLUXO dos habitantes das províncias que afluíram a cidade capital. Muitos defendem que nada desta prática revoltante, tem a ver com o facto de ser-se da província ou não, mas que tem a ver principalmente com a conduta, educação e ESTRATO SOCIAL do cidadão, do que com o aumento demo gráfico da cidade. Há muito de verdade neste argumento, se não for a verdade em absoluto.

Mas facto é que com o aumento demográfico de uma cidade, temos que visualizar um grande número de indivíduos, a baterem as portas dos seus cidadãos pela cidade regularmente fazendo assim das casas de banho privadas dos seus concidadãos casas de banhos públicas porque naturalmente que neste prisma de intervenção social muitas portas seriam batidas n vezes, o que com o tempo, iria aborrecer o cidadão mais pacato e sempre pronto a ajudar o seu próximo. Neste âmbito, os pedidos a certa altura tornar-se-iam inconvenientes e despoletariam de quem está do outro lado da porta, um rotundo, não! Temos que aceitar que CASAS de BANHO PÚBLICAS, são hoje uma necessidade imperativa, de

força maior nas grandes cidades, da mesma forma a nossa Luanda, não tem como fugir a esta regra. Praticamente não há casas de banho públicas em Luanda. Nas grandes cidades europeias, como Lisboa, Paris, Londres, Madrid, houve a preocupação do governo local em construir casas de banho públicas, por considerar as necessidades fisiológicas dos seus cidadãos, naturalmente que tal atitude é fruto de um cuidado e interesse em zelarem pelos aspectos SOCIAIS das suas cidades, dos seus concidadãos. É óbvio, que o assunto da ausência das casas de banho públicas não é um assunto novo, mas temos que continuar a bater na tecla, até que a construção das mesmas se torne uma realidade na nossa cidade capital. Todas as cidades, todas as províncias têm um governador provincial, é fácil concluir que é da responsabilidade do governador provincial de Luanda, requerer, exigir a construção de casas de banho públicas na cidade de Luanda. Elas têm que ser num número aceitável e colocadas em vários pontos da cidade, de forma a cobrir as principais artérias da cidade, para que possam suprir de forma satisfatória a população luandense no seu todo. Porque de momento existem algumas, que não passam de gotas no oceano da necessidade de casas de banho na cidade de Luanda. Na construção das casas de banho, há outro grande benefício que é a criação de postos de TRABALHO para a população luandense, assim como o FIM do hediondo e triste espectáculo dados por cidadãos maiores, de serem vistos a DEFECAREM publicamente nas ruas de Luanda, em plena luz do dia e a vista de quem passa, será algo do passado. A construção das casas de banho em Luanda, diria umas 30 casas de banho, não custariam nenhuns MILHÕES de dólares mas apenas alguns milhões de kwanzas. É um argumento bastante VÁLIDO é que custariam muito menos do que o CARICATO VIADUTO, que o ministério das obras públicas está a construir na estrada de CATETE, na vizinhança do supermercado Iumbo. É tão CURTO que não consigo ver a utilidade do viaduto. Porque mal os carros sobem o viaduto, depois de cerca de 300 metros têm que descer e mergulhar no engarrafamento que se avizinhará em baixo na estrada principal. É uma autêntica brincadeira, um desperdício de dinheiro a construção deste viaduto, não há benefício algum, para o trânsito naquela artéria da cidade, visto o viaduto ser DEMASIADO curto em extensão. Este dinheiro seria, sem sombra de dúvida mais útil na construção de casas de banho públicas, para a população já "apertada" de Luanda. Outro aspecto bastante importante, que não pode deixar de ser considerado é que quando por artes do destino, as casas de banho pública tornarem-se uma realidade na capital angolana e nas demais cidades de Angola, elas devem ser GRÁTIS. Porque é de suma importância que o

cidadão já em grande AFLIÇÃO para livrar-se, dar vazão a sua necessidade fisiológica, ainda tenha que ter um KWANZAS no seu bolso para que possa fazer uso das mesmas. Tendo em conta o nosso sistema de vida africano, em que os em autoridade procuram tirar vantagem de tudo para proveito pessoal, mais uma vez fica evidente que as casas de banho devem ser grátis. Para que não aconteça que, ao invés de servirem na sua TOTALIDADE o público, sejam mais uma fonte de finanças para alguns privilegiados associados ao poder governativo. O acesso LIVRE as casas de banho públicas é um GRANDE serviço PÚBLICO, que pude constatar no DUBAI, em que os cidadãos podem ter acesso as mesmas sem terem um tostão no BOLSO, porque as autoridades do Dubai reconhecem SABIAMENTE que o alívio das nossas necessidades fisiológicas, não podem estar CONDICIONADAS ao facto de termos algum dinheiro, ainda que sejam apenas uns cêntimos, porque podemos não o ter. E esta uma visão e decisão tão nobre, que nem numa cidade como Londres existe, é facto que em Londres tem -se que pagar entre 20 a 50 cêntimos, para se fazer uso de uma casa de banho pública, bárbaro não é? Comparando ao Dubai! A construção das casas de banho pública devem ter a sua consideração para a sua construção hoje, não amanhã. Claro é, que a sua construção cai debaixo da alçada do ministério das obras públicas, mas o puxar pela sua construção é da responsabilidade do governo provincial, do GOVERNADOR de Luanda, conseqüentemente a sua falta, também é da responsabilidade do governador de Luanda. Para esta e muitas razões como esta, foi nomeado um governador provincial para suprir as necessidades públicas da sua província de governo. Interferindo junto da a ta instância da gerência da nação, para o que FALTA a população em termos de serviços públicos seja contemplado no orçamento geral da nação e considerada a sua ou não prioridade. Avizinham-se eleições na nossa banda neste preciso mês, é importante que os CANDIDATOS a presidência da nação, tenham em atenção o providencialmente dos serviços públicos que a população tão encarecidamente necessita, mas que são considerados pela classe governante sem importância, CASAS de BANHO públicas. Não é demais salientar que numa cidade tão quente na estação quente como Angola, é importante que as casas de banho públicas tenham também CHUVEIROS, para as mais variadas razões que não precisamos de citar, mas cito apenas uma, acabar também com o espectáculo triste, de vermos adultos a tomarem banho nas ruas de Luanda devido a ausência das casas de banho públicas, uma vez que um tecto já falta sobre as suas cabeças. O MODERNISMO de uma cidade, não requer tanto assim em dinheiro, nem um GRANDE PLANO

DIRECTOR, orçado em BILHÕES como a construção de grandes auto-estradas. Mas reside na aplicação e construção do que é BÁSICO, em termos das necessidades da população e infra-estruturas da cidade. Que começa com a construção de estradas em todo perímetro da cidade, com os necessários esgotos e os seus passeios arranjados em toda a sua extensão, não apenas parcialmente ou a sua total ausência, ADORNADA com casas de BANHO públicas para a HIGIENE da sua população e possíveis turistas que venham presentear a cidade com a sua presença. Hei manos, temos esperança que o novo governo, independentemente do partido que permanecer ou subir ao poder, tenha em atenção as necessidades da população na vida em sociedade que tem e maior atenção e alocação de finanças para obras públicas, assim como a fiscalização rigorosa das mesmas, com as devidas penalidades no não comprimento das mesmas até já família, na esperança de que uma vez na boa bonança ilumine a nossa nação e respiremos um ar mais puro num corpo mais saudável vivendo mais dignamente.

Até breve manos

8.24 Moradores de Floresta queixam-se de pagar energias que não consomem

Jornal O PAÍS

09 De Agosto de 2017

Texto: Alberto Bambi

Os habitantes dos bairros Floresta e Mundial, município de Belas, em Luanda, reclamam pelo facto de serem obrigados a pagar regularmente as mensalidades do consumo de energia eléctrica, apesar de lhes ser restringido o abastecimento deste bem por tempo superior a sete dias.

Nós fizemos o contrato com a empresa Electro-Sumbaosso que, a dona do Posto de Transformação (PI) que nos fornece energia, e nos comprometemos pagar 100 mil Kwanzas na subscrição e cinco mil por mês, mas estamos a verificar que não consumimos o produto que pagamos, porque já estamos há mais de uma semana sem energia", protestaram Genito Quintino e Domingos António, tendo adiantado que era a segunda vez que passavam por essa privação. Segundo os moradores, no ano passado, quando a corrente eléctrica falhou durante mais de 15 dias, todos os consumidores foram obrigados a pagar a mensalidade na totalidade, sendo que aqueles que se atrasaram a fazê-lo, foram penalizados com cortes ou o pagamento de uma multa de mais dois mil Kwanzas acrescidos ao valor do consumo mensal. As senhoras

do referido subúrbio, como são os casos de Francisca e Madalena, deploram o facto de o contratante reagir de forma muito musculada às reclamações dos consumidores, ao ponto de dizer-lhes que a responsabilidade não é sua nem da sua equipa, mas da Empresa Nacional de Distribuição de Energia (ENDE).

As moradoras reconhecem que bem público pode não estar disponível à população durante algumas horas ou dias, contudo quando ultrapassa o razoável, como acontece actualmente, a empresa contratante tinha de encontrar alternativas que compensassem a situação dos beneficiários, que pode consistir na redução do capital pago.

A nossa maior preocupação prende-se com os electrodomésticos, principalmente as arcas frigoríficas onde conservamos frescos e demais produtos, que já se estragaram", lamentaram as queixosas, clamando pela intervenção dos órgãos de direito.

Revelaram ainda que, no princípio deste ano, prejuízos do género obrigaram dois vizinhos a pagarem contas dos produtos estragados por falta de energia, rio bairro, tendo levado os mesmos à empresa Electro-Sumbaosso que e ameaçado intentar um processo judicial caso não resolvessem a sua situação.

Ao se aperceberem que os dois vizinhos entendiam de leis, os funcionários da empresa acalmaram-lhes, prometendo que eles ficariam alguns meses sem pagar a energia, para compensar as perdas", contaram Madalena e Francisca, acrescentando que o proprietário do PI desrespeitava direito dos consumidores.

Recorde-se que, uma parte considerável dos reclamantes fez o contrato com a Electro-Sumbaosso que há mais de quatro anos, e assegura que, ao invés de serem os consumidores a causarem prejuízos à empresa, tem sido esta a violar o espírito e a letra dos acordos.

8.25 Mais higiene

Jornal O PAÍS

14 De Agosto de 2017

Caro director do O PAÍS, antes mais saudações em nome do nosso bel país chamado Angola.

Obrigado pela oportunidade que me dá nesta edição. O vosso jornal continua a cumprir o seu papel, embora uns aceitem e outros não.

Hoje, escrevo para dizer que estou muito triste com a administração do distrito urbano da Maianga, província de Luanda.

Ali, no largo dos táxis, no Cassenda, no antigo quintal da Multichoice, a higiene pública deixa a desejar.

Por incrível que pareça, há senhoras a vender todo o tipo de produtos, mas o lixo e o cheiro na zona é demais.

Dizer que o cheiro não prejudica a saúde dos que ali vendem seria mentir, mas devo dizer que está difícil parar naquele espaço e esperar por um táxida Gamek/Vila ou Futungo/ Benfica.

Às vezes não acredito que aquele local está no centro da cidade, porque todos os dias vejo operadoras de limpeza na área.

É demais. Juro. Não acredito. Penso que a administração tem o poder de fiscalizar mais os serviços prestados pelas operadoras de limpeza naquela zona ou na cidade capital.

Isto só vai ajudar a melhorar as condições de trabalho naquele local, aliás a administração tem meios e poderes para organizar e ir cobrar taxas ou impostos aos vendedores no local.

Nas outras paragens, também existe a venda itinerante, ou seja, ambulante. Mas, esta é regulada e orientada pela administração pública.

Penso que os modelos de gestão pública estão identificados, logo não é preciso, no meu ponto de vista, dar "berrida" aos vendedores naquele local

A administração tem de criar condições para arrecadar receitas e fazer com que as coisas sejam organizadas.

Não inventem a roda, como, às vezes, tem sido o vosso caso, Senhores gestores públicos.

Tenho dito.

Uvolo Capita Cassenda/Luanda

8.26 Angola poderá produzir fertilizantes provenientes do lodo esgotos

Jornal O PAÍS

15 De Agosto de 2017

Domingos Bento

A partir do próximo ano, Angola terá capacidade para produzir adubos gerados por esgotos residuais, segundo Samba Diop, presidente da comissão especializada de saneamento e mudanças climáticas da Associação Africana de Águas (AFWA).

Segundo o especialista, que falava à margem do seminário sobre gestão sustentável das lamas sépticas, o país já dispõe de uma rede considerável de esgotos e de estações de tratamento de água que podem ser aproveitadas para a extração de lodos que serão utilizados na produção de estrume destinado a dinamizar e desenvolver a agricultura nacional. Para o efeito, Samba Diop entende que Angola precisa apenas de investir num sistema de gestão, aproveitamento

Tratamento de lodos dos esgotos por via de medidas práticas e simplificadas definidas pela AFWA e que não agridem o ambiente. Explicou que a técnica de produção de fertilizantes a partir das lamas de esgotos constitui uma experiência piloto que já está a ser adoptada em cinco países africanos nomeadamente Senegal, Zâmbia, Gana, Camarões e Côte d'Ivoire.

Segundo o responsável, dados os custos que a empreitada envolve, nesses países, a experiência, com resultados positivos, tem sido financiada pelo Banco Africano de Desenvolvimento e a Fundação Bill and Melinda Gate. Só a nível do Senegal, seu país de origem, Samba Diop frisou que o projecto ficou orçado em 2 milhões de euros. Em Angola, no seu entender, estes custos podem ser suportados quer pelo governo quer como pelas organizações empresariais e sociais que operam no país no âmbito da sua responsabilidade social, pois é um projecto que visa igualmente reduzir os níveis de poluição ambiental.

Esse projecto visa aproveitar de forma sustentável, os resíduos provenientes de esgotos e das estações de tratamento de água, para estimular a economia por via da agricultura. Mas é também uma forma de acudirmos as nossas populações de eventual contaminação, já que os lodos quando não aproveitados podem fazer mal à saúde", assinalou.

No entanto, durante o seminário sobre gestão sustentável das lamas sépticas, que decorre em Luanda até ao dia 17, Samba Diop ressaltou que

serão formados uma série de técnicos angolanos provenientes de várias províncias nas perspectivas de serem iniciados no processo de transformação dos lodos em adubos nas suas comunidades. Estamos preparados para formar as pessoas que vão dar início ao projecto de transformação. Agora vamos é depender da vontade política do Governo em implementar as indústrias que vão fazer essa transformação".

120 Metros cúbicos de lodo são produzidos nas estações da EPAL Por seu lado, António Francisco, chefe do departamento do ambiente da EPAL, referiu que as cinco estações de tratamento de águas residuais sob gestão daquela empresa pública, já produzem lodos numa proporção considerável, bastando apenas que se faça uma gestão mais rigorosa para a o seu reaproveitamento. Mensalmente, enumerou, cada estação produz em média 120 metros cúbicos de lodo. E por falta de uma política virada para o seu aproveitamento, todo esse material é actualmente incinerado no aterro sanitário.

Vamos agora é recolher a experiência dos outros países para podermos então aproveitar melhor o material que é deitado fora. É um processo sempre custoso, mas que vale apena, porque dará retorno financeiro já que a ideia é aproveitar alguma coisa valiosa do lixo", sublinhou.

Refira-se que o seminário sobre gestão sustentável das lamas sépticas está a ser organizado pela EPAL em parceria com a Associação Africana de Água (AFWA).O evento reúne mais de 1 00 técnicos de diferentes países e empresas gestoras de águas em Africa.

8.27 Mortes por malária com que da no primeiro semestre

Jornal O PAÍS

15 De Agosto de 2017

Texto: Domingos Bento

A sociedade Angola- na de Pediatria registou, no primeiro semestre deste ano, em Luanda, uma queda satisfatória de mortes por malária em crianças dos O aos 14 anos de idade. Segundo o seu presidente, Cesar Freitas, no mesmo período do ano passado, a capital do país registou cerca de 90 casos de morte provocados pela doença. Porém, este ano, houve uma queda acima dos 50 por cento, tendo o saldo ficado entre 350 e 400 mortes.

Segundo o responsável, a diminuição deve-se, entre vários factores, ao aumento do saneamento básico a

nível das comunidades, a ausência de chuvas e o melhoramento do sistema de atendimento nos centros médicos comunitários.

Outros dos pontos importantes prendem -se com a disponibilização de informação sobre o uso dos mosquiteiros e repelentes entre as populações, tendo esta prática ganhado espaço no quotidiano das populações que hoje reconhecem a importância do assunto.

O ano passado vivemos um período muito difícil Mas esse ano estamos mais aliviados. Podemos destacar vários factores, mas a diminuição das chuvas jogou um papel bastante importante neste processo. Poupança as nossas crianças de mortes por malária. E isso nos agrada bastante", revelou.

Grandes hospitais des congestionados O presidente da Sociedade Angolana de Pediatria referiu igualmente que, ao contrário do ano passado, a melhoria do atendimento nos postos de saúde comunitários contribuiu para que os grandes hospitais ficassem mais desafogados. Os últimos seis meses, detalhou, a pediatria e outras unidades de referência conheceram uma diminuição acentuada no fluxo de procura pelos seus serviços.

Como sabe, os nossos hospitais estão sempre abarrotados de pacientes. Mas nos últimos seis meses, houve uma diminuição das transferências. Grande parte dos casos foram tratados a nível local. E quando o atendimento é feito na comunidade, a chance do paciente sobreviver é maior", apontou.

Segundo ainda Cesar Freitas, a Sociedade Angola de Pediatria vai continuar a trabalhar junto das comunidades no sentido de disseminar cada vez mais a informação sobre os perigos e os cuidados a tomar com a malária e demais endemias que afectam as crianças. Dentre as acções previstas no seu plano de trabalho, o pediatra deu a conhecer que a sua organização continuará a desenvolver jornadas médicas em vários hospitais de Luanda visando avaliar o aumento e diminuição de casos da doença que ocorrem ao longo do ano.

O ano passado fizemos um grande trabalho no âmbito das jornadas. Ouvimos as preocupações dos nossos profissionais, constatamos as dificuldades dos hospitais e, sobretudo, auscultamos as famílias dos pacientes que deram sugestões bastante importantes. Ao longo desse ano vamos continuar nesta senda", prometeu.

Nada de conforto Por seu lado, Gerson Castro, pediatra, defende a contínua aposta na prevenção para conter o fluxo

De mortes.

Conforme atestou, uma maior divulgação da informação nas comunidades, melhorias no saneamento básico e a educação para o uso de produtos de combate ao mosquito podem evitar danos maiores.

Os números que apontam para a redução não podem nos confortar. Precisamos de avançar, apostando sempre na prevenção para salvar vidas", sublinhou.

Às famílias, Gerson Castro solicitou igualmente um sentido de responsabilidade acrescido nesta época de cacimbo, face às doenças oportunistas como as gripes, as tosses e as febres. É preciso, conforme frisou, que as mães tenham muita prudência para não ocorrerem dissabores evitáveis.

8.28 Gestão sustentável avaliada em Luanda

Jornal de Angola

16 De Agosto de 2017

A gestão sustentável dos lodos dos esgotos pode ser uma alavanca importante para o Estado angolano e para a sua economia, considerou' segunda-feira, em Luanda, o presidente da Associação Africana das Águas (AFWA).

Papa Samba Diop, que falava na abertura do seminário sobre Gestão Sustentável dos Lodos e Esgotos, que decorre até amanhã, numa parceria entre a AFWA e a Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), frisou que a gestão sustentável dos lodos dos esgotos em África vai permitir reduzir em cinco vezes as despesas do sector de saúde pública.

O responsável referiu que, em Angola, já existe uma rede que vai trabalhar em consonância com os objectivos da associação.

O projecto-piloto de aproveitamento sustentável dos lodos em África foi lançado, há pouco mais de um ano, nos Camarões, Costa do Marfim, Senegal, Uganda, Zâmbia, Burkina Faso e Mali.

Países africanos em sintonia quanto à gestão dos esgotos O presidente do Conselho de Administração da EPAL, Leonildo Ceita, solicitou aos especialistas e representantes das várias instituições a transmitirem as suas experiências no domínio da gestão dos lodos.

No seminário estão a ser discutidas, entre outros temas, a gestão dos lodos e esgotos e a exploração de estações de tratamento.

8.29 Trabalhadores criam tumulto na Elisal

Jornal O País

Texto: Romão Brandão

Data: 24 De Março de 2017

Dezenas de trabalhadores estiveram ontem na sede da Elisal, a reclamar do atraso no pagamento do salário do mês de Fevereiro, tendo criado um tumulto nas instalações que se encontram próximo a FIL (Feira Internacional de Luanda). Segundo o secretário-geral da comissão sindical, que falou a O PAÍS, António Kudituassa, trata-se apenas de um descontentamento dos trabalhadores.

Os funcionários da Elisal, e porque muitos têm créditos a pagar, não se compadecem com atrasos salariais, uma vez que quando isso acontece sofrem descontos. Por terem o mês de Fevereiro por pagar e o de Março prestes a terminar, decidiram pressionar a direcção da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda. "Já se fechou praticamente a folha do mês de Março e o mês de Fevereiro ainda não foi pago, então, os trabalhadores estão descontentes. Foi preciso a Polícia intervir, por causa do vandalismo, uma vez que alguns colegas estavam a impedir a saída das viaturas e a procurar, a todo o custo, entrar em conflito com os membros da direcção", explicou.

Para além dos membros da direcção, os trabalhadores também insistiam na destituição da comissão sindical, por alegarem que esta já não tem defendido os seus interesses junto da direcção.

Até às 12 horas do dia de ontem, altura em que contactamos a comissão sindical, o tumulto estava controlado e foi-nos garantido que não houve necessidade de deter ninguém, uma vez que a direcção já se pronunciou sobre o assunto e o salário será pago nos próximos dias.

"Como comissão sindical tivemos contacto com a direcção e passaram-nos a informação de que até na Segunda-feira serão pagos os ordenados, não só de Fevereiro, como também de Março", disse o sindicalista, que acrescentou que quanto ao facto de a sua comissão ser acusada de já não mais defender os interesses dos trabalhadores, isso não é verdade.

Kudituassa avança ser falso que a "comissão foi corrompida", até porque a mesma comissão tem um caderno reivindicativo aberto e tem negociado normalmente com a direcção da empresa, e muitas das coisas que constam no caderno têm sido resolvidas.

De lembrar que a última vez que os trabalhadores da Elisal reivindicaram estavam em causa as condições de trabalho, a falta de seguro de saúde e, principalmente, o facto de não se reverem na nova comissão directiva da empresa. Estavam enfurecidos com o rumo que a empresa tomara, uma vez que não eram ouvidos, diziam, em aspetos que acham fundamentais para o exercício aceitável daquela que chamam de 'profissão de risco'.

Sobre este assunto, António Kudituassa garantiu que paulatinamente tem-se resolvido alguns dos problemas apresentados, dadas as conclusões da última reunião que tiveram, onde se criaram as comissões de trabalho. "Não estamos a 100%, dadas as condições económica que vive o país, mas estamos no caminho certo quanto a resolução dos problemas expostos no caderno reivindicativo", sublinhou.

8.30 Trabalhadores da Elisal paralisam trabalhos devido a atraso nos salários

Jornal Visão

24 De Março de 2017

Texto: Borrvalho Ndombe

Os trabalhadores da Empresa de Limpeza e Saneamento Básico de Luanda (ELISAL) decidiram paralisar com os trabalhos devido ao atraso salarial de dois meses.

Desde Outubro do ano passado que os mais de 300 funcionários vêm reivindicar os constantes atrasos no pagamento do salário.

Em 2016, os homens que tratam do lixo da capital do país reclamaram também os dois meses de salários que não eram pagos, bem como a reconversão de carreira, e a violação dos direitos ligados à segurança e higiene no trabalho.

As faltas de salários estão a causar vários constrangimentos na vida dos trabalhos, que falaram dos seus problemas.

Lando Miguel, um dos funcionários, afirmou que o último ordenado foi pago em Janeiro. De lá para cá, deixaram de receber os seus ordenados. "Estamos há dois meses sem os nossos salários. Só nos pagaram o salário de Dezembro em Janeiro. A situação está mesmo mal nas nossas casas. As crianças estão a ser expulsas das escolas porque os pais não estão a pagar as propinas": lamentou.

Tudo depende do salário, transporte vem do salário, alimentação vem do salário. Os atrasos nos impossibilitam chegar no local de trabalho. E não podemos faltar no serviço!'

Foram os próprios funcionários que convocaram a paralisação. Os técnicos alegam que o sindicato dos trabalhadores da ELISAL não defende os interesses dos associados.

Segundo Maurício Tavares, um outro funcionário, a empresa vai realizar uma festa neste sábado em alusão ao mês dedicado à mulher, quando os seus colaboradores nem dinheiro para pagar o transporte têm.

"A empresa não consegue pagar os nossos salários, mas vai dar uma festa de Kz 11 milhões para comemorar o mês de Março. Não estamos a conseguir viver sem os salários!'

Por sua vez Henriques António, da Comissão Sindical, afirma que o atraso é de um mês e não de dois como estão a dizer os trabalhadores. O sindicalista disse que a direcção da empresa prometeu pagar os salários na próxima semana.

"A empresa não está a pagar porque alega que há problemas técnicos a partir do ministério das finanças.

E prometeram resolver o problema esta semana para que até quarta-feira os trabalhadores tenham salários.

8.31 Melhorado saneamento básico na periferia de banza Kongo

Jornal de Angola

30 De Agosto de 2017

A colocação de dez contentores de plástico de cinco metros cúbicos cada para o depósito de resíduos sólidos, nos bairros periféricos da cidade de M'Banza Kongo, província do Zaire, melhorou substancialmente o saneamento básico destas áreas. A Angop constatou que na zona do antigo mercado municipal de Mbanza Kongo, localizada no bairro 11 de Novembro, que até ao mês de Julho deste ano foi um dos grandes focos de depósito de lixo, hoje a realidade é completamente diferente.

Na área foi colocado três contentores. Municípes contactados pela Angop destacaram a iniciativa da Administração Municipal em colocar contentores nos locais de maior aglomeração populacional, contribuindo, deste modo, para a higiene e saneamento básico dos bairros periféricos. Manuel Silva, morador do bairro 11 de Novembro, disse que com os novos contentores de plástico fica para trás o

cenário desolador que caracterizava a zona do antigo mercado municipal.

8.32 Lixo e usado nas indústrias

31 De Agosto de 2017

Texto: Tatiana Marta e Estácia

Camassete

Resíduos sólidos e material reciclável estão a ser utilizados nas novas fábricas de pneus e artigos de plástico, localizadas na zona industrial de São Pedro, na cidade do Huambo, com a finalidade de transformar o material inútil em matéria - prima.

A ambientalista Susana Kapitita considerou positiva a iniciativa das indústrias de reutilizar o lixo, uma vez que o programa vai contribuir para a diminuição do lixo e para a preservação do ambiente na província.

Susana Kapitita explicou ainda que o objectivo da aposta dos investidores é transformar os resíduos sólidos em matéria - prima para as referidas indústrias, torná-las mais eficientes e com menos custos de produção.

A ambientalista defendeu que Angola deve apostar mais na valorização profissional, tendo considerado que "só com funcionários capacitados será possível a afirmação das empresas, para competirem e contribuírem para o crescimento do país e criação de mais postos de trabalho."

A ambientalista Susana Kapitita realçou que as novas unidades fabris vão proporcionar a muitos cidadãos novos negócios, uma vez que estes vão utilizar objectos que aparentemente não têm valor, mas que podem ser transformados em algo simples, bonito e útil.

A ambientalista apelou os empresários a apostarem e a investirem na preservação do meio ambiente, com a utilização de matérias - primas baratas, como o lixo e outro material reciclável, valorizando a saúde e a vida dos cidadãos.

O director de produção da fábrica de recauchutagem, Alcino Cristóvão, disse que a instituição foi montada há três anos e utiliza como matéria-prima restos de pneus recolhidos na região.

Para isso, explicou que os técnicos verificam se existem cortes ou alterações no pneu mático. Caso essas anomalias se confirmarem, começa a reciclagem do pneu.

Referiu que o material raspado dos pneus também é reutilizado para a fabricação de placas, que são usadas para parques infantis, ginásios e outros serviços.

Valeriano lamba, técnico da fábrica de artigos de plásticos, disse que a organização fabril trabalha há 5 anos e ajuda as pessoas a fazerem o seu negócio, através do lixo, deixando, assim, os centros urbanos cada vez mais limpos.

O técnico Yuri Calixto explicou que os resíduos de plástico são recolhidos e selecionados consoante a cor e depois de lavados são triturados numa máquina a mais de 400 graus de temperatura, para se obter os grãos de plástico com uma Cor uniformizada. O material recolhido pela população passa primeiro pelo processo de pesagem e é comprado ao preço de 40 kwanzas por quilograma.

Eduardo João vendedor de produtos recicláveis disse que, com a recolha e venda dos produtos usados, conseguiu comprar uma carrinha, que tem facilitado o transporte dos resíduos sólidos que vende em certas fábricas do Huambo.

Huambo em festa As festividades dos 15.º aniversário da ascensão do Huambo à categoria de cidade, que se comemora a 21 de Setembro, arrancam hoje, com uma série de actividades políticas, sociais, culturais e desportivas.

Para festejar a efeméride, as autoridades administrativas do Huambo realizam uma feira itinerante no largo da antiga Feira Internacional de Nova Lisboa (Finol) , nos arredores da cidade, no âmbito das actividades que se estendem até ao dia 30 de Setembro.

A comissão organizadora das festividades, liderada pelo vice-governador para o sector Político e Social, Guilherme Tuluska, está a trabalhar no sentido de tornar este ano a data numa festa ainda mais popular, com a realização de muitas actividades, com destaque para os desportos escolar, motorizado e federado em diferentes modalidades.

No âmbito cultural; várias manifestações estão na agenda, como a festa tradicional dos Bons Ventos, na Ombala do Reino do Huambo, os festivais de poesia, realizado pelo Movimento Lev'arte, e de música rock, denominado "6 rock lalirwe eteke yifa" ("o rock nunca morre").

As novas unidades fabris vão proporcionar a muitos cidadãos novos negócios, uma vez que estes vão utilizar objectos que aparentemente não têm valor, mas que podem ser transformados A comissão organizadora agendou também a realização de concursos de gastronomia, de literatura e a festa

Walale Huambo". Além dos eventos culturais, desportivos e religiosos, durante os 30 dias vão ser realizadas palestras, para promover a história antiga e recente da região, visitas a lugares e zonas de interesse histórico, social e cultural por turistas nacionais e estrangeiros.

O acto de abertura das festas da cidade do Huambo acontece no anfiteatro do Instituto Superior Politécnico, em cerimónia presidida pelo governador João Baptista Kussumua.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Senhoras temem viver... na «rua das viúvas»

Novo Jornal
4 De Agosto de 2017

A razão destas mortes prematuras é um mistério que várias mulheres e filhos do bairro Kalawenda no município do Cazengo querem ver desvendado. A viuvez atinge senhoras, jovens e adolescentes, entre os 15 e 56 anos, segundo constatou a reportagem do Novo jornal na "Rua dos Kengas", agora apelidado de "Rua das Viúvas".

A rua tem perto de 100 residências e quase metade das mulheres são viúvas. Ana Cecília Manuel, 56 anos, é uma das primeiras viúvas da rua.

Há 10 anos que perdeu o companheiro e revela, que de lá para cá, muitas outras mulheres também perderam os maridos em circunstâncias estranhas.

Conta que a viúva mais nova da rua tem apenas 16 anos de idade. A interlocutora, que é mãe de seis filhos, disse que vive no bairro há 30 anos e mostra-se triste pelas mortes que ocorrem, muitas vezes, por "uma simples dor de cabeça".

"É muito estranho o que se passa aqui na nossa rua. O bairro tem muitas ruas, mas aqui são só os homens que morrem!.. Há alguma coisa aqui que não está bem. Porque que só morrem homens" questiona-se a viúva, cujo marido faleceu de tensão alta.

O nome agora adoptado para a rua, de acordo com Ana Cecília Manuel, surgiu há quase dois anos, após quatros homens falecerem de forma estranha em menos de um mês. "O nome surgiu há bem pouco tempo porque aqui morrem muitos pais", salientou, explicando que a primeira mulher a ficar viúva naquela zona foi a "tia" Maria José.

"De lá para cá morrem sempre homens e todos eles chefes de família.

Esta triste realidade passou a ser o pão nosso de cada dia. É muito difícil viver nesta situação. Há aqui algum mistério que nós também não sabemos explicar", queixa-se.

O medo de voltar a perder os cônjuges inibe muitas viúvas de partirem para novos relacionamentos. Para Cecília Manuel "forças estranhas" poderão estar na

base de todo o problema. "Aqui há viúvas dos 15 aos 60 anos, mas nenhuma delas quer arranjar novo marido porque estão com medo de voltarem a ficar viúvas.

Deve haver algum mais velho que está a fazer isso para ficar com todas as mulheres", disse, ironizando.

Suzana Paixão, de 49 anos, é outra viúva que perdeu o companheiro há um mês, por doença. Conta que quando o marido começou a ficar doente preocupou-se em levá-lo ao hospital porque tinha medo que ele morresse; porém, o infortúnio ocorreu.

"As mulheres aqui, quando vêm que os maridos estão doentes ficam com o coração nas mãos porque a única coisa que vem às nossas cabeças é que vão morrer e que vamos ficar viúvas", disse, informando que o marido também faleceu de tensão alta.

Suzana Paixão, que é mãe de seis filhos, lamenta a situação, que já deixou viúvas mais de 30 por cento das mulheres.

"Os homens aqui estão a morrer todos e nós é que estamos a ficar. É muito difícil uma mulher cuidar dos filhos sozinha", diz, chorosa.

Viúva há dois meses, Maria Vidal é outra moradora que ainda chora a morte do marido por AVC. "Ele morreu há pouco tempo, não entendo o que se passa aqui nessa zona, onde só são os homens que morrem e se forem mulheres só são crianças. Nunca me passou pela cabeça que o meu companheiro me deixaria assim tão cedo", lamenta.

Maria Vidal, mãe de sete filhos, também acredita existir alguma razão na origem das mortes no bairro, particularmente na rua em que vive. "No mesmo mês que o meu marido morreu, mais duas vizinhas também enterraram os seus maridos. Isto não é normal. Acho que o pessoal da saúde pública deveria vir cá fazer um estudo para decifrar o porquê dessas mortes", apelou

9.2 Delinquência preocupa municípios do Cazenga

Jornal Manchete
4 De Agosto de 2017
Texto: Moreira Mário

Os moradores do bairro do Gamboa, no distrito urbano do Kima Kieza, município do Cazenga, queixam-se do elevado nível de delinquência que afecta a zona.

Os mesmos dizem que o quadro é preocupante nos últimos meses e apesar das reclamações feitas às

esquadras de Polícia, nada tem sido feito para dar resposta a este flagelo.

Por esta razão, a administração municipal do Cazenga arregaçou as mangas, tendo na semana passada, entregue uma esquadra móvel no referido bairro para responder "aos gritos de socorro da população que reclama de constantes assaltos".

No final do acta de entrega do equipamento, o administrador municipal, Victor Nataniel Narciso, assegurou que novas esquadras e postos policiais vão ser construídos no Cazenga, no âmbito de um programa que vai abranger também novos agentes para serem distribuídos por várias localidades do município.

Apesar de alguns moradores aplaudirem a iniciativa da administração municipal, outros não esconderam as suas inquietações quanto as fragilidades de segurança, muitas vezes demonstrada pelos agentes destacados nas esquadras móveis.

"Sabemos que em Luanda muitos assaltos ocorrem bem próximo das esquadras da polícia e quando são chamados para intervir, estes simplesmente apresentam alguma desculpa, ou se atrasam a chegar ao local", salientou a moradora Marcelina João.

Noutros bairros do Cazenga, como na zona do Kamacongo, distrito urbano do 11 de Novembro, os munícipes contactados pelo Manchete questionaram as razões que lavam a Polícia, muitas vezes, "depois de prender os marginais voltar a soltá-los em poucos dias".

Tal como contou Alexandre Londa, proprietário de uma cantina na mesma zona, foi assaltado por duas vezes, semanas seguidas. Os meliantes levaram tudo, inclusive duas caixas de frango que estavam na arca frigorífica.

Apesar de ter apresentado queixa na esquadra e a Polícia ter detido os criminosos, para o seu espanto, dois dias depois os mesmos foram soltos.

Esta atitude da Polícia, segundo disse, coloca em risco a vida de quem se propõe fazer denúncia, para depois concluir que "mais vale ficar calado".

Um outro morador no bairro, Pascoal José, disse que já passou por uma situação semelhante. O mesmo não tem dúvida que muitos pais colaboram directa ou directamente nos roubos que os seus filhos cometem.

Certa vez teve problemas com os pais de um menor de 12 anos que havia surripiado uma botija de gás em sua casa, que logo foi detido pelo Polícia após ter feito a denúncia. "Os pais ao invés de reconhecer o

erro do seu filho, vieram contra mim proferindo ameaças e exigir para que eu retirasse a queixa, mas a Polícia acabou por soltar o mesmo quando eu menos esperava", disse.

Já no bairro da Mabor o desespero também tomou conta de vários moradores, por causa do "sentimento de impunidade que se apoderou" das pessoas. Entretanto, em resposta, os moradores optaram por fazer justiça pelas próprias mãos sempre que apanham um meliante.

As autoridades do município justificam a incapacidade da actuação policial, segundo referem, em virtude do número reduzido de efectivos e de espaços que permitiam a abertura de novos postos da corporação em vários bairros do Cazenga.

10. AMBIENTE

10.1 Mais de 1 milhão de pessoas afectadas pela seca

Novo Jornal

4 De Agosto de 2017

Segundo os últimos números fornecidos pelo Governo de Angola ao PDNA, actualmente existem 1.1 milhões de pessoas afectadas pela seca nas províncias mais assoladas pelo fenómeno.

No Cunene, onde se tem registado o maior nível de estiagem, o fenómeno já afectou mais de 750 mil pessoas, contra os, 205, 5 mil da Huíla e mais de 170 moradores da província do Namibe.

Segundo o relatório, com o apoio das Nações Unidas, Banco Mundial e União Europeia, desde a campanha agrícola de 2011/12 que a região sul tem vivido uma situação de seca, que afecta, sobretudo, três províncias: Cunene, Namibe e Huíla.

"As chuvas esporádicas durante este período trouxeram um certo alívio, mas não foram suficientes para encetar a recuperação. A seca voltou a marcar presença no calendário agrícola de 2015/16. Na realidade, algumas áreas no sul de Angola, bem como outras partes da África Austral, registaram a estação mais seca em 35 anos", sublinha o estudo.

As três províncias angolanas, detalha a pesquisa, situam-se na zona agro-ecológica árida e semi-árida que se caracteriza por desertos, savanas e florestas.

"Esta zona tem um padrão pluvial uni modal, com uma precipitação média aproximada de 200-400 mm por ano. A estação das chuvas começa em meados de Outubro e termina em Março", explica.

De acordo com o PNDA, a região é sobretudo agro-pastoril e a pecuária é um importante activo para efeitos de sustento, sobretudo o gado bovino, mas também cabras, ovelhas, porcos e aves.

"O sustento depende da criação de gado, produção de leite, produção de cereais, compra de alimentos nos mercados, pesca sazonal (nas zonas costeiras e ribeirinhas), horticultura, assim como dos mercados de trabalho impulsionados pelo comércio e pela indústria", informa o relatório.

O estudo destaca o massango e a massambala, juntamente com o milho e o feijão como as principais culturas agrícolas, especialmente na Huíla, cuja região norte é uma das principais áreas de produção de

cereais em Angola e, nos últimos anos, de crescimento dos tubérculos, como a mandioca e a batata-doce.

"Ao longo da costa do Namibe, os rendimentos baseiam-se sobretudo na pesca comercial, semi-industrial e de grande escala, bem como em actividades pesqueiras de pequeno porte", refere a pesquisa.

Observa que a seca em Angola ocorre num momento em que o país vive uma crise petrolífera, movida pela baixa do preço do petróleo no mercado internacional, que reduziu consideravelmente as receitas do Estado, o que, por sua vez, conduziu a cortes significativos na despesa pública e à desvalorização substancial da moeda nacional, o kwanza.

10.2 Seca provoca prejuízos de 122,5 mil milhões de kz

Novo Jornal

4 De Agosto de 2017

Os números são assustadores e revelam os estragos provocados pela seca entre 2012 e o primeiro trimestre do ano passado. Danos e perdas resultantes da seca em cinco províncias do país estão estimados em 122,5 mil milhões de kwanzas. Os dados constam de um estudo feito entre Julho e Agosto de 2016 pela Avaliação das Necessidades Pós-Desastre (PDNA como abreviatura em inglês), elaborado pela Comissão Nacional da Protecção Civil (CNPC), com o apoio das Nações Unidas, Banco Mundial e União Europeia.

Solicitado pelo Governo angolano, após a seca de 2015/2016 associada ao fenómeno El Niño, o relatório PDNA traz detalhes da estiagem que assolou províncias situadas a sul do país.

Cunene, Huíla e Namibe, nesta ordem, formam localidades mais afectadas pelo fenómeno natural. Segundo as estimativas, o total de danos para todos é de 48,5 mil milhões de kwanzas, enquanto o total de perdas atinge os 74 mil milhões.

Os sectores da agricultura, pecuária e pescas foram os mais afectados pela estiagem, com danos estimados em 40 milhões de kwanzas, avança o relatório da PDNA a que o Novo Jornal teve acesso.

Relativamente à perda nos referidos segmentos, o relatório da PDNA avalia em 52 milhões de kwanzas "jogados fora". "O total de perdas é muito superior ao total de danos porque normalmente a seca não provoca a destruição física associada a outros tipos de desastres", explica a pesquisa.

As perdas nas três províncias foram calculadas com base na quebra da produção de cereais e outras culturas, de leite e de carne, como descrito ao pormenor no capítulo específico.

Os danos foram calculados com base nas mortes reportadas de animais no Namibe (110.000), na Huíla (150.000), no Cunene (240.000), num total de 500.000 animais mortos.

Situação tem vindo a deteriorar-se

O relatório PDNA refere que a situação geral nas áreas afectadas pela seca tem vindo a deteriorar-se, um cenário atestado pelo aumento do número de casos de subnutrição, abandono familiar, violência doméstica, produção de carvão, mas também pelo agravamento da desflorestação e a degradação contínua dos recursos hídricos na região.

"O declínio progressivo da água disponível constitui um problema importante, uma vez que os rios estão a secar e a água que corre para as bacias hidrográficas na região está a diminuir. Desde 2013, dois oásis férteis - ricos em recursos biológicos e ecosistemas - têm vindo a secar gradualmente", lê-se na pesquisa.

O lençol freático, realça o documento, também apresenta uma tendência decrescente e cerca de 80% dos poços existentes estão inoperacionais devido à falta de, água e à degradação (aproximadamente 2400 dos poços estão danificados).

"Calcula-se que menos de 20% das comunidades tenham acesso à água potável", estima o relatório Avaliação das Necessidades Pós-Desastre (PDNA).

Eis as outras conclusões do estudo:

O crescente défice de água e o agudizar da insegurança alimentar e das condições de nutrição deverão ser tratados de forma urgente, a fim de satisfazer as necessidades mínimas das populações afectadas e atacar as principais causas do abandono escolar, violência doméstica, migração, desflorestação, etc.

Não obstante a seca comum às três províncias, as condições parecem especialmente graves na província do Cunene, tendo em conta a já precária situação socio-económico anterior à seca e a sua situação pós-desastre. Por estas razões, o Cunene deve receber assistência com carácter prioritário e as condições devem ser monitoradas de perto ao longo dos próximos meses.

O acesso a alimentos, bens e serviços básicos é limitado pela elevada inflação e pela redução da despesa pública, o que agrava o impacto da seca. A

elevada taxa de inflação resulta dos cortes nos subsídios aos combustíveis, da menor disponibilidade de alimentos nos mercados locais e da desvalorização da moeda nacional, enquanto as baixas receitas devido à crise petrolífera obrigaram o Governo a reduzir drasticamente a despesa pública. Consequentemente, as autoridades locais não dispõem dos recursos necessários para responder plenamente à seca. Os projectos hídricos a nível local (reabilitação e construção de poços) iniciados pelas autoridades locais estão parados devido à falta de recursos para pagar aos empreiteiros e comprar o equipamento necessário.

Além disso, as interrupções no fornecimento de suplementos nutritivos conduziram ao encerramento de alguns centros de tratamento hospitalar e ambulatório (UEN e PTPA) nas áreas afectadas.

A menor produção alimentar e o acesso limitado aos alimentos estão a influenciar negativamente a segurança alimentar e a agravar a situação alimentar das famílias afectadas.

O consumo alimentar registou uma descida em termos qualitativos e quantitativos (uma ou duas refeições diárias sobretudo à base de papas de massango). As famílias viraram-se para fontes alternativas de alimentos e rendimento, como a produção/venda de carvão e a colecta de alimentos silvestres para consumo próprio e venda. Como referido anteriormente, os casos de subnutrição têm vindo a aumentar desde 2012.

Muitos relatos confirmaram o aumento dos casos de abandono escolar e o maior absentismo dos alunos devido ao impacto da seca, relacionado directamente com a fome e a falta de água, a maior necessidade de mão-de-obra infantil, a emigração, a transumância mais prolongada, as maiores dificuldades em ir buscar água para consumo familiar e ao encerramento de algumas escolas.

As condições ambientais estão a piorar, sobretudo devido à produção de carvão que tem registado uma trajectória ascendente desde 2012 e que conduziu a uma maior taxa de desflorestação e degradação dos solos.

10.3 Executivo promove estudos para combater a seca no Sul

Jornal de Angola

8 De Agosto de 2017

Texto: Santos Vilola

O Executivo pretende combater a seca prolongada e cíclica na região Sul do país mediante a transferência de caudais a partir dos rios Cunene ou Cubango para à bacia hidrográfica do Cuvelai (Cunene) e desde os rios, Queve ou Longa (Cuanza Sul) até a Baixa do Wamba (Baixa do Denda), anunciou, em Luanda, o director-geral do Instituto Nacional de Recursos Hídricos do Ministério da Energia e Águas.

Manuel Quintino, que falava ao Jornal de Angola, afirmou que o Ministério da Energia e Águas está a promover estudos de viabilidade técnica, económica e ambiental para materializar os referidos projectos na âmbito de um amplo programa do Executivo direccionado para as acções estruturantes de combate à seca.

Os estudos de viabilidade do projecto de transferência de caudais, a partir do rio Queve ou do rio Longa para a Baixa do Wamba, estão avaliados em Kwanzas o equivalente a 314.973.300 dólares, enquanto o projecto de transferência de caudais a partir do rio Cunene ou do rio Cubango para a bacia hidrográfica do Cuvelai, estão avaliados em 1.988.682.400 dólares.

O director-geral do Instituto Nacional de Recursos Hídricos anunciou que está igualmente em curso uni estudo de viabilidade técnica, económica e ambiental para a construção de barragens de terra para a retenção de água na província do Namibe, avaliado em 1.926.000.000 dólares.

O responsável salientou que os estudos de viabilidade estão a ser levados a cabo numa perspectiva de garantir a segurança hídrica das referidas áreas, frisando que todos incluem a preparação dos documentos que vão ser submetidos a concurso. De acordo com Manuel Quintino, o Banco Europeu de Investimentos manifestou' oficiosamente interesse em financiar 50 por cento da execução dos projectos da bacia hidrográfica do Cuvelai, na Baixa do Wamba (situada entre as bacias hidrográficas dos rios Keve Longa) e na província do Namibe.

Manuel Quintino revelou ainda que na bacia hidrográfica do Cunene está igualmente a ser implementado o Projecto de Abastecimento de Água Transfronteiriço cujos beneficiários são Angola e a Namíbia. O responsável garantiu que, em caso de anos hidrológicos considerados secos, o problema da

seca poderá ser atenuado mediante o recurso à exploração de furos e poços (exploração de águas subterrâneas), para satisfazer as necessidades das populações locais, bem como do seu gado. A região Sul do país tem sido fustigada por secas prolongadas. Manuel Quintino explicou que as secas são fenómenos naturais cíclicos, daí que a sua ocorrência pode ser prognosticada com recursos à ferramentas técnicas que permitem analisar os fenómenos climatológicos e hidrológicos e, a partir daí, poder-se tomar medidas que atenuem a ocorrência dos extremos naturais, no caso concreto, a seca.

Esclareceu que o Executivo tem o Plano Nacional da Água (PNA) , que prevê cenários de alterações climáticas para os horizontes temporais 2025 e 2040"com base nos quais foram previstas algumas acções estruturantes de combate à seca.

Canal Rivungo-Shangombo Angola e a Zâmbia desenvolvem um projecto conjunto de reconstrução de um canal fluvial no município do Rivungo (Cuando Cubango) - Shangombo (Zâmbia).

O traçado do canal passa por uma zona pantanosa ("marshlands") que possui conectividade hidráulica com o rio Cuando. O rio Cuando nasce em Angola, na fronteira coma Zâmbia. Depois de atravessar o território angolano, passa pela faixa de Caprivi, na Namíbia, e desagua no rio Zambeze, no Botswana. Do ponto de vista da delimitação hidrológica, a bacia hidrográfica do rio Cuando é parte integrante da grande bacia hidrográfica do rio Zambeze.

O canal fluvial tem como grande objectivo facilitar a travessia das populações entre as localidades do Rivungo, em Angola, e de Shangombo, na Zâmbia, proporcionando desta forma a circulação de bens e de mercadorias para ambos os países, e concomitantemente o desenvolvimento socioeconómico das referidas áreas.

O canal fluvial Rivungo-Shangombo possui uma extensão aproximada de 10 quilómetros, uma largura de 30 metros e uma profundidade (calado) de 3 metros.

O projecto, implementado no quadro de uma decisão da 4ª sessão do Conselho de Ministros da Comissão de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Zambeze (ZAMCOM).

10.4 População aconselhada a evitar zonas de risco

Jornal de Angola

17 De Agosto de 2017

O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros' na província do Cunene, aconselha a população a evitar construir em zonas de risco, para garantir a integridade das famílias e a preservação dos seus bens.

O porta-voz do Comando Provincial do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros; Paulo Calunga, lembrou que muitas casas têm sido destruídas pelas chuvas e, em consequência disso, um elevado número de pessoas têm perdido os seus haveres. Com a aproximação das chuvas, disse Paulo Calunga, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros intensifica as campanhas de sensibilização. Devido às suas características específicas, disse o porta-voz dos

Bombeiros, a província do Cunene tem registado inundações com frequência, daí a necessidade de a população tomar consciência do perigo de construir em zonas de risco.

"A província regista de forma cíclica inundações. Por esta razão, a população deve evitar construir em locais de risco, uma vez que as administrações municipais já indicaram as áreas para a construção auto-dirigida e em segurança", avançou o responsável.

Paulo Calunga lembrou que o cidadão, ao pretender construir a sua casa, deve, primeiramente, recorrer aos serviços das administrações na sua área de jurisdição, para ser orientado onde construir.

10.5 Secretário de Estado agastado com madeireiros

Jornal de Angola

17 De Agosto de 2017

Texto: Lourenço Bule

O secretário de Estado para os Recursos Florestas, André Moda, manifestou ontem, em Menongue, descontentamento com as parcerias "menos boas" que os madeireiros da província do Cuando Cubango estão a fazer com os empresários estrangeiros.

O secretário de Estado disse que grande parte dos empresários do sector madeireiro da província do Cuando Cubango e de outras regiões do país, logo que recebem o certificado de exploração, vendem-na a estrangeiros, com realce para os chineses, que

cortam as árvores sem obedecer às normas estabelecidas por lei, já que ninguém acompanha a sua actividade.

André Moda lembrou que existe uma nova Lei de Bases de Florestas e Fauna Selvagem para regular a exploração e a gestão dos recursos florestais, mas "lamentavelmente os estrangeiros cortam todo o tipo de árvores proporcionando grandes volumes de receitas, deixando os nacionais com os cofres vazios".

André Moda disse haver necessidade de fazer uma ampla divulgação da lei, porque nem todos os empresários do ramo florestal no Cuando Cubango e do país em geral dominam o diploma, para corrigir os erros e reverter a situação à favor dos nacionais que, atraídos pelo lucro fácil, não olham para as consequências que o corte desordenado de - árvores pode provocar".

O secretário de Estado explicou que todo o empresário do ramo madeireiro que não cumprir com o exposto na nova Lei de Bases de Florestas e Fauna Selvagem, o governo vai retirar-lhe a madeira cortada ilegalmente para vende-la em leilão.

Segundo André Moda, há relatos de entrada, na parte leste e sul do país, de um grupo numeroso de estrangeiros que exercem actividade de exploração de madeira com a conivência de angolanos. "Estão em curso medidas para punir severamente os incumpridores."

Recurso estratégico

André Moda explicou que as florestas constituem um recurso estratégico para a diversificação da economia nacional e a sua exploração e gestão deve ser racional e eficiente, para que as receitas resultantes da sua exploração sirvam as necessidades da população.

O governante, que falava durante um encontro no Governo provincial com os empresários do ramo de exploração florestal da província, disse ser necessário que os exploradores de madeira façam, em coordenação com as administrações municipais, a plantação de novas árvores nas zonas onde estão a desenvolver a sua actividade.

"Com os recursos florestais é possível criar um empresariado forte, competente e capaz para a diversificação da economia nacional. Para tal, é necessário -trabalhar - se afincadamente", disse André Moda: para acrescentar: "Não se tem constatado nenhum benefício da exploração deste recurso florestal, porque os empresários deste sector não cumprem a sua acção social nas comunidades onde desenvolvem actividades."

O director Nacional dos Recursos Florestais, Domingos Nazaré Veloso, explicou aos madeireiros da região a razão que motivou o Ministério da Agricultura a atribuir apenas 15 mil metros cúbicos para o ano florestal de 2017, apesar da imensidão da província do Cuando Cubango.

Disse que, apesar de concentrarem 40 por cento da bacia hidrográfica do país, as florestas do Cuando Cubango são geralmente desérticas e não têm características densas e húmidas, razão pela qual o Ministério da Agricultura achou por bem acautelar esta característica para não agravar a situação. A província do Cuando Cubango está inserida na região das florestas abertas, com pouca densidade húmida.

10.6 Crianças vivem sob risco no Morro da Luz

Jornal O PAÍS

28 De Agosto de 2017

Texto: Alberto Bambi

Os habitantes da área da Focus-Belenenses, no bairro Morro da Luz, distrito urbano da Maianga, em Luanda, admitem que os seus filhos vivem sob constantes e iminentes riscos, devido à localização das suas casas, que se encontram próximas de alguns precipícios, alguns dos quais adaptados como vias de passagens com inclinação bastante acentuada.

Curiosamente, as crianças-são as que mais frequentam os referidos caminhos perigosos, ao ponto de, nessas vias, acrescentarem o tónico de recreação, manifestada com os suas constantes idas e voltas, algumas vezes feitas sentadas ou mesmo deitadas por cima de um papelão.

"Olha, estes miúdos aqui vivem num perigo, a toda hora e momento, porque as passagens feitas pela população, com escadinhas adaptadas, não são compatíveis com as suas capacidades, mas, mesmo assim, eles passam aqui de qualquer jeito, sentados ou de costas, na presença dos mais velhos ou sozinhos" contou Francisco Bumba, o morador da casa mais próxima da encosta, tendo realçado que estava a falar de crianças com menos de 10 anos de idade.

Francisco Bunga relatou o incidente que ocorreu com um dos seus filhos, adiantando que depois de o táxi deixá-lo na rua da Samba, mais concretamente entre a Corimba e a zona da Focus-Belenenses, o rapaz, que saía da escola, pôs-se a subir pelo caminho habitual entre as elevações e, posto quase no cimo, escorregou e caiu, tendo caído pelo mesmo percurso até à área mais baixa do bairro.

"Foram os vizinhos que nos avisaram sobre o episódio e, quando chegamos lá, o miúdo tinha quebrado o braço", detalhou Tio Bumba, como é tratado por familiares e vizinhos, revelando que, a partir daí, orientou aos seus filhos para passarem a dar a volta.

Igual situação aconteceu a um dos seus vizinhos mais próximos, segundo narrou, que pisou em solo falso e viu -se atirado para as casas de baixo, ao ponto de ter quebrado um dos membros inferiores. Ocorrências do género são frequentes, de acordo com Francisco Bumba.

O entrevistado revelou ainda que as características aparentes do bairro não eram o principal empecilho dessa zona habitacional, tendo asseverado que a ravina contribuía para que certas partes do solo não garantissem a mesma segurança, de um dia para outro.

Declarou que a situação se agravava quando chegava o período de chuvas, fase em que as vias se tornavam lamacentas e escorregadias, por se transformarem também no caminho das águas. Certos residentes costumam precipitar o lixo pela mesma direcção, complicando ainda mais as manobras dos cidadãos transeuntes.

Encargos às crianças acentuam perigo.

Para Sampaio preocupa o facto de as donas de casa não estarem a ajudar muito nas medidas de precaução, a partir do momento em que delegavam algumas tarefas de casa que deviam ser desempenhadas por adultos.

"Se a mãe manda uma criança cuidar de outra, colocando-a às costas ou ao colo, próximo do precipício, onde outras tantas são recomendadas a deitar água suja ou mesmo lixo, não está a preservar as medidas de segurança para os miúdos da cercania, porque a presença de uma atraí sempre outra, principalmente nos locais de alto risco, como são os casos dessas elevações costeiras", disse, apontando com o dedo em riste para os pontos mais frequentados pelos rapazes.

Aliás, depois de expor a sua visão sobre o cenário diário da Focus-Belenenses, seis crianças, sendo três do sexo feminino e quatro do masculino, subiram ao local apontado por Sampaio, ilustrando o quadro reclamado pelo interlocutor de O PAÍS.

"É sempre assim, os peque-nos com outros pequenos aparecem sempre aí", ironizou a fonte, chamando a atenção da equipa desta reportagem para a menina que 'se encontrava com uma bebé às costas, os dois rapazes que se preparavam para descer pela via

escavada arrastando-se e para perto do miúdo que estava no limite de um alicerce inacabado à beira do precipício.

Repreendido por outros adultos que se encontravam no local, um deles disse que era aí onde urinava todos os dias e seus pais já tinham conhecimento dessa tradição.

"É por causa disso que nós não temos motivação para ralar com as crianças alheias", desabafaram algumas senhoras, tendo acrescentado que, no caso de procederem desta forma, as vizinhas reagiam a favor de seus rebentos.

Questionadas sobre as responsabilidades imputadas pelo senhor Sampaio, segundo as quais elas não ajudavam a manter a segurança das crianças do bairro, as moradoras, que pediram para seus nomes não serem citados nesta reportagem, alegaram que não tinham outra alternativa senão partilhar alguns afazeres com as filhas mais crescidas, mas não incentivavam a proximidade destas nas zonas de risco.

Admitiram, porém, que, quando estão apressadas, submetem -se a passar com as crianças às costas, ao colo ou mesmo de mãos dadas, nas vias abertas pela comunidade, por serem as que, rapidamente, dão acesso à rua da Samba, onde podem tomar o autocarro ou táxi com bastante facilidade.

10.7 Chuva e calor à vista

Jornal O PAÍS

29 De Agosto de 2017

Texto: André Mussamo

Os números são indicadores claros de como começou a evidenciar-se a mudança de clima no país, fenómeno que ocorre a 15 de Agosto com o fim do cacimbo.

Para Luanda previam-se temperaturas a variar entre os 25°C de máxima e 21°C de mínima.

Entre as restantes capitais províncias angolanas, as cidades do Dundo e Ondjiva registam as temperaturas mais altas (31 graus celsius), seguindo-se Luena e Saurimo que podem chegar ao pico de 30°C.

Entretanto, Cuito com 9 graus celsius, Huambo com 11 e Lubango com 14 são as cidades angolanas que podem registar as temperaturas mais baixas nas 24 horas que se completam ao meio dia desta Terça-feira, altura em que o INAMET publica nova previsão.

Em termos do comportamento geral do clima, -o instituto de meteorologia não assinala ainda chuvas reais para qualquer um dos espaços analisados, mas começam a chegar notícias de ocorrência de abundantes neblinas nas zonas mais propensas a quedas pluviométricas no interior do país.

Uma fonte familiarizada com o fenómeno garantiu a OPAÍS que por enquanto está em curso a leitura e consolidação de informação técnica para poder-se aferir o nível de pluviosidade que poderá ocorrer no país, todavia, alerta que de 15 de Agosto a 15 de Maio convêm contar sempre com "chuva, sol abrasador e bastante calor".

Segundo aquela fonte que garante que brevemente mais informação sobre o fenómeno estará disponível, pela sua localização, o país é propenso a registar chuvas abundantes, pelo que são as pessoas que devem condicionar-se a este fenómeno e não o contrario.

A manutenção das passagens hidráulicas ou leitos naturais de águas das chuvas nas zonas residenciais são pequenos gestos que deviam fazer parte do dia-a-dia das comunidades para evitar-se ao máximo os "dissabores que se repetem a cada ano".

"As chuvas são um bico-de-obra para os grandes concentrados habitacionais, porquanto nas sanzalas e quimbos (excepto raras ocasiões) elas são esperadas com muita ansiedade por serem sinónimo de lavoura e caça abundantes" enfatizou a nossa fonte.

Especialista aconselha o uso de protector solar de pele

Numa entrevista concedida a ANGOP, a dermatologista Soraia Nunes aconselha as pessoas a utilizarem protector solar neste período do ano e consumir bastante água para evitar danos ao organismo.

A médica angolana referiu que "a população deve procurar beber bastantes líquidos, bem como usar protector solar, sobretudo os albinos, para prevenir doenças da pele".

Segundo a especialista, nos últimos anos, a Estação das Chuvas tem sido intensa e alguns cuidados essenciais podem ajudar a evitar danos à saúde das pessoas.

O calor, explicou, pode criar desidratação, "por isso é necessário que se aumente a ingestão de líquidos, no mínimo dois litros por dia, podendo variar dependendo do organismo de cada pessoa".

De acordo com Soraia. Nunes, os sinais clássicos de desidratação são os lábios e a língua secos, falta de elasticidade da pele e diminuição da urina, daí que quando se apresentarem estes sintomas as pessoas devem preocupar -se e procurar por ajuda especializada.

Para a dermatologista, é necessário que se redobrem os cuidados com os idosos e crianças, pois são mais vulneráveis às altas temperaturas da estação, sendo as vítimas mais fáceis de problemas como desidratação e indisposições alimentares.

A especialista disse ainda que o excesso de sol e calor é suficiente para causar danos ao organismo, visto que quando o corpo chega a uma temperatura muito elevada, o mecanismo de transpiração falha tornando-se incapaz de resfriar.

A chuva em Angola é um fenómeno habitual durante cerca de nove meses, com início a 15 de Agosto e término a 15 de Maio do ano seguinte.

Apesar de habitualmente associada a "dissabores" que quase sempre são inundações, destruição de residências e lavoura, a Estação das Chuvas traz consigo melhorias na qualidade do ar e da água, além de facilitar o crescimento da vegetação.

Outro dos perigos mais tenebrosos da época é sem dúvida a ocorrência de epidemias diversas, principalmente nos grandes centros urbanos. As epidemias de malária são frequentes, principalmente porque as altas temperaturas são um factor catalisador.

A província de Luanda é uma das habituais vítimas do fenómeno, não por conta da ocorrência das chuvas, mas sim pela péssima infra-estruturação e sobrelotação habitacional em algumas áreas. Concebida inicialmente para 500 mil habitantes, Luanda é hoje, de longe, o maior centro habitacional do país, o que faz dela um dos piores locais para residir em épocas chuvosas, particularmente nos musseques que de forma desordenada surgiram na envolvente da antiga cidade.

Composta por uma área de dois mil e 257 quilómetros quadrados e uma população estimada em mais de seis milhões de habitantes distribuídos pelos municípios de Luanda, Cacuaco, Talatona, Kilamba-Kiayi, Viana, Icolo e Bengo, Quiçama, Cazenga e Belas, Luanda até já ganhou um título-definitivo nos média por essa altura: Cidade que não está preparada para as chuvas.

Entretanto, as chuvas são fundamentais para as actividades humanas, como a agricultura, além de contribuir para o bom funcionamento do ciclo

hidrológico, pelo que são os homens que se devem preparar para as enfrentar.

11. MIGRAÇÃO

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

12.1 Jovens dinamizam exploração de diamantes na Lunda Norte

Jornal de Angola

12 De Agosto de 2017

As cooperativas dos conselhos municipais da juventude passam doravante a realizar a exploração artesanal e semi-industrial de diamantes na província da Lunda Norte, cujas autorizações para o início da actividade foram entregues na quinta-feira, no Dundo, pelos responsáveis da administração da companhia estatal ENDIAMA.

A iniciativa é do Governo Provincial da Lunda-Norte, em parceria com a Empresa Nacional de Diamantes de Angola (ENDIAMA), que aprovaram a criação das cooperativas que visam inserir a juventude na actividade económica.

O director provincial da Indústria, Geologia e Minas da Lunda Norte esclareceu que a criação de cooperativas de exploração artesanal e semi-industrial de diamantes, a nível dos conselhos municipais da juventude, é uma iniciativa das autoridades locais, que tem como objectivo fundamental a integração dos jovens em actividades sócio-productivas, por ser um forte mecanismo de combate à pobreza.

Numa primeira fase, foram entregues licenças para a concessão de direitos de exploração artesanal e semi-industrial de diamantes a 33 cooperativas de três conselhos municipais do Lucapa, Cuango e Xá Muteba, onde decorre uma intensa actividade mineira.

Silvestre Tcheleca explicou que, com vista a dar corpo aos projectos, a empresa diamantífera estatal é responsável por encontrar os potenciais investidores para o início da actividade de exploração.

O Corpo Especial de Segurança de Diamantes (CSD) e a SODIAM vão a acompanhar todo o processo de preparação, exploração, armazenamento e comercialização da produção das cooperativas, ajudar na sua rentabilização e assegurar as medidas de segurança.

O programa, disse o responsável, além de contribuir para a criação de oportunidades de emprego para a